



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MARILENE APARECIDA LEMOS

**ENTRE ESPAÇOS, SUJEITOS E LÍNGUAS: A PRODUÇÃO DA
FRONTEIRA EM DIONÍSIO CERQUEIRA-SC, BARRAÇÃO-PR
(BRASIL) E BERNARDO DE IRIGOYEN (MISIONES, ARGENTINA)
NOS RELATOS DE VIAGENS**

CAMPINAS

2019

MARILENE APARECIDA LEMOS

**ENTRE ESPAÇOS, SUJEITOS E LÍNGUAS: A PRODUÇÃO DA
FRONTEIRA EM DIONÍSIO CERQUEIRA-SC, BARRACÃO-PR
(BRASIL) E BERNARDO DE IRIGOYEN (MISSIONES,
ARGENTINA) NOS RELATOS DE VIAGENS**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Onice Payer

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MARILENE APARECIDA LEMOS E ORIENTADA PELAS PROFAS. DRAS. CAROLINA MARIA RODRÍGUEZ ZUCCOLILLO E MARIA ONICE PAYER.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

L544e Lemos, Marilene Aparecida, 1964-
Entre espaços, sujeitos e línguas : a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens / Marilene Aparecida Lemos. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo.

Coorientador: Maria Onice Payer.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Fronteiras. 3. Divisão política. 4. Divisão territorial. 5. Linguagem e línguas. I. Rodríguez Zuccolillo, Carolina Maria. II. Payer, Maria Onice. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Among spaces, subjects and languages : production in border area within Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brazil) and Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) through the travel narrations

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Boundaries

Political division

Territorial division

Language and languages

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo [Orientador]

Neide Therezinha Maia González

Eliana Rosa Sturza

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Data de defesa: 29-08-2019

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <http://orcid.org/0000-0001-8390-9823>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0413860259702700>



BANCA EXAMINADORA:

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Neide Therezinha Maia González

Eliana Rosa Sturza

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

**IEL/UNICAMP
2019**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Poema 34 de Noite nu Norte

a la memoria de mi madre

*Mi madre falava mui bien, yo entendía.
Fabi andá faser los deber, yo fasía.
Fabi traseme meio litro de leite, yo trasía.
Decí pra donã Cora que amaña le pago, yo dicía.
Deya iso gurí y yo deiyava.*

*Mas mi maestra no entendía.
Mandava cartas en mi caderno
todo con rojo (iguaisito su cara) y firmaba imbaiyo.*

Mas mi madre no entendía.

*Mas mi madre no entendía.
Qué fiseste meu fío, te dice que te portaras bien.
Y yo me portava.*

*A historia se repitió por muintos mes.
Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.
Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.*

*Intonces certo día mi madre intendió y dice:
Meu fío, tu terás que deiyá la iscuela
Y yo deiyé.*

(Fabián Severo)

A Otacília e Domingos, meus pais (in memoriam).

Aos meus irmãos.

Ao Silvio, meu esposo.

Ao historiador e professor Dr. Antonio Marcos Myskiw.

AGRADECIMENTOS

Para mim, não teria sentido chegar a esta etapa do doutorado e afirmar: “Esta tese é minha”. Em tudo que se coloca aqui, com tanto ainda por fazer e dizer e *fazer dizer*, ecoam outras vozes, outras memórias... Quero agradecer a todas aquelas pessoas e instituições que se inscrevem nesse percurso e neste texto. Sei que falharei, pois não darei conta de nomear todas aqui.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Carolina Rodríguez-Alcalá, que me acompanhou ao longo deste percurso de maneira crítica, pelas discussões, por suas aulas de História das Ideias Linguísticas, por seus textos que embasam esta pesquisa e, em especial, pela sua confiança que se mostrou na autonomia que sempre me concedeu. Nestes cinco anos de convívio, aprendi com a *Carol* que a academia também pode ser um espaço de alegria, bom humor, prazer e leveza.

À Maria Onice Payer, pela gentileza de aceitar coorientar esta tese, por sua maneira segura e leve de apontar outros modos de olhar o objeto de pesquisa, pelo respeito às minhas limitações teóricas, por sua generosidade, palavras encorajadoras e preciosos ensinamentos desde o mestrado.

À Maite Celada, da USP, minha orientadora no mestrado em Língua Espanhola, com quem tive o contato inaugural com a Análise do Discurso. Sem sua orientação presente, atenta e firme nos caminhos da pesquisa, da escrita, muitas conquistas ao longo de minha vida acadêmica e profissional não teriam sido possíveis. Fica aqui registrado um gesto de admiração, respeito e gratidão.

Aos meus professores do DLM/USP, em especial à Neide Maia González com quem tive o encontro fundador de minha relação com a pesquisa. Sua escuta, apoio, e oportunidade de participar de suas aulas, como ouvinte da disciplina Aquisição/Aprendizagem de Língua Estrangeira – minha primeira na pós-graduação – foram determinantes para a construção do projeto de ingresso no mestrado. Para mim é praticamente impossível expressar o

sentimento de alegria e de gratidão em tê-la como membro de minha banca de doutorado.

À Mariza Vieira da Silva, da Universidade Católica de Brasília, pelas valiosas contribuições na época do mestrado e pela honra de tê-la como membro da banca de qualificação de área no doutorado.

À Eliana Sturza, da UFSM, cujos trabalhos têm sido uma importante referência para minhas pesquisas há muito tempo, pela presença singular e gentil desde o dia em que a conheci pessoalmente em um evento do PEIF, em Foz do Iguaçu; por tudo que tem me ensinado sobre a(s) fronteira(s) e sobre a(s) língua(s) de fronteira, por tão amavelmente ter aceitado o convite de participar da banca de qualificação de tese e de defesa e por suas valiosas contribuições.

À Claudia Pfeiffer, com quem tive encontros afetuosos em diferentes momentos da tese e tanto me ensina sobre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Tive a honra de tê-la como orientadora no exame de qualificação em História das Ideias Linguísticas, quando pude afinar questões relevantes para a tese, definir caminhos de pesquisa e aguçar a escuta do *corpus*. Agradeço também por sua leitura cuidadosa e instigantes comentários por ocasião da qualificação de tese e por ter aceitado nosso convite para compor a banca de defesa.

À Ana Cláudia Fernandes Ferreira, pelas discussões na área da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, pelos apontamentos e sugestões, pelas leituras indicadas – fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa – e pela receptividade e gentileza com que aceitou participar tanto da banca de qualificação de área quanto da banca de defesa desta tese.

Aos professores Atílio Salles, Guilherme Adorno e Rogério Modesto, pelo aceite e disponibilidade de todos para compor a suplência da banca de defesa.

Aos professores Nina Leite, Mônica Zoppi Fontana, Sírío Possenti, Suzy Lagazzi e Eduardo Guimarães, com quem cursei as disciplinas do doutorado no IEL/Unicamp, pelas aulas instigantes e questionadoras. Sou muito privilegiada por esse contato singular.

À professora Elvira Narvaja de Arnoux, da Universidad de Buenos Aires, pela disponibilidade e receptividade com que aceitou dirigir meu estágio sanduíche nessa instituição. Infelizmente, por motivos alheios à minha vontade, não pude participar. Foi fundamental ressignificar essa perda.

À Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), especialmente ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL).

Ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Unicamp, de maneira especial à professora Isabella Tardin Cardoso, pela atenção e direção em momentos cruciais.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação, em particular ao Cláudio Platero, pelo apoio nos mais diferentes momentos, a quem as palavras não seriam suficientes para agradecer.

Aos meus colegas Felipe Nascimento, Bianca Desidério e Gracinda Ferreira, pela força, pela ajuda e pelas conversas de apoio mútuo.

A todos os meus colegas ao longo do período de doutorado, em especial Adriana Vaz, Atilio Salles, Carlos Raphael, Gabriel dos Santos, Geane Sena, Guilherme Adorno, Luciana de Carvalho, Maria Inês Berloff, Valéria Motta e Rogério Modesto, por terem disponibilizado seu tempo para me auxiliar nas horas que precisei.

Às queridas Cida Grecco e Cristiane Dias. Agradeço por tudo o que tenho aprendido com vocês, pela acolhida sempre tão agradável e carinhosa em sua casa, em Campinas; pelo caloroso abraço sulista, pelo apoio na preparação para a prova de proficiência em francês e em tantos outros momentos ao longo do doutorado.

Ao José Simão da Silva Sobrinho, pela inestimável ajuda quando eu comecei a pensar o projeto de doutorado, na época meu colega na UFFS.

Aos professores Antonio Marcos Myskiw e Jaci Poli, com quem tive o privilégio de assistir a aulas de História da Fronteira Sul na UFFS/Realeza. Agradeço, ainda, pelas discussões, sugestões de leitura, apontamentos de caminhos de investigação, indicação de relatos de viagens, e por me instigarem a pesquisar a fronteira entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina).

À direção do *campus* UFFS/Realeza, coordenação acadêmica, coordenação do curso de Letras, por todo o apoio para que eu pudesse realizar minha pesquisa com tranquilidade.

Aos meus colegas do Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura, por tudo que fizeram por mim durante o período do doutorado, pela paciência com minhas ausências. Serei sempre grata!

Aos meus alunos e ex-alunos de todos os espaços e tempos que me constituem como *sujeito* professora e por tudo o que já vivemos e aprendemos juntos.

Aos amigos da vida e do coração, de perto, de longe e de sempre, sem deixar de lembrar aqueles que conquistei quando trabalhei no IFSP – Bragança Paulista, pelo incentivo ao meu ingresso no IEL/Unicamp e à posse do cargo na UFFS; em meio a lágrimas, sorrisos e saudades.

Ao amigo Ronaldo Gimenes Garcia, pela disponibilidade de me ouvir sempre, de maneira tão amável.

Ao Matheus França, por sua presença tão marcante em minha vida acadêmica e pessoal: como aluno de graduação, como colega de trabalho, como amigo de todas as horas. *¡Gracias por todo!*

À Letícia Andretta, minha querida *nutri*, por acolher todos meus sentimentos, pelo respeito, cuidado, incentivo e presença sempre amorosa.

À Lilia Santos, à Luceni Bortolatto e ao Julián Priante, por terem tornado meus dias mais alegres, equilibrados e ricos de aprendizado.

À minha família, pelo incentivo e carinho que sempre demonstraram durante essa trajetória. Em especial, ao meu irmão Darci e ao meu sogro Dico, que partiram desta vida no período de escrita desta tese.

Aos meus amados sobrinhos-netos, que vi chegando ao longo do processo de construção da tese: Vinícius, Angelo, João, Lorenzo, Thomas, Isabela e Ghael. Enquanto eu passava um longo tempo imóvel e silenciosa diante de uma foto ou vídeo deles, seus sorrisos largos me diziam que, em meio à dor, existia um lugar para a esperança.

Ao meu irmão Osni, que tanto tem me ensinado ao longo da vida, pelo guerreiro que se mostra em sua luta contra o diabetes, há mais de 20

anos, doença que já lhe tirou a visão, mas não sua coragem, determinação, alegria de viver; pela sua disposição de me ouvir pacientemente por horas e estar presente nos momentos mais difíceis da escrita desta tese.

À minha irmã e mãe Ivonete, por seu jeito singular de amar e de estar presente.

À tia Nidu pelas palavras de conforto, coragem, pelo exemplo de serenidade e sabedoria, pelo aconchego de um abraço de mãe.

Ao Silvio, por tudo.

A Deus, aos meus pais, todo meu respeito e gratidão eterna!

RESUMO

Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que na fronteira entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) há uma divisão estabelecida entre os Estados (inter)nacionais que se opera por meio de leis e tratados, por decisões político-jurídicas, mas também e indissociavelmente, por processos simbólicos que participam de sua constituição. Nessa perspectiva, temos como objeto de pesquisa compreender discursivamente a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões, ou seja, como as fronteiras políticas e territoriais são produzidas pelo discurso. Assim, a partir da Análise do Discurso (AD), em particular, de pesquisas relacionadas com a área Saber Urbano e Linguagem, e da História das Ideias Linguísticas (HIL), objetivamos investigar os processos de espacialização, de produção de um espaço particular, que é o espaço de fronteira entre dois estados do Brasil e entre Brasil e Argentina, num processo indissociável da constituição dos sujeitos e das línguas. Partimos, para tanto, da análise de duas obras (relatos de viagens): **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento, e **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, que se compõe de dois relatos. As análises permitem observar que os relatos convergem em certos pontos: significam o espaço de fronteira como um *espaço vazio*, mostram a necessidade de “civilização” do povoado Dionísio Cerqueira pela presença do Estado por meio da instauração da cidade, ao mesmo tempo em que promovem a identificação dos sujeitos e do espaço fronteiriço ao Estado, por meio de suas instituições. No primeiro relato, esses processos estão sustentados pelo Exército e, nos outros dois, contidos na obra organizada pelo CEOM, pela estrutura jurídico-administrativa do governo do estado de Santa Catarina. Tendo em vista a instauração do Estado/nação no espaço de fronteira, apreendemos um discurso que participa da produção da fronteira político-territorial, pelo viés do Estado, ou seja, fica evidenciada nos relatos a “linha divisória” que é “fixada” entre os Estados (inter)nacionais por meio de decisões político-jurídicas e pelos processos de identificação

produzidos pelos discursos. Ademais, a divisão/fronteira não é somente do espaço, mas constitui, ao mesmo tempo, uma divisão/fronteira das línguas e dos sujeitos (brasileiros/argentinos), numa relação dissimétrica, hierarquizada. Por fim, o espaço de fronteira, de nossa perspectiva, um *espaço fluido* não significado por um imaginário de unidade, produz sentidos de um deslimite e, assim como os sujeitos, significa-se na movência dos pertencimentos, num desenganche ou *delinking*, mostrando-nos que embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vivida” socialmente, o processo de produção do espaço de fronteira não se dá apenas como um gesto político-jurídico, mas como um processo de produção de sentidos e sujeitos.

Palavras-chave: Análise do discurso. Fronteiras. Divisão política. Divisão territorial. Linguagem e línguas.

ABSTRACT

In this research, we assumed that there is a division established between the (inter)national States in the border of Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brazil) and Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), which occurs by means of laws and treaties, as well as political and judicial decisions, and also – in an indissociable manner – by means of symbolic processes that are part of its constitution. In this perspective, the purpose of this research is to understand, on discourse level, the organization of this border space and its divisions; that is, how these political and territorial borders are produced by discourse. Therefore, from a Discourse Analysis, particularly from researches related to Urban Knowledge and Language and History of Linguistic Ideas (HIL), we aim to investigate processes related to spatialization and production of a private space, which is the border space between these two states of Brazil and between Brazil and Argentina, in an indissociable process of constitution of the subjects and languages. Therefore, we analyzed two works (travel narrations): **Pela fronteira** (1903), by Domingos Nascimento, and **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, organized by Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, which consists of two narrations. These analysis show that such narrations converge in certain aspects: they imply that the border space is an *empty space*, indicate the need of “civilizing” Dionísio Cerqueira village upon the presence of the State, with the establishment of a city, while promoting, at the same time, an identification of the subjects and the State border area, by means of its institutions. In the first narration, these processes are supported by the Army, and in the other two, provided for in the work organized by CEOM, they are supported by judicial and administrative structure of Santa Catarina state government. In view of the establishment of a State/nation in this border space, we see a discourse that takes part on the production of this political and territorial border, through the State, that is, it is evidenced in these narrations the “diving line” that is “established” between the (inter)national States through political and judicial decisions and identification processes produced by discourses. Furthermore,

the Division/border is not only spatial, but it is also a Division/border of languages and subjects (Brazilian/Argentine citizens), in a dissymmetric, hierarchized relationship. Finally, the border space which, from our perspective, is a *fluid space* not signified by an imaginary unit, produces lack of limit and, just like the subjects, it is signified through the movement of belonging, in a disengagement or delinking, which show us that, although there is no coincidence between an “established” border and another border socially “experienced”, the process for production of border space is not only a political and judicial gesture, but also a process for production of senses and subjects.

Keywords: Discourse analysis. Boundaries. Political division. Territorial division. Language and languages.

RESUMEN

En esta investigación, asumimos que en la frontera entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) y Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) hay una división establecida entre los Estados (inter)nacionales que se opera por medio de leyes y tratados, por decisiones político-jurídicas, sino también e inseparablemente, por procesos simbólicos que participan de su constitución. En esta perspectiva, tenemos como objeto de investigación comprender discursivamente la constitución del espacio fronterizo y sus divisiones, o sea, como las fronteras políticas y territoriales se producen por el discurso. De esa forma, a partir del Análisis del Discurso (AD), en particular, de investigaciones relacionadas con el área Saber Urbano y Lenguaje, y de la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL), nuestro objetivo es investigar los procesos de espacialización, de producción de un espacio particular, que es el espacio fronterizo entre dos estados de Brasil y entre Brasil y Argentina, en un proceso indisociable de la constitución de los sujetos y de las lenguas. Para ello, comenzamos con el análisis de dos trabajos (diario de viajes): **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento, y **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, organizada por el Centro de Memoria del Oeste de Santa Catarina – CEOM, que están compuestos de dos diarios. Los análisis nos permiten observar que los informes convergen en ciertos puntos: significan el espacio fronterizo como un *espacio vacío*, muestran la necesidad de “civilización” del poblado Dionísio Cerqueira por la presencia del Estado a través de la instauración de la ciudad, al mismo tiempo en que promueven la identificación de los sujetos y del espacio fronterizo al Estado, por medio de sus instituciones. En el primer diario esos procesos se sostienen por el Ejército y, en los otros dos, contenidos en la obra organizada por el CEOM, por la estructura jurídico-administrativa del gobierno del estado de Santa Catarina. Con el fin de establecer el Estado/nación en la zona fronteriza, aprehendimos un discurso que participa en la producción de la frontera político-territorial, por el sesgo del Estado, o sea, se evidencia en los diarios la “línea de separación” que es “fijada” entre los Estados (inter)nacionales por medio de

decisiones político-jurídicas y por los procesos de identificación producidos por los discursos. Además, la división/frontera no es sólo del espacio, sino constituye, al mismo tiempo, una división/frontera de las lenguas y de los sujetos (brasileños/argentinos), en una relación disimétrica, jerarquizada. Por fin, el espacio fronterizo, de nuestra perspectiva, un *espacio fluido* no significado por un imaginario de unidad, produce sentidos de un *deslimite* y, así como los sujetos, se significa en la *movencia* de la pertenencia, en un desenganche o *delinking*, lo que nos muestra que aunque no hay coincidencia entre una frontera “dibujada” y otra frontera “vivida” socialmente, el proceso de producción del espacio fronterizo no es solo un gesto político y jurídico, sino como un proceso de producción de sentidos y sujetos.

Palabras clave: Análisis del discurso. Fronteras. División política. División territorial. Lenguaje y lenguas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Questão de Palmas ou Misiones (1857 a 1895).	49
Figura 2 – Mapa argentino datado de 1882.	54
Figura 3 – Tratado de Montevideu (1890); Linha Zeballos/Bocayuva.	58
Figura 4 – Limites entre Brasil e Argentina desde 1895.....	61
Figura 5 – Cidades-gêmeas na zona de fronteira Brasil/Argentina no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones a partir de 1980.	63
Figura 6 – Linha divisória fluvial e artificial.	64
Figura 7 – Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1916).	67
Figura 8 – Paraná e Santa Catarina após o litígio (1917).	67
Figura 9 – Vista panorâmica de Dionísio Cerqueira e Barracón (1929).	70
Figura 10 – Cidades-gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) (2008).....	70

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
ESTRUTURA DA TESE	25
CAPÍTULO 1 – PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS	27
1.1. DISPOSITIVO TEÓRICO	28
1.1.1. Análise do Discurso (AD)	28
1.1.1.1. Saber Urbano e Linguagem	35
1.1.2. História das Ideias Linguísticas (HIL)	37
1.2. DISPOSITIVO DE ANÁLISE E PROPOSTA METODOLÓGICA	39
CAPÍTULO 2 – CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS DA DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA GEOGRÁFICA BRASIL/ARGENTINA.....	45
2.1. NOÇÕES DE FRONTEIRA	46
2.2. PALMAS OU MISIONES	48
2.3. A FRONTEIRA NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI	52
2.4. A REIVINDICAÇÃO OFICIAL ARGENTINA	53
2.5. TRATADO DE MONTEVIDÉU (1890) E DECISÃO ARBITRAL (1895).....	57
2.6. DIONÍSIO CERQUEIRA-SC, BARRAÇÃO-PR (BRASIL) E BERNARDO DE IRIGOYEN (MISIONES, ARGENTINA)	62
CAPÍTULO 3 – CONTEXTO DA ESCRITA DOS RELATOS DE VIAGENS....	73
3.1. ESTUDO DE QUESTÕES INDÍGENAS: VIAGENS AO SUL DO BRASIL – SÉCULOS XVI E XVII	74
3.2. NOVAS DESCOBERTAS E EXPLORAÇÕES: EXPEDIÇÕES PARA A CAPITANIA DE SÃO PAULO – SÉCULO XVIII	74
3.3. COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS “VAZIOS”: VIAGENS AO INTERIOR DO BRASIL – SÉCULOS XIX E XX	75
3.3.1. Viagem de Manuel Bernárdez – de Buenos Aires às Cataratas do Iguaçu (1901).....	79
3.3.2. Expedição de Curitiba à colônia militar de Foz do Iguaçu e a obra <i>Pela fronteira</i> , de Domingos Nascimento (1903)	81

3.3.3. A excursão do governador Adolfo Konder de Florianópolis a Dionísio Cerqueira e a obra <i>A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras</i> (2005)	84
CAPÍTULO 4 – PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE FRONTEIRA E DO ESPAÇO DO POVOADO DE DIONÍSIO CERQUEIRA	87
4.1. DISCURSO SOBRE A NATUREZA	89
4.2. O POVOADO DIONÍSIO CERQUEIRA	95
4.2.1. Fundação	95
4.2.2. Relações entre rua e sertão	97
4.2.3. Uma (re)divisão do espaço de fronteira.....	103
4.3. (RE)NOMEAÇÃO DO POVOADO.....	109
CAPÍTULO 5 – O DISCURSO SOBRE A(S) LÍNGUA(S) NA COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU	119
5.1. A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU	120
5.2. DISCURSO SOBRE A(S) LÍNGUAS(S)	121
CAPÍTULO 6 – EFEITOS DO JURÍDICO E DO POLÍTICO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS DE SUJEITOS E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS.....	130
6.1. DECISÕES POLÍTICO-JURÍDICAS E EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O ESPAÇO DE FRONTEIRA.....	132
6.2. A PONTE COMO <i>SIGNO</i> DE LIMITE/DESLIMITE DO ESPAÇO DE FRONTEIRA.....	139
CAPÍTULO 7 – DISCURSOS SOBRE OS SUJEITOS, MOEDA E LÍNGUA NO ESPAÇO DE FRONTEIRA	150
7.1. DISCURSOS SOBRE A MOEDA E A LÍNGUA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	151
7.2. RELAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO: <i>NÃO, NEM E DESNACIONALIZAÇÃO</i>	156
7.2.1. Relações de substituição: <i>não, nem</i>	157
7.2.2. Relações de substituição: <i>desnacionalização</i>	160
CAPÍTULO 8 – ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A ESCOLA ARGENTINA E SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL	165
8.1. DISCURSOS QUE PERPASSAM A CRIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL	

.....	167
8.2. “A LÍNGUA QUE SE FALA É UMA MISTURA DE PORTUGUEZ E CASTELHANO”	173
8.3. “PARA NÃO FICAREM ANALPHABETOS, FREQUENTAVAM A ESCOLA ARGENTINA DE BARRACON”	178
8.3.1. Para não ficarem analfabetos/para não serem analfabetos	178
8.3.2. O hino argentino/pátria	180
8.3.3. O sujeito letrado não autorizado.....	183
8.3.4. Discursos da/na escola argentina de Barracón	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS.....	198
ANEXOS	210

APRESENTAÇÃO

Nossa proposta de pesquisa de doutoramento começou a tomar corpo em 2012, a partir de reflexões realizadas na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Realeza-PR, como docente de língua espanhola no Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura e como participante dos Grupos de Pesquisa *Lingua(gem)*, *Discurso e Subjetividade* e *Ensino de Língua e Literatura*, mais especificamente, como colaboradora do projeto “De frente para a fronteira: fazendo o *cruce* com as escolas interculturais bilíngues de fronteira”.

Convém esclarecer que o *campus* de Realeza está localizado na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, no sudoeste do estado do Paraná, e se apresenta como um vasto e instigante cenário de pesquisa no campo dos estudos linguísticos. A aproximadamente 80 km de Realeza está localizado o conjunto urbano das cidades-gêmeas de Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen. Barracão está localizada no extremo sudoeste do estado do Paraná, Dionísio Cerqueira, no extremo oeste catarinense e Bernardo de Irigoyen, na província de Misiones, no extremo oriente argentino. Em outras palavras, no mesmo perímetro urbano há uma fronteira entre dois países, Brasil/Argentina, e uma divisa entre dois estados brasileiros, Paraná e Santa Catarina. Contudo, não há qualquer barreira física de separação entre essas três cidades, estando elas unidas, entrelaçadas, delimitadas apenas por fronteiras políticas, jurídicas e simbólicas.

Nesse sentido, o objeto de nossa pesquisa de doutoramento é a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões, ou seja, buscamos compreender como as fronteiras políticas e territoriais são produzidas também pelos processos simbólicos que, tendo como base a língua, constituem, ao mesmo tempo, sujeitos e espaços.

Para a constituição de nosso *corpus* de análise selecionamos duas obras (relatos de viagens): **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento, e **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM

(2005), que se compõe de dois relatos: “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Arthur Ferreira da Costa, e o “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931), de José Arthur Boiteux.

A escolha dos referidos relatos ocorreu quando fizemos a revisão da bibliografia para nosso projeto de pesquisa de doutorado e pudemos notar que são escassos os estudos sobre a tríplice fronteira entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina). Diante disso, as indicações do historiador Dr. Antonio Marcos Myskiw, docente na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, foram fundamentais para a definição de nosso *corpus* de pesquisa.

Deve-se salientar que o processo de pesquisa nos leva a reconhecer que há um limite, uma demarcação, uma divisão estabelecida entre os Estados (inter)nacionais que se opera por meio de leis e tratados, por decisões político-jurídicas, embora a unidade do Estado não se faça somente no âmbito jurídico e territorial, mas também por processos simbólicos de identificação que participam de sua produção. Dessa forma, consideramos que não podemos falar, por exemplo, de uma fronteira que está definitivamente assentada, fixa, estabelecida, pois, tal como o Estado, a fronteira não se constitui unicamente pelas leis e tratados, mas também por processos simbólicos, sustentados na língua, que fazem como que o “centro” e as “margens” se constituam em um mesmo movimento.

Tendo em vista os referidos relatos, algumas questões, relativas a fatos linguísticos, nos inquietam: quais são as línguas mencionadas nesses relatos? Como os viajantes descreviam essa(s) língua(s)? Como eles descreviam os sujeitos? E os espaços? Como as fronteiras são produzidas no(s) discurso(s) sobre as línguas, os sujeitos e os espaços? Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral compreender discursivamente, por meio de relatos de viagens, os processos de espacialização, de produção de um espaço particular, que é o espaço de fronteira entre dois estados do Brasil e entre Brasil e Argentina, num processo indissociável da constituição dos sujeitos e das línguas, partindo do pressuposto de que não há *espaço vazio*,

previamente constituído, anterior aos sujeitos que o habitam – nem sujeitos que não estejam constituídos no/pelo espaço.

Isso posto, as análises desenvolvidas nesta tese poderão oferecer uma contribuição para a Análise do Discurso (AD), particularmente para as pesquisas desenvolvidas na área Saber Urbano e Linguagem, assim como para a História das Ideias Linguísticas (HIL), no sentido de fortalecer e incentivar linhas e grupos de pesquisa, tanto no país como no exterior, em especial aqueles trabalhos que concebem a fronteira como objeto de estudo. Nesse sentido, a análise dos relatos de viagens poderá contribuir para compreender a constituição desse espaço de fronteira, juntamente com os sujeitos e suas línguas, produzindo sentidos que ecoam na atualidade em espaços fronteiriços.

ESTRUTURA DA TESE

Passamos a apresentar em que consiste cada parte desta tese, tendo em vista a divisão em oito capítulos.

O capítulo 1 propõe apresentar as bases teóricas e metodológicas norteadoras de nosso percurso investigativo. De maneira geral, expomos as principais noções mobilizadas para o desenvolvimento do dispositivo analítico específico para nossa pesquisa.

No capítulo 2 apresentamos o contexto histórico da demarcação da fronteira geográfica Brasil/Argentina¹ e, especificamente, entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR, no Brasil, e Bernardo de Irigoyen, em Misiones, Argentina.

Já o capítulo 3 trata de situar os relatos de viagens que formam nosso *corpus* de análise em uma conjuntura sócio-histórica e política e de relacioná-los aos de outros viajantes que estiveram na fronteira sul.

No capítulo 4 iniciamos a reflexão acerca dos processos de espacialização da fronteira Brasil/Argentina, notadamente a partir dos discursos sobre a natureza e sobre a fundação e (re)nomeação do povoado de Dionísio Cerqueira, no lado brasileiro da fronteira. Para tanto, trazemos questões da análise de uma das obras que compõem nosso *corpus*: **Pela fronteira**, escrita em 1903, a qual trata das descrições de uma viagem realizada por Domingos Nascimento entre Curitiba e Foz do Iguaçu, que tinha como intuito averiguar a situação de algumas colônias militares estabelecidas no extremo-oeste paranaense.

No capítulo 5 prosseguimos os estudos iniciados no capítulo 4, no sentido de compreender como a fronteira é significada no relato **Pela fronteira**, no caso deste capítulo, no que diz respeito às relações entre a colônia militar e a questão das línguas presentes no contexto de fronteira. Ainda para essa compreensão iniciamos a reflexão sobre a “mistura” de línguas, em particular

¹ Em nossas alusões à fronteira Brasil/Argentina, referimo-nos à fronteira entre Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), em análise nesta tese.

entre espanhol e guarani, cuja reflexão é retomada no capítulo 8, quando abordamos a “mistura” de português e espanhol.

Mantendo o foco nos objetivos desta tese, prosseguimos, no capítulo 6, os estudos sobre os processos de espacialização da fronteira Brasil/Argentina, por meio de relatos de viagens. Isso leva a considerar os discursos analisados no capítulo 4, os quais se referiam ao estabelecimento do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e à instauração do Estado/nação nesse espaço de fronteira e os discursos sobre a(s) língua(s) analisados no capítulo 5. Nessa direção, discutimos os efeitos que as leis, as disposições político-jurídicas, assim como a ponte que ligava Dionísio Cerqueira, Brasil, à localidade de Barracón, Argentina, têm na produção dos sentidos dos sujeitos e espaços fronteiriços dos países limítrofes, Brasil/Argentina, de maneira que, nesse capítulo, fazemos algumas análises da obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**.

No capítulo 7, por sua vez, avançamos nas discussões realizadas nos capítulos anteriores sobre a relação entre cidade, Estado e nação, de forma mais específica sobre o processo de constituição da nação no espaço de fronteira. Para isso, direcionamos o olhar para a análise dos discursos sobre a moeda circulante e sobre a língua predominante nesse espaço por meio do relato “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Costa, que também compõe a obra acima referenciada.

Por fim, no capítulo 8 tratamos de refletir acerca dos discursos sobre a escola e os processos de identificação do sujeito fronteiriço (brasileiro) no ambiente escolar. Nesse sentido, tomamos os dois relatos que compõem a obra acima mencionada e analisamos sequências discursivas que fazem menções à escola de Barracón (lado argentino), em funcionamento por ocasião da visita do governador do estado de Santa Catarina a essa região, em 1929, e à criação da Escola José Boiteux (lado brasileiro), a partir da referida visita.

Na última parte, temos as considerações finais e, com isso, retomamos os fios principais da reflexão, cujas conclusões explicitamos.

CAPÍTULO 1 – PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

O presente capítulo tem como proposta apresentar as bases teóricas e metodológicas norteadoras de nossa pesquisa. Tendo em vista que o procedimento analítico é construído no vai e vem entre descrição e interpretação, ressaltamos aqui as noções das quais nos apropriamos para o desenvolvimento do dispositivo analítico específico para nossa pesquisa, longe de pretender apresentar um estudo pormenorizado e exaustivo acerca do dispositivo teórico e de condensar, neste capítulo, todos os conceitos teóricos mobilizados na tese.

Inicialmente, fazemos uma abordagem acerca da Análise do Discurso (AD) – base teórica mais ampla em que se inscreve nossa pesquisa – em que expomos o surgimento e algumas noções desse campo de estudo. Dentre as pesquisas brasileiras em Análise do Discurso destacamos aquelas desenvolvidas na área Saber Urbano e Linguagem, da qual se fazem notar como noções centrais de nosso trabalho a definição de fronteira como *espaço material (político-simbólico)* (ORLANDI, 2001b) e a *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a), levando-se em consideração que o espaço é o lugar em que se habita, onde há sujeitos vivendo, significando-se e sendo significados².

Nossa pesquisa também se apoia em estudos produzidos na área da História das Ideias Linguísticas (HIL). Desse modo, apresentamos, neste capítulo, algumas considerações sobre as principais contribuições desse campo teórico para nossa pesquisa.

Trazemos, também, ao longo da tese, algumas contribuições dos campos da Geografia, da Geopolítica, da Historiografia e da Educação que

² Esclarecemos que a observação acima foi feita pela professora Eni Puccinelli Orlandi, coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), da Unicamp, na mesa-redonda “As políticas públicas e as (re)divisões do espaço urbano”, no 6º Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem. 2008. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/noticias/lerNoticia.lab?id=152&categoria=3> Acesso em: 7 jan. 2018.

consideramos relevantes para nossa pesquisa, embora não entremos em detalhes sobre esses campos teóricos no presente capítulo.

Por fim, este capítulo apresenta o dispositivo de análise e proposta metodológica.

1.1. DISPOSITIVO TEÓRICO

1.1.1. Análise do Discurso (AD)

Nos anos 1960, a relação da linguagem com a exterioridade (a historicidade) foi objeto de intensos debates, que devem ser entendidos pela exclusão das determinações relativas ao sujeito e ao contexto que havia se operado na Linguística a partir do corte saussuriano língua/fala. Essa relação, abordada e definida de uma forma singular, está na base da constituição da escola francesa de Análise do Discurso (doravante AD), fundada por Michel Pêcheux (1938-1983) e introduzida no contexto brasileiro por Eni Orlandi, a partir dos anos 1980.

A AD se constitui no entremeio de um espaço disciplinar que põe em relação a Linguística com as Ciências Sociais. Ao explorar a relação contraditória entre esses diferentes saberes, a AD interroga a Linguística pela historicidade que ela apaga, assim como coloca questões para as Ciências Sociais no que diz respeito à transparência da linguagem, dos sujeitos e dos sentidos. Como diz Orlandi (1994, p. 55), “esse campo de questões acarreta deslocamentos” não somente em relação à linguagem, mas também em relação às noções de social, de história, de sujeito, de ideologia.

Como seu próprio nome indica, a AD tem como objeto o discurso e a palavra discurso, etimologicamente, de acordo com Orlandi (1999a, p. 15),

[...] tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

A publicação do livro **Análise automática do discurso (AAD-69)**, de Michel Pêcheux, foi um evento decisivo ao trazer o sujeito para o centro da reflexão nas ciências da linguagem. Por meio de sua definição de discurso enquanto “efeito de sentidos entre locutores”, Pêcheux (2010 [1969], p. 81)

questiona a concepção que reduz a linguagem à transmissão de informação entre um locutor A e um locutor B, tendo como referência o clássico esquema comunicacional proposto por Roman Jakobson. Pêcheux (ibid.) deixa claro que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de “organismos humanos individuais”:

A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo (grifo do autor).

A questão central, nessa perspectiva, é que a exterioridade – até então largamente excluída das reflexões da Linguística moderna – passa a ser concebida como constitutiva do novo objeto. Nessa esteira, Orlandi (1994), a partir da definição de discurso como “efeito de sentido entre locutores”, dirá que a AD se constitui enquanto campo disciplinar que trata da linguagem em seu funcionamento, em que estão materialmente ligadas a constituição dos sujeitos e a produção dos sentidos. Essa visão materialista toma a língua enquanto sistema signifiante cujo funcionamento interno está determinado pela exterioridade, já que, como diz a autora, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. A respeito dessas relações, Orlandi (2007, p. 20) esclarece-nos:

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos). As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores.

Em 1975, no texto “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, Michel Pêcheux, em coautoria com Catherine

Fuchs, revisitam algumas questões formuladas na “Análise automática do discurso (AAD-69)”. Os autores (2010 [1975], p.159-160) apresentam do seguinte modo o quadro epistemológico da AD, constituído pela articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Pêcheux e Fuchs (ibid.) esclarecem ainda que essas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (lacaniana).

Devemos destacar a relação posta pelos autores entre ideologia e discurso, já que explicita conceitos teóricos fundamentais para nossa pesquisa, dentre eles os de *formações discursivas*, *formações ideológicas* e *condições de produção*. É relevante lembrar aqui que a noção de formação discursiva esteve inspirada na noção que Michel Foucault formula em seu livro **A arqueologia do saber**, de 1969, mas no quadro teórico da AD tal noção foi resignificada, ao ser diretamente relacionada às noções de formações ideológicas e condições de produção, a fim de elaborar de maneira mais decisiva a questão do funcionamento da linguagem, de sua materialidade específica (que para Foucault era uma questão marginal).

Tendo em vista a impossibilidade de *identificar* ideologia e discurso (o que seria, para Pêcheux e Fuchs, uma concepção idealista da ideologia como esfera das ideias e dos discursos, independente e anterior à forma linguística), esses autores concebem o discursivo como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica. De outro modo, para os autores, a *espécie* discursiva pertence ao *gênero* ideológico, o que significa dizer que

[...] as formações ideológicas [...] “comportam necessariamente”, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. [...] toda formação discursiva deriva de *condições de*

produção específicas [...]. Logo “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (ibid., p. 163-164, grifos dos autores).

Com relação às *condições de produção*, a AAD-69 já trazia para a reflexão essa noção, assim como se faziam presentes noções como de discurso, língua, formações imaginárias, efeito de sentido, efeito metafórico, enfim, elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos. Nas palavras de Pêcheux (2010 [1969], p. 75), “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas”. Nessa direção, o autor anuncia nesse mesmo texto que

[...] é *impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção (ibid., p. 78, grifos do autor).

Pêcheux e Fuchs (op. cit., p. 169) fazem certos esclarecimentos em relação às formulações, segundo eles, ambíguas que a AAD-69 fornecia, principalmente referentes às condições de produção:

Essa ambiguidade residia no fato de que o termo “condições de produção” designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a “situação” no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo etc. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam “a situação vivida pelo sujeito” no sentido de variável subjetiva (“atitudes”, “representações” etc.) inerentes a uma situação experimental.

Pêcheux e Fuchs (ibid., p. 169-170) indicam que faltava no texto de 1969 uma teoria do *imaginário* localizada em relação ao *real*, isto é, uma teoria não subjetivista da constituição do sujeito em uma situação concreta de enunciação. Em outros termos, os autores revisitam a noção de sujeito, considerando um sujeito histórico, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. De acordo com Orlandi (1999a, p. 40),

[...] as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica [...]. É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

Vale dizer que esse objeto particular que é o discurso, que se inscreve no campo dos estudos da linguagem, produz uma forma de conhecimento e uma prática analítica particulares sobre a linguagem, a sociedade e o sujeito e, como veremos mais à frente, sobre o espaço. Ou seja, embora a AD se forme na confluência de três campos do conhecimento, suas relações com a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise não são simétricas, isto é, não se trata de um Materialismo Histórico, de uma Linguística ou de uma Psicanálise, nem da transferência direta de seus instrumentos científicos para o interior da AD, mas da constituição de um novo campo teórico, com um objeto próprio. Na relação com essas disciplinas, “há ressignificação do instrumento na/pela teoria” (id., 1994, p. 54).

Outro conceito fundamental para nossa pesquisa é o de *interdiscurso*. Em 1975, em **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio, Pêcheux concebe o *interdiscurso* como o “*todo complexo com dominante* das formações discursivas [...] submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação” que caracteriza as formações ideológicas. Nessas condições, o autor afirma que

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do *interdiscurso*, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149, grifo do autor).

Para Pêcheux, em seu livro **Papel da memória** (1983), como lembra Orlandi (1999a, p. 31), a memória é pensada em relação ao discurso, isto é, o *interdiscurso* é concebido como *memória discursiva*, “como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ou seja, o *interdiscurso* é o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído³, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da

³ Para a elaboração dessa questão, Pêcheux remete aos trabalhos de Paul Henry a respeito da crítica da noção de pressuposição na linguagem, de maneira que Paul Henry propõe “o termo ‘*pré-construído*’ para designar o que remete a uma construção

palavra”. A autora acrescenta que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Deve-se observar que a AD não concebe a língua de forma fechada, enquanto um sistema abstrato, mas enquanto sistema inserido no mundo e articulado à exterioridade, “enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ibid.). Nessa direção, de acordo com Orlandi (ibid.), a linguagem é concebida como mediação necessária entre o homem e seu contexto natural e social, sendo o discurso, precisamente, essa mediação. Portanto, ao constituir o discurso como seu objeto, a AD aborda a questão do sujeito em relação com a história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem (ibid., p. 16). Para isso, o analista de discurso precisa relacionar a linguagem com sua exterioridade, às suas condições de produção.

Ao confrontar o simbólico com o político, a AD não concebe a língua como transparente ou unívoca, mas intrinsecamente opaca: o discurso, para a AD, é um objeto sócio-histórico, em que o linguístico intervém como pressuposto (ibid.). A AD procura mostrar que “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca”, que não há uma relação termo-a-termo entre a linguagem e as coisas (ibid., p. 19). Por outro lado, é pelo materialismo histórico que a AD vai explicar o funcionamento da língua e as relações do sujeito com a exterioridade; isto é, pressupor o legado do materialismo histórico é compreender que há um real da história afetado pelo simbólico, uma *forma material* linguístico-histórica e que esta tem um importante papel nos processos de significação. De acordo com Orlandi (ibid.):

[...] nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a *forma material* é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento

anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 89, grifo do autor).

da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história (grifo nosso).

Segundo a mesma autora (ibid., p. 19-20), ao introduzir a noção de sujeito e de situação (contexto, exterioridade), a AD leva em conta o descentramento do sujeito. Assim, a AD parte das seguintes formulações:

- a) a língua tem sua ordem própria [...];
- b) a história tem seu real afetado pelo simbólico [...];
- c) o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ibid.).

Quanto ao sentido, a AD considera que ele “não está fixado *a priori*, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido” (id., 1994, p. 56).

Para Orlandi, (ibid.) a ideologia é constitutiva da relação do mundo com a linguagem. Nas palavras de Pêcheux (2009 [1975], p. 198):

[...] os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

No caso específico de nosso trabalho, os relatos dos viajantes, tomados como *discurso sobre*, possibilitam observar essa relação entre língua e ideologia e compreender como a língua produz sentidos por/para os sujeitos – e como participa na produção do espaço, como veremos mais adiante. Além disso, permitem compreender no espaço entre a constituição dos sentidos (o interdiscurso) e a sua formulação (o intradiscurso) como a ideologia intervém, assim como os efeitos imaginários. Por isso, quando trabalhamos com discurso se faz necessário “distinguirmos entre a forma abstrata (com sua transparência e seu efeito de literalidade) e a forma material, que é histórica (com sua opacidade e seu equívoco)” (ibid., p. 56-57).

1.1.1.1. Saber Urbano e Linguagem

As pesquisas realizadas na área Saber Urbano e Linguagem⁴, sustentadas pela AD, tomam a cidade como objeto de linguagem: como a cidade se diz, como os sujeitos que vivem no espaço urbano o significam e se significam, como os movimentos sociais urbanos adquirem uma forma e se significam por meio de suas formas, dentre outras pesquisas.

Nesse sentido, a partir da mobilização de conceitos da AD, mais especificamente da perspectiva da área Saber Urbano e Linguagem, temos como pressupostos basilares: a definição do espaço, em particular, do espaço de fronteira, como *espaço material (político-simbólico)* (ORLANDI, 2001b) e a *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a).

No texto “Discurso e cidade: a linguagem e a construção da ‘evidência do mundo’”, Rodríguez-Alcalá (ibid., p. 245) define a crítica da AD ao (neo)positivismo como uma “tentativa de *desnaturalizar* a realidade social, mostrando que esta é resultado de um processo simbólico e político que se dá na história”. Assim:

- os *sujeitos* não são o reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas);
- a *linguagem* não é um código que reflete de maneira transparente as coisas do mundo;
- o *mundo* não se confunde com o meio natural, condição da vida orgânica, mas é o espaço simbólico que resulta do mesmo processo de constituição subjetiva (grifos da autora).

Conforme a autora, a contribuição específica da AD é mostrar de que modo a linguagem, a própria língua, intervém nesse processo simbólico e político que se dá na história, em que são produzidas as duas evidências fundamentais que Pêcheux (1988 [1975]) retoma de Althusser e desenvolve em sua teoria: a *evidência do sujeito*, como origem de si e de seu dizer, e a *evidência da linguagem*, como código transparente.

Rodríguez-Alcalá (op. cit.) propõe nesse quadro formular uma terceira evidência, a saber, *evidência do mundo*, que posteriormente chamará

⁴ Área implementada pelas pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb/Nudecri, da Unicamp.

de *evidência do espaço* (id., 2018), “pela qual este se apresenta como meio natural pré-constituído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana” (ibid., p. 245-246). No entender da autora, esse é

[...] o objeto específico das pesquisas em saber urbano e linguagem, que permite [...] afirmar que *sujeitos, sentidos e espaço* se constituem num mesmo processo histórico, existindo entre esses termos uma *relação constitutiva* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, 2002a, 2002b) (ibid., p. 246, grifos da autora).

A autora amplia sua reflexão em 2018, no artigo intitulado: “Nota sobre a noção de *cultura* e sua relação com a de *civilização*: o Ocidente como observatório das formas de vida social”. Nesse texto, a partir de uma reflexão sobre a emergência histórica da cidade como acontecimento fundador da história ocidental (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011b), a autora vai formular a noção de *espaço-tempo imaginário, cartográfico*, por oposição a *espaço-tempo fluido*, propondo assim compreender o espaço-tempo de vida humana como *artefato*, inspirada nas elaborações de Orlandi e Souza sobre *língua fluida/língua imaginária* e de Aurox sobre *língua empírica/língua gramatical*.

Pela *evidência do espaço*, diz a autora, o espaço-tempo de vida se apresenta “como unidade geográfica e temporal, com fronteiras nítidas, mensurável e divisível independentemente do sujeito da percepção” (op. cit., p. 16-17), apagando-se com isso que o espaço-tempo “é um *artefato* produzido por um trabalho histórico de instrumentação realizado em circunstâncias políticas particulares através das tecnologias cartográficas” – num paralelo que a autora faz com a afirmação de Aurox sobre a língua, que enquanto

[...] sistema homogêneo, com regras e fronteiras nítidas e independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores (aquela mesma língua que é o objeto da Linguística), não existe no mundo, mas é um *artefato* produzido nesse longo processo histórico de instrumentação realizado através das tecnologias gramaticais (ibid., p. 17, grifos da autora).

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão nesse processo de instrumentação massiva, ao mesmo tempo e indissociavelmente, das línguas e dos espaços do planeta em direção ao modelo gramatical e urbano ocidental: com suas tecnologias, como bússolas, astrolábios, relógios, calendário, etc. os europeus “vão segmentar e categorizar o espaço e o tempo *fluidos* do planeta

(estabelecer os pontos cardeais, a divisão dos hemisférios, a contagem do tempo...)”, produzindo um *espaço-tempo imaginário, cartográfico*, organizado a partir de Ocidente (ibid., p. 16, grifos da autora), assim como, em relação à língua, através da tecnologia gramatical, vai se produzir o que Orlandi e Souza chamaram de *língua imaginária*,

[...] num gesto de construção de uma unidade homogênea que manterá sempre uma relação tensa, contraditória com a *fluidez* real da língua, que está em contínuo movimento e que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas (cf. ORLANDI e SOUZA, 1988, p. 34; ORLANDI, 2009, p. 18) (ibid., grifos da autora).

É em torno do *espaço-tempo imaginário* centrado no Ocidente que a colonização europeia fez confluir progressivamente os espaços e os tempos heterogêneos, díspares, desajuntados das sociedades do planeta, num processo de homogeneização que não se deu sem embates, sem tensões, sem contradições, sem deixar restos (ibid., p. 17). Esse processo criou uma “memória histórica universal”, que tem como referência básica (fundadora), no sentido de Orlandi (1993), o modelo urbano ocidental, o que afetará nossa percepção do espaço e do tempo e determinará os sentidos do que entendemos por cultura e por civilização (op. cit.).

Diante do exposto é importante enfatizar que esses aportes teóricos dão sustentação ao objeto de pesquisa e aos objetivos propostos para esta tese, como podemos destacar em relação aos conceitos de *evidência do espaço, espaço fluido, espaço imaginário, cartográfico e língua imaginária*, os quais serão mobilizados nesta tese na articulação com a HIL.

1.1.2. História das Ideias Linguísticas (HIL)

A área História das Ideias Linguísticas (doravante HIL)⁵ consiste num programa de pesquisas que estuda a constituição em longo prazo das noções e conceitos que sustentam as ciências da linguagem modernas. É um objeto central, nesse programa, compreender a história da construção do saber

⁵ **História das Ideias Linguísticas no Brasil.** Histórico. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

metalinguístico em relação estreita com a história da constituição da língua nacional, incluindo os países surgidos da colonização europeia a partir do Renascimento.

No conjunto das produções em HIL notamos que os relatos de viagens já foram objeto de análises discursivas. A esse respeito, não podemos deixar de mencionar aqui a obra **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo (ORLANDI, 2008a [1990]), que tem como objeto de reflexão os padres e viajantes franceses que vieram ao Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII. A autora apresenta como uma das finalidades de estudo sair do já nomeado, do interpretado para procurar entender os textos, que historicamente foram categorizados como “documentos”, enquanto discursos que produziram e produzem efeitos de sentido tanto nas condições em que apareceram quanto no momento da análise, tendo como fio condutor dessa reflexão sobre o discurso das descobertas o discurso sobre o índio ou, enfim, o discurso sobre o Brasil (ibid., p. 23-24).

É importante destacar também a obra **Formação do leitor brasileiro** – Imaginário da leitura no Brasil colonial (NUNES, 1994), na qual o autor mostra a construção histórico-discursiva de posições dos leitores em discursos de viajantes e missionários franceses dos séculos XVI, XVII e XVIII, na época colonial, no Brasil. Além disso, discute teorias da leitura a partir da AD e aponta diferentes condições de produção da leitura na Europa e no Brasil.

Ademais, cabe sublinhar a contribuição teórico-analítica dessas obras sobre relatos de viajantes para nosso entendimento do processo de produção do *espaço de fronteira*, especialmente por fornecerem bases para nossa compreensão dos relatos de viagens como um *discurso sobre*.

Além disso, a produção bibliográfica da HIL tematiza outras questões concernentes à nossa pesquisa, tais como: a constituição do português como língua nacional, o processo de gramatização brasileira do português, o processo de urbanização, a constituição do Estado e da unidade nacional. Em relação à constituição do Estado e da unidade nacional, Orlandi e Guimarães (2001d, p. 24) afirmam que “a questão da língua nacional está ligada [...] ao processo de gramatização brasileira do português que é posto em

curso a partir da segunda metade do século XIX”, quando o Brasil passa a ter seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, isto é, foram sendo construídos novos sentidos para a língua nacional brasileira. Nesse processo de gramatização, conforme Guimarães (1996, p. 127), buscava-se

[...] demonstrar que o Português que aqui se falava e escrevia era diferente do Português de Portugal. Há estudos sobre o léxico, por exemplo, no sentido de mostrar que no Brasil o Português incluía palavras de origem africana e indígena bem como palavras do Português que no Brasil significavam diferentemente que em Portugal.

Com respeito ao processo de urbanização nos baseamos, principalmente, no artigo “Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas”, de Rodríguez-Alcalá (2011b), no qual a autora propõe caracterizar a instrumentação das línguas, através da escrita e das gramáticas e dicionários, como uma *tecnologia urbana* e, para isso, estabelece um paralelo entre os processos de *gramatização* e de *urbanização* (ibid., grifos da autora).

Assim sendo, para que possamos compreender os processos de produção de um espaço particular – o *espaço de fronteira* – numa fronteira particular entre territórios de um mesmo espaço nacional (no interior de um mesmo Estado nacional – Brasil) e desse Estado com outro (Argentina); e analisar como os relatos de viagens intervêm nessa produção, devemos considerar a questão da unidade (dos Estados) (formal) e também da diversidade (concreta), pois se trata de fronteira entre “unidades” político-jurídicas, territoriais, sociais.

1.2. DISPOSITIVO DE ANÁLISE E PROPOSTA METODOLÓGICA

A partir do pressuposto teórico de que existe uma *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a), procuraremos construir nosso dispositivo para a abordagem dos relatos como *discurso sobre* e que participam da constituição da fronteira. Baseados na ideia de uma “exaustividade vertical”, com esse dispositivo analítico (ORLANDI, 1999a, p. 63), em conformidade com os objetivos de nossa pesquisa, tal noção nos ajuda a construí-lo sob o movimento de vai e vem entre as sequências

discursivas selecionadas dos relatos e os dispositivos teóricos, considerando que

[...] o “sentido” de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva (PÊCHEUX, FUCHS, 2010 [1975], p.167).

Além disso, por meio da noção de *formação discursiva* procuraremos estabelecer regularidades no funcionamento do discurso dos relatos de viagens e de compreender os sentidos neles produzidos, a partir da análise dos enunciados. Como teoriza Pêcheux (2008 [1983], p. 53),

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Dessa maneira, ao trabalharmos “no entremeio da descrição com a interpretação” (ORLANDI, 1999a, p. 61), tomamos como categorias para a análise do *corpus* as *condições de produção*, as *formações discursivas*, as *formações imaginárias* e a *interdiscursividade* (*memória discursiva*) para abordar o processo sócio-histórico e ideológico da produção de sentidos *sobre a fronteira* no discurso dos relatos de viagens, sem perdemos de vista *a noção da opacidade da linguagem*, *o descentramento do sujeito*, *o efeito metafórico* (*o equívoco*) e as *relações de substituição*. Definimos, também, como dispositivos analíticos o *discurso na língua* e o *discurso sobre a língua*. A propósito do *discurso na língua*, devemos considerar primeiramente que a história intervém *na língua* e no processo de constituição dos sentidos. E a conjunção língua/história, de acordo com Orlandi (ibid., p. 96),

[...] só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quando temos o objeto discurso como lugar específico em que se pode apreender o modo como *a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua* (grifo nosso).

Devemos acrescentar que entendemos ainda o *discurso sobre a* partir das afirmações de Mariani (1996, p. 64):

Os discursos *sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (grifos da autora).

Dessa forma, como ponto de partida para a pesquisa entendemos ser importante retomar uma questão sobre a qual refletimos desde quando tomamos os relatos de viagens como objeto de estudo, ou seja, *o que se diz, nesses relatos, sobre as línguas, sobre os sujeitos e sobre o espaço?* Nesse sentido, efetuamos nosso gesto de recortar sequências discursivas predominantemente circunscritas às línguas, aos sujeitos e aos espaços tomados sob o prisma da fronteira.

Interessa-nos flagrar os *gestos de interpretação* (ORLANDI, 1996) dos viajantes, em relação às línguas (português, espanhol, "língua de mistura" – entre português e espanhol, e espanhol e guarani, por exemplo), ao sujeito fronteiriço e ao espaço de fronteira. Nesse caso, consideramos o *discurso sobre a(s) língua(s)* e o *discurso sobre a fronteira* enquanto fios condutores da reflexão. Ainda, buscaremos compreender pela noção de *memória discursiva* e de dispositivos analíticos advindos do campo da HIL, os saberes que se constroem nos relatos de viagens sobre o português como língua nacional e os modos como são apresentados enquanto *discurso sobre a língua*.

Segundo Orlandi (1999a, p. 32), "o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso". Nessa perspectiva, e com base em reflexões da autora, a consideração da noção de *interdiscurso* nos permite remeter os dizeres dos relatos de viagens a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-los em sua *historicidade* (ibid.). Devemos acrescentar que o termo *historicidade*, de acordo com Nunes (2007, p. 373),

[...] funciona de modo a caracterizar a posição do analista de discurso em relação à do historiador. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito

de sentido. Aos historiadores ligados à AD cabe questionar a transparência da linguagem, levando-se em conta a espessura da língua. Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos.

Consideramos que os sentidos produzidos por qualquer discurso estão atrelados ao já-dito (e esquecido) do *interdiscurso*, ou *memória discursiva*, que Pêcheux (2010 [1983], p. 52) define como:

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Dessa maneira, a noção de *memória discursiva*, assim como a de história como constitutiva da produção de sentidos (*a historicidade*), contribui de modo significativo para nossa compreensão dos discursos dos relatos de viagens, assim como para nosso entendimento da *memória de fronteira*.

Isso posto, julgamos importante enfatizar que um dos pontos de contato da articulação entre a HIL e a AD reside em uma visão histórica das ciências da linguagem que, de acordo com Orlandi (2001a, p. 16), permite:

[...] de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Lingüística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem.

Conforme Orlandi (ibid., p. 9), o projeto HIL visa, desde seu início, “estabelecer e difundir estudos sistemáticos que tocam a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisa”. Ainda, esse projeto visa conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensa a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem (ibid.). Não menos importante, como diz a autora, “é pensar a relação Língua/Nação/Estado e o cidadão que essa relação constitui” (ibid.). Em outras palavras,

[...] ver a Gramática e o Dicionário – os instrumentos lingüísticos como os denomina S. Auroux (1992) – como parte da relação com a sociedade e com a história (E. Orlandi, 1997)

transforma esses instrumentos em *objetos vivos*, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana (ibid., p. 8, grifo nosso).

Nesse sentido, da perspectiva da HIL, gramáticas, dicionários, manuais, normas e outros são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos, conforme os trabalhos de A. Collinot e F. Mazière (1997), como expõe Nunes (2008).

Poderíamos dizer que essas reflexões nos levam a entender que tomar os relatos de viagens em análise nesta tese como um *discurso sobre* significa considerá-los como parte da relação entre sociedade e história e poder refletir sobre essa relação. Em outras palavras, pensar os relatos de viagens na perspectiva da HIL, na sua articulação com a AD, significa refletir sobre a constituição da língua portuguesa enquanto língua nacional, em sua relação com a formação da sociedade no espaço de fronteira, sobre os sujeitos que nele habitam e sobre a(s) língua(s) que se constitui/constituem juntamente com o espaço. Ainda, os relatos de viagens entendidos como um *corpus*, um arquivo podem ser tomados como lugares de representação e de (des)construção da unidade do Estado nacional, da unidade da língua nacional e da identidade brasileira.

A esse respeito, na obra **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo, Orlandi (2008a [1990]) aborda longamente a questão dos relatos e das viagens durante a colonização: “A viagem como descoberta, a viagem como posse, a viagem como administração, a viagem como missão, a viagem como diário íntimo, a viagem como possível, a viagem como turismo” (ibid., p. 12). Tomaremos o relato de viagem, enquanto texto, como discurso, como “lugar de significação, de confronto de sentidos, de estabelecimento de identidades, de argumentação etc.” (ibid., p. 23). Procuraremos com isso atingir a *historicidade* dos textos e seguir a trama discursiva que estabelece sentidos para o encontro dos viajantes (enquanto sujeitos de discurso) com o sujeito fronteiriço, com o espaço de fronteira e com as línguas que significam e se significam nesse espaço – lembrando que “a história, para quem analisa discursos, não são os textos em si, mas a discursividade” (ibid.).

Ao concluirmos este capítulo, destacamos, ainda, que os estudos de Nunes (1992, 2006) também são fundamentais para nossa leitura dos relatos, ou seja, compreender a singularidade histórica dos relatos “implica em escutar no seu dizer os seus silêncios” (id., 2006, p. 18), em observar as marcas dessa *historicidade* presentes na materialidade linguístico-discursiva dos relatos, e em considerá-los, ainda, como *um espaço de memória discursiva* (ibid., p. 24), assim como são importantes seus trabalhos ligados ao projeto HIL no Brasil, nos quais esse autor analisa, de uma perspectiva discursiva, um conjunto de dicionários produzidos ou utilizados no Brasil do século XVI ao XIX (id., 2002, 2006).

CAPÍTULO 2 – CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS DA DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA GEOGRÁFICA BRASIL/ARGENTINA

Este capítulo busca apresentar certas discussões diplomáticas sobre a definição das fronteiras entre Brasil e Argentina. Cabe assinalar que serviram de suporte para as referidas discussões vários tratados de limites firmados entre Portugal e Espanha, durante o período colonial, especificamente na parte sul da América, dos quais rememoramos: o *Tratado de Madrid* (1750)⁶, o de *El Pardo* (1761)⁷ e o de *Santo Ildefonso* (1777)⁸⁹.

⁶ O *Tratado de Madrid*, firmado em 13 de janeiro de 1750, estabelecia, por parte de Portugal, a cedência da Colônia do Sacramento e a margem esquerda do Amazonas a oeste da boca mais ocidental do Japurá. Por parte da Espanha, o tratado determinava a cessão do território da margem esquerda do rio Uruguai ao norte do Ibicuí e reconhecia todas as posses portuguesas na América. Com o tratado, declarava-se que as duas nações ibéricas não usariam de prerrogativas e direitos que podiam pertencer-lhes em virtude de tratados anteriores, tais como: Tordesilhas, Lisboa, Utrecht e da Escritura de Saragoça. Adotava-se o princípio do *uti possidetis* de fato, ou seja, os luso-brasileiros permaneceriam nos territórios onde se encontravam, da mesma forma, os hispano-americanos. Contudo, o *Tratado de Madrid* sofreu séria oposição tanto na América como na Europa e acabou sendo anulado em 1761, antes mesmo que fossem demarcadas as fronteiras na sua totalidade (HEINSFELD, 2014, grifos nossos).

⁷ Nem os portugueses nem os espanhóis estavam satisfeitos com a solução apresentada pelo *Tratado de Madrid*, de 1750. Dessa maneira, pelo tratado assinado em 12 de fevereiro de 1761, em *El Pardo*, declarava-se nulo o *Tratado de Madrid*. Para Southey (1977) apud Heinsfeld (2014, p. 51, grifos nossos), a anulação do tratado agradou a ambas as coroas ibéricas. Os portugueses julgaram estar em vantagem, já que, para eles, a Colônia de Sacramento representava maior importância para seus interesses do que qualquer alargamento de território em direção aos sertões a oeste da Linha de Tordesilhas. E os espanhóis também estavam satisfeitos, pois, segundo Southey, nunca haviam se convencido de que na negociação daquele tratado não foram os portugueses favorecidos pela predileção nacional da rainha Maria Bárbara, portuguesa de nascimento. Contudo, “a tentativa de restaurar a tranquilidade com o tratado de *El Pardo* foi infrutífera” (ibid., p. 52, grifo nosso), já que os efeitos do acordo não duraram dois anos.

SOUTHEY, R. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, v. III, 1977, p. 276-277.

⁸ Em 1º de outubro de 1777 foi assinado em *Santo Ildefonso* um Tratado Preliminar de Limites na América Meridional, o qual estabelecia os limites coloniais. O tratado assinado entre Portugal e Espanha foi representado por Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e pelo Conde de Floridablanca, respectivamente. De acordo com Soares (1939) apud Heinsfeld (2014, p. 58-59): “Na porção sul da América ficava com a Espanha a Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões, o território ao norte

Consideramos que essa exposição, predominantemente descritiva, poderá ser relevante para situar o leitor no que diz respeito às referências e temas citados no decorrer deste trabalho. Dentre os temas mais diretamente implicados por esta exposição citamos a memória de fronteira, em particular os tratados de limites entre Portugal/Espanha e entre Brasil/Argentina (questão político-jurídica). Ademais, este capítulo é especialmente importante porque contextualiza a fronteira em estudo nesta tese: Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen; por exemplo, apresenta aspectos da demarcação da fronteira geográfica Brasil/Argentina e da (re)nomeação dos aglomerados.

2.1. NOÇÕES DE FRONTEIRA

Tendo em consideração a definição do espaço de fronteira como *espaço material (político-simbólico)*, tal como expusemos no capítulo 1, a partir do quadro teórico da AD, esta seção visa apresentar (re)definições de fronteira mobilizadas pelas áreas da Geografia, da Geopolítica e da Historiografia, bem como pelos dicionários, cujos sentidos contribuem para nossa compreensão acerca da demarcação da fronteira geográfica Brasil/Argentina. Na relação com

de Castilhos-Grandes até a Lagoa Mirim, recuando a fronteira até o Rio Piratini”. Com o *Tratado de Santo Ildefonso*, volta a prevalecer o princípio do *uti possidetis*, o qual já havia norteado as negociações do *Tratado de Madrid*. “A partir da foz do rio Peperi-Guaçu no Uruguai, em direção norte, a linha limítrofe definida em *Santo Ildefonso* era a mesma do *Tratado de Madrid*. O traçado das fronteiras estabelecidas pelo *Tratado de Santo Ildefonso* correspondia à ideia principal de Carlos III, que era conservar para a Espanha as Missões do Rio Uruguai e a Colônia do Sacramento. Portugal cedia as suas posições no Rio da Prata, encerrando suas pretensões de ter defronte de Buenos Aires um ponto avançado” (ibid., p. 60, grifos nossos). O historiador Heinsfeld destaca, ainda, que mais importante que a solução da questão de limites é o fato de o tratado recuperar a Colônia do Sacramento para a Espanha e deixar fechado o Rio da Prata a todas as nações, pois, dessa maneira, o tratado abre caminho para uma política comum de harmonia e entendimento entre ambas as nações ibéricas (ibid., p. 62-63). SOARES, J. C. M. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939, p. 172-188.

⁹ Muraro (2016, p. 169), discorrendo sobre as dificuldades de estabelecer uma fronteira linear entre Brasil e Argentina, relaciona tais dificuldades à “inexistência de acidentes geográficos relevantes que demarcassem com precisão os limites territoriais entre os dois países”.

os discursos dos relatos de viagens essas noções nos ajudam a compreender esse *espaço material*.

Dessa maneira, para Heinsfeld (2014, p. 16),

[...] as fronteiras e os países não existiram sempre, bem como não estiveram sempre onde estão. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais.

Ademais, para esse historiador, “as fronteiras podem ser consideradas a delimitação espacial do Estado, ou seja, a sua evidência territorial” (ibid.). E discutindo a respeito das diferenças entre fronteira e limite, sob o ponto de vista geopolítico¹⁰, esse historiador afirma que os limites que estabelecem a soberania do Estado são *linhas fixas*, enquanto as fronteiras são *linhas móveis*. Dessa forma, segundo o autor, as fronteiras apresentam um caráter mais amplo, sendo faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado (ibid., p. 17).

Na perspectiva da Geografia, Ferrari (2005, p. 4968) salienta que a fronteira “assume caráter essencialmente social, pois é a faixa ou zona onde coabitam interesses das populações limítrofes”. Para essa mesma autora, “a zona fronteiriça não está escrita, ela aparece nos recitos dos fronteiriços” (id., 2011, p. 134).

Como assegura o historiador Myskiw (2016, p. 43):

[...] cada fração da fronteira carrega sua *singularidade histórica e social*, [...]. E mais, o *tempo histórico e social* daqueles que viveram e sobreviveram na fronteira não é o mesmo do restante dos habitantes do território, quer sejam eles brasileiros, argentinos, uruguaios ou paraguaios (grifos do autor).

Para Muraro (2016, p. 168), “o termo *fronteira* significa muito mais que referências a demarcações que definem limites geográficos” entre países. E complementa:

¹⁰ Segundo Heinsfeld (2014, p. 15), “a geopolítica serve, do ponto de vista da política externa, para justificar os interesses expansionistas dos Estados. Ela compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados face à sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica, integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos, que impedem ou dificultam a realização das aspirações da classe dirigente de determinado Estado”.

[...] o significado atribuído pelas autoridades políticas e diplomáticas para as fronteiras entre dois países, na distância dos seus gabinetes, nem sempre corresponde ao sentido vivenciado pela população que habita áreas fronteiriças (ibid., grifo do autor).

Isso posto, julgamos importante apresentar definições de *fronteira* de acordo com dicionários que fazem parte da lexicografia brasileira dos séculos XIX e XX:

Fronteira, s.f. Confim, limite, extremo, raya (SILVA, 1813, p. 62). **Diccionario da Lingua Portuguesa.**

Fronteira, s.f. Confim ou limite de hum reino, etc. (PINTO, 1832, p. 539). **Diccionario da Lingua Brasileira.**

Fronteira f. Extremidade de um país ou região, do lado por onde confina com outro. Linha divisória entre duas regiões ou países. Confins. Estrema; limite; fim. * Ant. Expedição militar, para defesa dos limites ou fronteiras de um país (De fronteiro) (FIGUEIREDO, 1913, p. 921). **Novo dicionário da língua portuguesa.**

Como vemos, as definições de fronteira como “confim” e “limite” aparecem nos três dicionários. O dicionário de 1813 se detém em apresentar a equivalência entre os elementos *fronteira = confim, limite, extremo, raya*. Já o dicionário de 1832 agrega a especificação de *o que se limita*, no caso, “um reino”. A descrição do verbete no dicionário de 1913 se refere ao espaço como “país” ou “região” e traz também a noção de fronteira como “linha divisória”. É interessante observar que o termo antigo nesse mesmo dicionário apresenta uma equivalência entre fronteira e “expedição militar” identificada à “defesa dos limites ou fronteiras de um país”.

Veremos em nossas análises, a partir do capítulo 4, como os referidos elementos – “limite”, “linha divisória”, “expedição militar” e “defesa da fronteira” – são mobilizados pelos relatos.

2.2. PALMAS OU MISIONES

Muraro (2016, p. 169) destaca a questão de Palmas ou Misiones como um dos conflitos diplomáticos mais significativos entre o Brasil e a Argentina. Esse conflito se estendeu entre 1857 e 1895 e envolveu uma área de terras de 33.621 km² localizada entre a província de Misiones, o sudoeste

do Paraná e o oeste de Santa Catarina. O mapa abaixo representa a área em litígio:

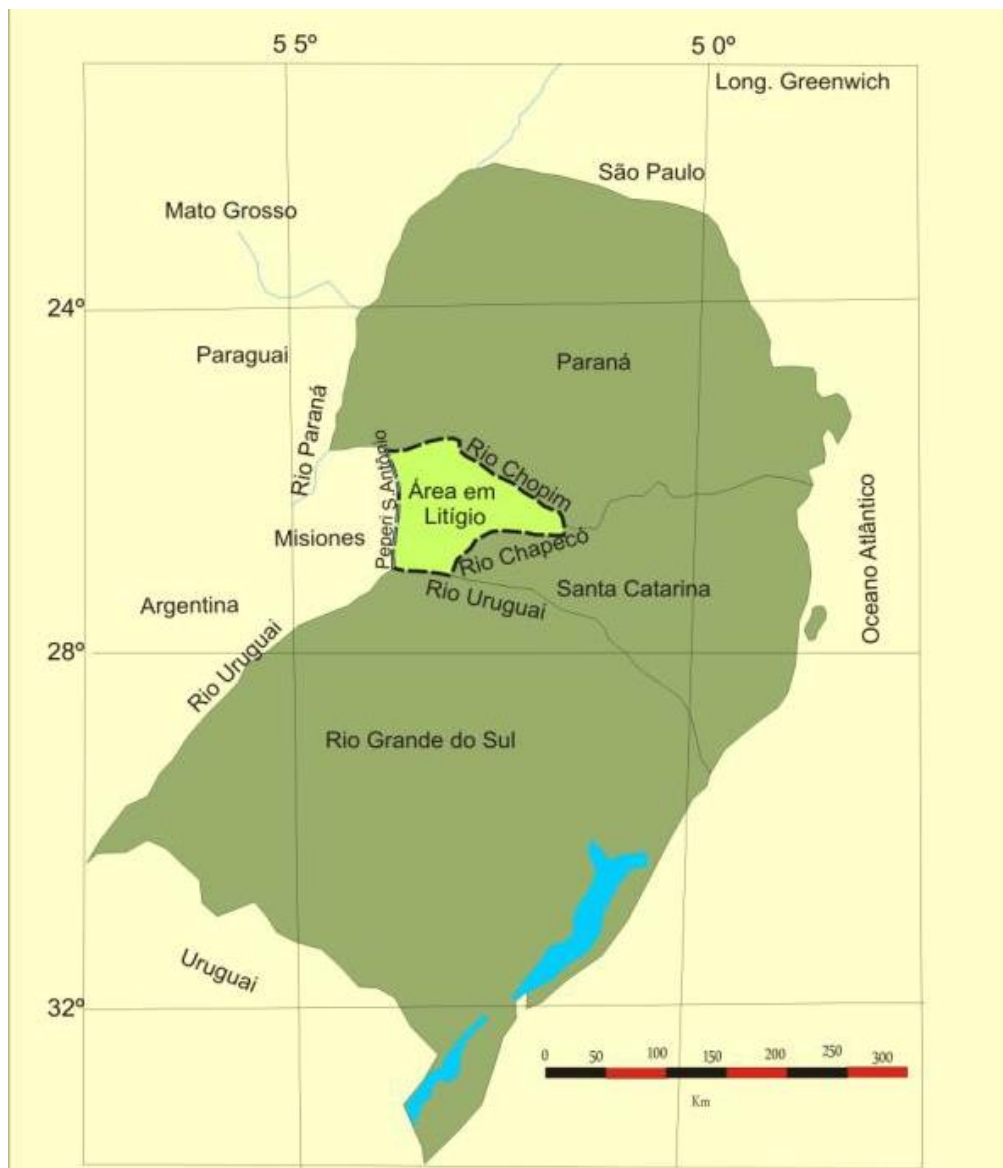


Figura 1 – Questão de Palmas ou Misiones (1857 a 1895).
Fonte: Ferrari, 2011.

Como apontado por Myskiw (2016, p. 65), “os limites territoriais com o Brasil Império, na porção Sul, não foram objetos de diálogo e contestação até meados do século XIX”. Isso somente acontece quando Argentina, Paraguai e outras províncias espanholas declaram independência, organizando-se em Estados republicanos (ibid.).

Dessa maneira, nas duas últimas décadas do século XIX, parte da opinião pública brasileira se concentra nas questões relacionadas à fronteira do Brasil com a Argentina, nos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná. E o território que a Argentina reivindicava como sendo seu, compreendido entre os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim¹¹, pertencia ao Brasil (HEINSFELD, 2014, p. 72).

Citando como fonte o **Jornal do Commercio** (05.08.1891), Heinsfeld (ibid., p. 73) afirma que a região passa a ser ocupada, por volta de 1830, por brasileiros criadores de gado. Pouco mais tarde, fundou-se a povoação de Palmas e logo depois a de Boa Vista ou Palmas do Sul (atual Clevelândia-PR). Desse modo, as povoações fundadas eram habitadas exclusivamente por brasileiros e sujeitas à soberania brasileira¹².

Convém destacar que em 1856 o Brasil assinou com a Argentina o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação; o referido tratado estabelece que “as embarcações mercantes e de guerra brasileiras e argentinas, poderiam navegar nos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, com sujeição apenas aos regulamentos fiscais e de polícia” (SOARES, 1973¹³, apud HEINSFELD, ibid.).

No ano seguinte, em 14 de dezembro de 1857, um novo tratado foi firmado entre Brasil e Argentina; dessa vez, o Tratado de Limites e Extradicação de Criminosos. José Maria da Silva Paranhos representou o Império do Brasil e Barnabé Lopez, a Confederação Argentina. Nesse tratado, como consta no artigo “O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil”, de Renato Barbosa Rodrigues Pereira,

[...] figura como divisória a mesma do Tratado de 1750 [Tratado de Madrid], isto é, a constituída pelos rios Uruguai, Pepiriguaçu, Santo Antônio e Iguaçu, e, para evitar dúvidas, o seu artigo 2.0 declarou que os rios Pepiriguaçu e Santo-Antônio, referidos no artigo 1.0 eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores de 1759 (ibid., 1945, p. 190).

¹¹ Os nomes dos referidos rios também são escritos, nesta tese, de acordo com a grafia original das obras e documentos consultados.

¹² Com a emancipação das colônias ibéricas na América, o que determinou as fronteiras foi o princípio do *uti possidetis*, ou seja, quem ocupasse de fato uma região seria seu dono de direito (HEINSFELD, 2014, p. 72, grifo do autor).

¹³ SOARES, T. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973, p. 266.

De acordo com Ruiz Moreno (1961, p. 73), a nação argentina aprovou o tratado com uma redação diferente no artigo 2º, ou seja, os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, que eram designados como limites, deveriam ser os que se achavam mais ao oriente com esses nomes, ou seja, os rios que hoje denominamos Chapecó e Chopim. Sendo a fronteira por esses rios, o governo da Confederação Argentina teria pressa em ratificar esse tratado. No entanto, conforme o **Jornal do Commercio** (05.07.1891) citado por Heinsfeld (op. cit., p. 76), devido à situação interna da Argentina naquele momento a ratificação não ocorreu. Por conseguinte, o tratado de limites Brasil-Argentina, de 1857, ficou sem valor jurídico e o Brasil continuou exercendo jurisdição sobre a área em apreço¹⁴.

Contudo, a partir da leitura de Delgado de Carvalho (1959), Heinsfeld (ibid., p. 80) interpreta que o território pretendido pela Argentina sempre constituiu para o Brasil independente uma área de segurança e defesa indispensável para as comunicações do Rio Grande do Sul, com o resto do país; por isso, o governo imperial tinha interesse em resolver o problema.

Após a tentativa frustrada do tratado de 1857, a questão de limites somente é retomada em 1876, quando após a Guerra do Paraguai (1864-1870) se negociam as fronteiras entre Argentina e Paraguai; mais uma vez, a tentativa de retomar a negociação para o “estabelecimento definitivo” das fronteiras entre Brasil e Argentina não obtém êxito, como veremos na seção a seguir.

Devemos destacar, ao concluirmos esta seção, um enunciado selecionado da citação de Pereira (1945), exposta anteriormente: “[...] os rios Pepiri-guaçu e Santo-Antônio [...] eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores de 1759” (ibid.). Visamos a remetê-lo para as discussões do capítulo 4, com base na ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira,

¹⁴ De 1836 a 1840 foram ocupados os campos de Palmas e Erê. Em 1850 já existiam lá cerca de 30.000 cabeças de gado. De 1842 a 1846 foram abertas estradas de Curitiba e de Porto União. Em 1878 Palmas foi elevada à categoria de vila. CARVALHO, D. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959, p. 192.

tais como: o processo de nomeação do povoado, nomeação das ruas e sentidos que remetem ao nome Peperi-Guaçu.

2.3. A FRONTEIRA NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI

Convém rememorar que, em 1º de maio de 1865, os países Argentina, Brasil e Uruguai aliam-se diplomaticamente e assinam o Tratado da Tríplice Aliança. O objetivo principal expresso no tratado era a derrubada do governo paraguaio comandada por Francisco Solano Lopez. A questão dos limites territoriais entre os países aliados e o Paraguai também era uma questão expressa no tratado.

No artigo VIII do tratado “garantia-se a integridade territorial paraguaia”; no entanto, no artigo XVI estabelecia-se que os limites da Argentina com o Paraguai seriam pelos rios Paraná e Paraguai, até a Baía Negra (HEINSFELD, 2014, p. 81). De acordo com Larramendy (1990)¹⁵, Heinsfeld (ibid., p. 82) destaca que pelo tratado couberam à Argentina os três Chacos, ou seja, o Austral, até o rio Bermejo; o Central, entre os rios Bermejo e Pilcomayo, e o Boreal, entre o rio Pilcomayo; e a Baía Negra. O Brasil não concordava com que a Argentina ficasse com praticamente todo o Chaco e, segundo Heinsfeld (ibid., p. 92-93), essa questão

[...] começa a ser resolvida pelo tratado de limites firmado em 03 de fevereiro de 1876, entre Argentina e Paraguai. O território do Chaco ficou assim dividido: entre os rios Bermejo e Pilcomayo ficaria para a Argentina, com o Paraguai abrindo mão da sua soberania; entre o Rio Verde e a Baía Negra era reconhecido como paraguaio, com a Argentina renunciando seus direitos; entre os rios Verde e Pilcomayo, os dois países resolvem entregá-lo à arbitragem internacional do presidente norte-americano Rutherford Hayes.

Heinsfeld (ibid., p. 94) ressalta que o presidente norte-americano Rutherford Hayes, em 12 de novembro de 1878, sob intervenção decisiva do Império brasileiro, decide a questão favoravelmente ao Paraguai. Esse Tratado de Paz e Limites entre a Argentina e o Paraguai é conhecido como “Tratado Yrigoyen-Machain”, pelo qual a Argentina tomou posse de parte significativa do

¹⁵ LARRAMENDY, M. S. Los limites internacionales con Paraguay y Brasil. **Cuadernos de Geohistoria Regional**. Resistencia (Argentina), nº 22, 1990, p. 51.

Chaco reivindicada pelo Paraguai (MYSKIW, 2016, p. 65). Para Heinsfeld, tendo em vista que a posição brasileira era contrária a que a Argentina ficasse com o Chaco, esse último país poderia dificultar o “estabelecimento definitivo” das fronteiras que ainda estavam pendentes (op. cit., p. 96).

Com relação à questão de limites entre Brasil e Argentina, consoante Pereira (1945, p. 190-191), em 1876 o barão Aguiar de Andrada, ministro plenipotenciário do Brasil, em missão especial em Buenos Aires, procurou abrir novas negociações e convidou o governo argentino a regular por um tratado “definitivo” os limites entre esses países. Para tanto, ofereceu como projeto do novo tratado o de 1857. Irigoyen, ministro das relações exteriores, formula as contrapropostas argentinas e nelas transparecem dúvidas sobre a exata posição dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Por fim, a contraproposta argentina não foi aceita e as negociações ficaram suspensas até 1881. Convém ressaltar, ainda, que a Argentina não contesta que os rios Peperi-Guaçu e o Santo Antônio devessem formar a fronteira e tampouco formula a sua pretensão aos rios Chapecó ou Peperi-Guaçu e ao Chopim, cuja pretensão fica claramente definida em 1881, como veremos na seção seguinte.

Antes, porém, sublinhamos que o nome *Irigoyen*, mencionado acima, é o que vai ser homenageado como nome da cidade situada no lado argentino da fronteira em estudo nesta tese, conforme explicamos na seção 2.6 deste capítulo. Convém mencionar, ainda, que a questão da *guerra (do Paraguai)* será retomada nas análises do relato **Pela fronteira**, em particular no capítulo 4.

2.4. A REIVINDICAÇÃO OFICIAL ARGENTINA

Heinsfeld (2014, p. 96-97) afirma, em conformidade com o Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros¹⁶, que em 1881 a Argentina manifesta sua pretensão, como expressa o autor, a um “território historicamente brasileiro”: o território das Missões. Em 16 de março de 1882, o governo

¹⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros**. 1888, p. 7. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>. Acesso em: 12 ago. 2016.

argentino dividiu em cinco departamentos esse território, transferindo-os do domínio provincial para o nacional. Na parte leste, os departamentos de Monteagudo e Iguassú faziam limites com o Brasil pelos rios Chapecó e Jangada, encontrados em 1788 e 1791 pelos demarcadores espanhóis, que eles denominavam Pequiri-Guazú e San Antonio Guazú. Em 1882, a questão fronteiriça era o único fator conflitivo entre os dois países, envolvendo o território da então Comarca de Palmas.

A seguir apresentamos um mapa argentino datado de 1882 em que o então Território Nacional de Misiones incluía as áreas a leste dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, equivalente atualmente às partes oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina.



Figura 2 – Mapa argentino datado de 1882.
Fonte: Aranha, 2014.

Ainda nesse ano de 1882, conforme a pesquisa de Heinsfeld (op. cit., p. 99), o governo brasileiro, considerando o Decreto Imperial nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, instalou as colônias militares de Chopim e Chapecó

nos campos de Palmas, junto aos rios Chopim e Chapecó, na região denominada província do Paraná, nos atuais municípios de Chopinzinho-PR e Xanxerê-SC.

Myskiw (2016, p. 66) ressalta que o governo imperial criou as referidas colônias militares “visando proteger o território fronteiriço contra possíveis invasões ou atividades exploratórias pelos argentinos”. Esse historiador também destaca que, para além da função de defesa do território, as colônias militares “serviriam como ponto inicial de povoamento dos sertões junto aos limites territoriais do Brasil, mediante o recrutamento de colonos nacionais e estrangeiros” (ibid.).

Conforme Barros (1980, p. 62), o ministro argentino no Rio de Janeiro, Dr. Luís Dominguez, acreditando que essas colônias seriam estabelecidas na região oeste daqueles rios, fez verbalmente algumas observações ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, conselheiro Pereira de Souza, e avisou ao governo de seu país. Do ponto de vista dessa autora, tais observações vieram revelar que a posição defendida pela Argentina sofrera modificações, ou seja, as dúvidas desse país não se referiam apenas à posição dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas, pela primeira vez, considerava como litigioso o território a leste desses rios, e “pretendia levar a sua raia ao Xapecó e ao Chopim, mais tarde substituído pelo Jangada” (PEREIRA, 1945, p. 191).

Consoante Heinsfeld (2014, p. 101), em 1885 é criada uma comissão mista, composta por brasileiros e argentinos – a qual realiza os seus trabalhos até 1890 – chefiada pelo engenheiro Guilherme Schüch, barão de Capanema (Brasil) e pelo general José Ignacio Garmendia (Argentina), para explorar os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim e o território situado entre eles, “levantando uma planta exata dos rios da zona litigiosa, idéia aliás em sua substância lembrada ao Govêrno Imperial pelo Sr. IRIGOYEN em 1876” (PEREIRA, op. cit., p. 193). Essa negociação apresenta como resultado o tratado de 28 de setembro de 1885, que determinou a exploração dos rios e do território em litígio entre os dois países (ibid., p. 194).

No Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros (1886)¹⁷ (HEINSFELD, op. cit., p. 103), consta que em setembro de 1886 a comissão mista se reuniu em Montevideu para traçar os planos de trabalho. Nessa ocasião, a República Argentina rejeitava o *uti possidetis*, invocando o tratado de 1777 (Santo Ildefonso) como ato internacional vigente, tomando por base a questão suscitada pelos comissários espanhóis da segunda demarcação. Tal posição se fundamenta no relatório daquele ano, no qual o barão de Cotegipe, então ministro dos Negócios Estrangeiros, afirma que a Espanha não possuía terras entre os rios do litígio.

Quanto ao rio que havia sido localizado em 1791 pelos demarcadores espanhóis, denominado por esses como “San Antonio Guazú”, ele provocou desentendimentos entre os membros da comissão mista. Os comissários argentinos defendiam que se tratava do rio Jangada e não do Chopim; por outro lado, os membros brasileiros não concordavam com tal posição, mas assim mesmo acataram a mudança, pois diziam acreditar no seu direito sobre o território litigioso. Esses fatos colaboraram para que a Argentina, a partir de 1888, ampliasse sua reivindicação territorial, quando defendeu como fronteira com o Brasil os rios Chapecó e o Jangada, não mais os rios Chapecó e Chopim.

Por fim, sinalizamos algumas questões apresentadas nesta seção que são retomadas na tese, a saber: *o território das Missões* que remete à exposição do contexto da escrita dos relatos de viagens, capítulo 3, em particular quando nos referimos aos escritos de Antonio Sepp a respeito da ação dos jesuítas a serviço da coroa espanhola junto aos índios guaranis na época da formação dos Sete Povos das Missões. Relacionamos, também, o tema das *colônias militares*, com sua função de defesa do território e ponto inicial de povoamento do espaço de fronteira – significado como “sertão” – às análises do discurso sobre a(s) língua(s) na colônia militar de Foz do Iguaçu, realizadas no capítulo 5.

¹⁷ BRASIL. **Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros**. 1886, p. 18.

2.5. TRATADO DE MONTEVIDÉU (1890) E DECISÃO ARBITRAL (1895)

Pereira (op. cit., p. 194) afirma que em 1889 – já no fim dos trabalhos da Comissão Mista – o ministro argentino Henrique Moreno apresenta ao conselheiro Rodrigo Silva, então ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, um projeto de acordo em que se adotava como linha “definitiva” de limites a média geométrica da área compreendida entre os quatro rios: Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Jangada. No entanto, o governo brasileiro rejeitou essa proposta e sugeriu o recurso do arbitramento, no caso de não haver acordo direto. Essa sugestão foi aceita e o Tratado de Arbitramento foi assinado em 7 de setembro de 1889, cujo artigo 1º estatua:

[...] a discussão do direito que cada uma das altas partes contratantes julga ter ao território em litígio entre elas ficará encerrado no prazo de noventa dias contados da conclusão do reconhecimento do terreno em que se acham as cabeceiras do rio Xapecó ou Pequiri-guaçu e Jangada ou Santo-Antônio-guaçu.

Entender-se-á concluído aquele reconhecimento no dia em que as Comissões nomeadas, em virtude do Tratado de 1885, apresentarem aos seus Governos os relatórios e as plantas a que se refere o artigo 4.º do Tratado.

O artigo 2º dizia:

Terminado o prazo do artigo antecedente sem solução amigável, será a questão submetida ao arbitramento do presidente dos Estados-Unidos-da-América, a quem dentro dos sessenta dias seguintes se dirigirão as altas partes contratantes pedindo que aceite êsse encargo (ibid.).

Antes de terminado o prazo acima mencionado ocorre a proclamação da República no Brasil, em 1889; pouco tempo depois, em 25 de janeiro de 1890, os ministros das Relações Exteriores (Quintino Bocaiúva – brasileiro e Estanislao Severo Zeballos – argentino), firmaram em Montevideú um Tratado de Limites entre Brasil e Argentina, no qual estabeleceu-se a divisão do território litigioso. Heinsfeld (2014, p. 109), fundamentando-se no **Jornal do Commercio** (17.01.1890), afirma que “pelo tratado de Montevideú o território litigioso seria dividido por uma linha que ligasse a foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim”. No entanto, “esta linha divisória, não seria rigorosamente reta, mas quebrada quando fosse necessário”, como é possível visualizar no mapa abaixo. Isso tinha como objetivo, de acordo com o autor, abranger “na

zona do território brasileiro, a maior quantidade possível das povoações e estabelecimentos nacionais existentes no campo do Erê” (ibid.).

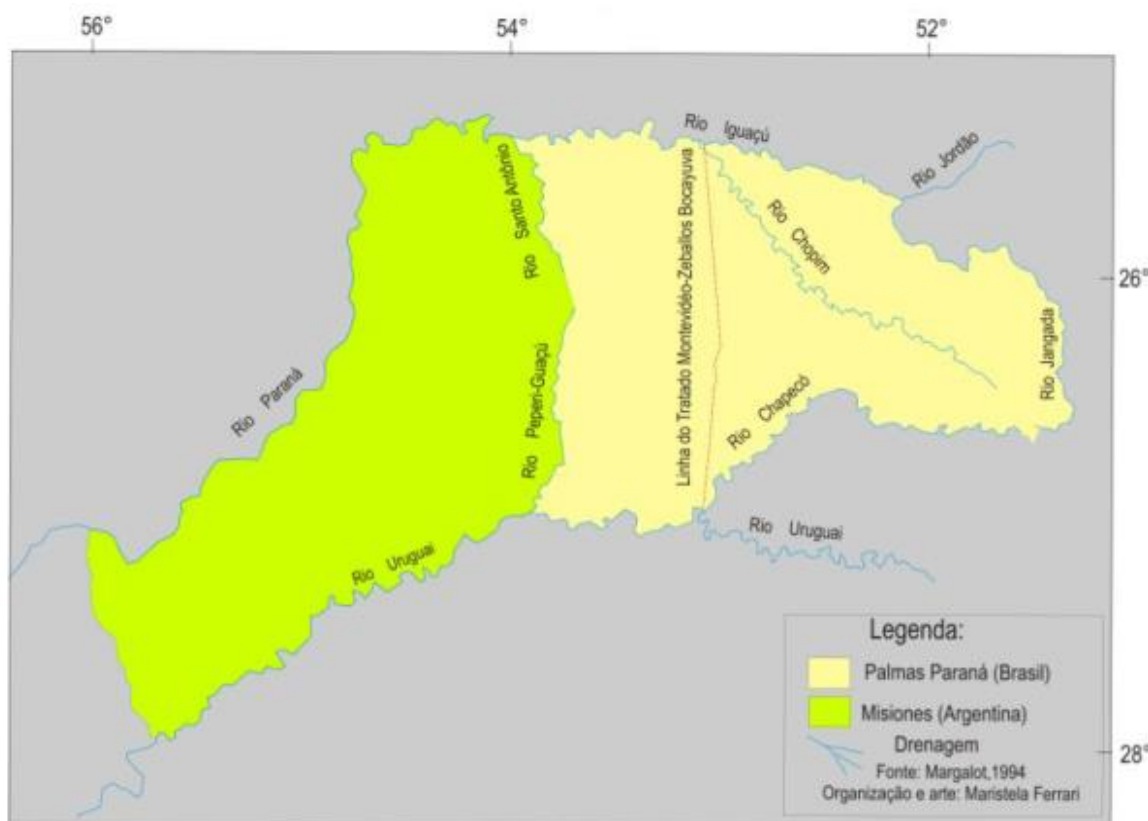


Figura 3 – Tratado de Montevidéu (1890); Linha Zeballos/Bocayuva.
Fonte: Ferrari, 2011.

Conforme esse tratado, completa o historiador Heinsfeld (op. cit., p. 120), todo o Campo Erê, com moradores brasileiros habitando a uma légua do rio Peperi-Guaçu, possuindo terras registradas há mais de 30 anos na Comarca de Palmas, passaria à jurisdição argentina.

De acordo com o **Jornal do Commercio** (09.08.1891), Heinsfeld (ibid., p. 123-124) afirma que a comissão especial da Câmara dos Deputados propôs a rejeição do tratado. Tal proposta baseava-se no fato de que o território pertencia ao Brasil e que nele exercia soberania, tinha autoridades que cobravam impostos, era sede de comarca (Palmas) e tinha estabelecimentos industriais, estradas, pontes, linhas telegráficas, onde vivia uma população superior a oito mil pessoas, composta exclusivamente de brasileiros.

Heinsfeld (ibid., p. 124) complementa que em sessão realizada secretamente, devido a um requerimento do deputado Aristides Lobo, em 10 de agosto de 1891, a Câmara dos Deputados, por 142 votos contra 5, aceitou o parecer da comissão especial, rejeitando assim o Tratado de Montevideú¹⁸.

Tendo em vista que o Tratado de Montevideú foi rejeitado e a negociação direta entre Brasil e Argentina também não foi possível, a questão foi submetida à decisão arbitral. Segundo Myskiw (2016, p. 68), “o arbitramento tornou-se o último instrumento (pelo viés pacífico) para se manter a posse brasileira do território das Missões”. Sendo assim,

[...] o laudo arbitral tecido pelo presidente norte-americano, Grover Cleveland, foi lido e tornado público em 6 de fevereiro de 1895, dando parecer favorável ao Brasil em relação ao território das Missões (ibid., p. 70).

Grover Cleveland assim concluiu o laudo (PEREIRA, 1945, p. 197):

Agora, portanto, saibam quantos êste virem que havendo eu, GROVER CLEVELAND, presidente dos Estados-Unidos-da-América, a quem foram conferidas as funções de árbitro nesta causa, examinado e considerado devidamente as Exposições, documentos e provas¹⁹ que me foram submetidos pelas respectivas partes em cumprimento das estipulações do dito Tratado (o de 1889), dou aqui a seguinte decisão e laudo:

¹⁸ O historiador Heinsfeld (2014, p. 124) destaca, ainda, que o texto integral do Tratado de Montevideú só veio a público após a sua rejeição pela Câmara dos Deputados, tendo sido publicado por todos os jornais da então capital federal, em 10 de agosto de 1891. Após o malogro que foi o Tratado de Montevideú, o governo brasileiro, como era para se redimir junto à opinião pública, ainda tentou uma negociação direta com a Argentina. O novo ministro das relações exteriores, Justo Leite Charmont, instruiu o representante diplomático em Buenos Aires, Ciro de Azevedo, para sondar o governo argentino sobre a possibilidade de um acordo direto, tomando por base os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, que o Brasil defendia como limites, alegando posse brasileira do território litigioso. Em 1º de setembro de 1891, Ciro Azevedo informou que o governo argentino resistia a um acordo direto (ibid., p. 127). BUENO, C. **A República e sua política exterior** (1889-1902). São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Funag, 1995, p. 105.

¹⁹ Muraro (2016, p. 171), ao abordar a decisão arbitral, explica que o processo de defesa elaborado pelo representante brasileiro, o barão do Rio Branco, estava fundamentado tanto com informações organizadas pelas comissões que o antecederam como com novos estudos de Geografia política europeia e Geografia física da região. O autor salienta que “a cartografia anexada ao processo permitia localizar com precisão os rios mencionados e os dados sobre a economia, edificações urbanas e a população brasileira, que habitava a área em disputa foram decisivos para justificar os princípios de *uti possidetis* e garantir para o Brasil o direito sobre o território” (ibid., grifo do autor).

Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos-do-Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Pepiri (também chamado Pepiriguazu) e San Antonio, a saber os rios que o Brasil designou na Exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo o limite acima, denominado sistema ocidental.

Para melhor identificação, podem êstes rios ser descritos ainda como os que foram reconhecidos e demarcados como Pepiri e San Antonio e designados e declarados assim respectivamente, e como rios lindeiros, nos anos de 1759 e 1760 pelos comissários portugueses e espanhóis para êsse efeito nomeados, de conformidade com o Tratado de Limites concluído em 13 de janeiro de 1750, entre Espanha e Portugal, segundo está registrado no *Diário Oficial* dos ditos comissários²⁰.

O mapa a seguir reproduz os limites entre Brasil e Argentina conforme foram fixados pelo laudo arbitral de 1895:

²⁰ Para mais informações sobre o laudo arbitral, cf. PEREIRA, R. B. O Barão do rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano VII, nº 2, p. 187-244, abr./jun.1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf. Acesso em: 4 dez. 2018.



Figura 4 – Limites entre Brasil e Argentina desde 1895.
Fonte: Ferrari, 2011.

Myskiw (op. cit., p. 70) destaca que o tratado de limites entre Brasil e Argentina foi assinado por ambas as nações em 1898; ademais, esclarece que os trabalhos de demarcação da fronteira Brasil-Argentina (da região contestada) ocorreram entre os anos de 1901 e 1903 e os relatórios e mapas foram elaborados entre os anos de 1904 e 1905, em Buenos Aires.

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores, de 1900 (em seus anexos), figura o protocolo que nomeou a Comissão Mista de Demarcação dessa fronteira, bem como fornece as instruções gerais para os trabalhos de campo. Dionísio Cerqueira foi indicado para coordenar a equipe brasileira de demarcação, composta, ainda, por engenheiros, militares, astrônomo, médico, farmacêutico e secretário. A equipe argentina foi comandada pelo engenheiro Valentin Virasoro (ibid).

Devemos destacar que o tema da demarcação da fronteira geográfica Brasil-Argentina é muito presente no relato **Pela fronteira**, obra contemporânea dos trabalhos de demarcação, como exemplificamos com o enunciado: “Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras” (SD11). Ademais, também são presentes as alusões às respectivas comissões, de modo especial comparece o nome Dionísio Cerqueira, tanto significado como sujeito *general* como nome do povoado, cujas análises realizadas no capítulo 4 são relevantes para nossa compreensão do processo de produção do espaço de fronteira.

2.6. DIONÍSIO CERQUEIRA-SC, BARRACÃO-PR (BRASIL) E BERNARDO DE IRIGOYEN (MISSIONES, ARGENTINA)

Nesta seção apresentamos um histórico da demarcação da fronteira geográfica sobre a qual nos debruçamos nas análises dos relatos de viagens. Começamos por dizer que a questão de limites entre Brasil e Argentina foi decidida por arbitramento internacional em 1895, como expusemos na seção anterior.

Essa fronteira apresenta sua singularidade e distinção em relação às demais do Brasil com a Argentina: entre o curso dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio se encontra a divisa seca de aproximadamente 22 quilômetros

compreendidos entre as cidades-gêmeas²¹ de Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) até as proximidades das cidades-gêmeas de Santo Antônio do Sudoeste-PR (Brasil) e San Antonio (Misiones, Argentina) (FERRARI, 2011, p. 134-135). Observemos o mapa a seguir:



Figura 5 – Cidades-gêmeas na zona de fronteira Brasil/Argentina no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones a partir de 1980.

Fonte: Ferrari, 2011.

Nessa zona fronteira, na interpretação de Ferrari (ibid., p. 135), a linha limite é formada “por dois ‘fios’ de água corrente mais uma linha seca”,

²¹ De acordo com o Art. 1º, da Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União – seção 1, em 24.03.2014, “serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”.

registrando que esta última já figurava em mapas desde 1895 – ano do arbitramento da questão de Palmas ou Misiones – e foi demarcada no terreno em 1903, com traçado representado por marcos de fronteira, como vemos nas análises do relato **Pela fronteira**. Devemos acrescentar que esse traçado se realizou conforme o caimento das águas das chuvas, isto é, onde as águas das chuvas correm para o oeste, pertence ao território argentino e onde as águas das chuvas correm para o leste, pertence ao território brasileiro (ibid., p. 111).

Conforme podemos observar, as fotos 1 e 2, a seguir, apresentam a vista parcial da linha divisória fluvial pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio respectivamente e as fotos 3 e 4 registram a vista parcial da linha artificial pelo caimento das águas da chuva.



Figura 6 – Linha divisória fluvial e artificial.
Fonte: Ferrari, 2011.

Muraro (2016, p. 172-173), ao abordar a questão de Palmas ou Misiones, na parte em que trata do laudo arbitral apresentado pelo presidente americano Grover Cleveland, afirma: “Apesar de estabelecida a fronteira linear entre a Província de Misiones, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do

Paraná, o tema ainda promove debates acadêmicos acalorados”. Em certa medida, isso vem confirmar que o sentido *de* fronteira atribuído nas decisões político-jurídicas não coincide com os sentidos produzidos *na* fronteira, no dia a dia. No entanto, esses diferentes sentidos indicam que sujeitos e línguas se constituem *na* fronteira e também pelas decisões políticas e jurídicas.

Tendo em consideração esse reconhecimento, agregamos, com base em Ferrari (op. cit., p. 142), que na fase do “estabelecimento” da fronteira linear entre Brasil e Argentina, no fim do século XIX, as cidades-gêmeas de Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) formavam um conglomerado urbano único²², chamado de Barracão/Barracón, por brasileiros e argentinos, indistintamente, cuja denominação decorre da construção de barracões para depósito de erva-mate. Na análise de Ferrari (ibid.),

[...] aquela integração físico-social de *Barracón/Barracão* chama a atenção da Comissão de Limites brasileira e, ao término da demarcação da linha seca e da implantação de marcos de fronteira, em 1903 o General Dionísio Cerqueira eleva o povoado brasileiro à categoria de vila, como forma de representar a soberania do Brasil naquela zona fronteira (grifo da autora).

O general Dionísio Cerqueira recomenda que a vila – que pertencia ao estado do Paraná – fosse chamada Peperi-Guaçu, de maneira que as primeiras comissões de limites, compostas por oficiais portugueses e espanhóis, que penetraram o vale do Peperi-Guaçu por volta dos anos de 1759 e 1760 fossem homenageadas (ibid.). Com tal nomeação se remontaria às origens da vila; não obstante, o capitão Domingos Nascimento, que compunha a comissão de limites brasileira, propôs que a nova povoação tomasse o nome de Dionísio Cerqueira, em homenagem aos serviços que esse general vinha

²² De acordo com Muraro (2016, p. 173), na fase do estabelecimento da fronteira linear entre Brasil e Argentina, fim do século XIX, o conglomerado urbano único que as referidas cidades-gêmeas formavam era efeito da proximidade física das populações residentes e da convivência cotidiana na fronteira. O autor complementa que esse fenômeno foi determinante não somente pelas relações sociais, mas também pelas relações econômicas existentes nessa época e pelo isolamento geográfico. Pode-se citar como exemplo, a extração de erva-mate por brasileiros, paraguaios, argentinos e povos indígenas, de maneira absolutamente informal, a qual inclusive representa uma das principais atividades econômicas da região, no início do século XX.

prestando àquela área paranaense. Vemos no capítulo 4, de acordo com a ata da inauguração da povoação, que essa proposta foi aprovada unanimemente, assim como nos dedicamos à análise dessas questões.

Para que fique mais claro o que vamos expor a seguir, devemos assinalar, conforme Valentini (2016, p. 227), que as terras que estavam em disputa internacional entre Brasil e Argentina, na conhecida questão de Palmas ou Misiones, já estavam em disputa acirrada entre Santa Catarina e Paraná. Após a sentença favorável ao Brasil, no ano de 1895,

[...] as disputas internas são retomadas, desta vez no âmbito da mais alta corte judiciária brasileira. Após ser levada ao Supremo Tribunal Federal, a primeira sentença foi favorável a Santa Catarina que, no ano de 1904, passou a contar com toda a área pretendida, embora o Paraná tenha recorrido da decisão; outras duas sentenças, respectivamente em 1909 e 1910, foram favoráveis a Santa Catarina (ibid.).

No período de 1912 a 1916 ocorreu a Guerra do Contestado²³, considerada um importante marco da história daquela região²⁴ – compreendida entre duas grandes bacias hidrográficas: a do rio Iguaçu e a do rio Uruguai (ibid., p. 223). Nas palavras desse historiador (ibid., p. 222),

[...] a Guerra do Contestado tem uma significação profunda no entendimento da formação histórica em toda a sua região de abrangência. Foi o maior conflito social brasileiro envolvendo questões fundiárias.

Devemos registrar, também, que o acordo de limites celebrado em 20 de outubro de 1916 entre os estados de Santa Catarina e Paraná figura como o marco oficial do fim da Guerra do Contestado (ibid., p. 228). A partir dos mapas a seguir podemos observar, no primeiro, a área em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina e, no segundo, a composição desses estados após o litígio.

²³ Para uma leitura aprofundada acerca da Guerra do Contestado, cf. a bibliografia do historiador Nilson Thomé (Caçador-SC).

²⁴ Região do Contestado, conforme esclarece Valentini (2016, p. 222), “é a denominação utilizada na descrição da vasta área de terras que foi alvo de disputas jurídicas entre Paraná e Santa Catarina na longa e fastidiosa questão dos limites dos Estados sulinos”.



Figura 7 – Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1916).
Fonte: Ferrari, 2011.



Figura 8 – Paraná e Santa Catarina após o litígio (1917).
Fonte: Ferrari, 2011.

Consoante Ferrari (ibid., p. 142), com o término desse litígio a vila (Dionísio Cerqueira) recebe um novo limite político-territorial; como resultado, parte da vila, sob administração do Paraná, foi desanexada desse estado para incorporar-se ao estado de Santa Catarina. Nessa ocasião, o aglomerado que se assentou em terras catarinenses passou a se chamar Barracão e permaneceu com esse nome até 1938. Nesse ano, os nomes dos aglomerados se inverteram: o aglomerado catarinense passou a se chamar Dionísio Cerqueira e o paranaense ficou com o nome de Barracão. Houve, ainda, outra modificação importante, não somente com respeito à nomeação das localidades, mas também na organização do território. A citação abaixo trata dessas alterações:

[...] durante a efêmera existência do Território Federal do Iguaçu (1943-1945), Barracão e Dionísio Cerqueira foram novamente unidos em um só aglomerado chamado de Barracão. Com a extinção daquele território, Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC) retomaram seus antigos limites (ibid., p. 142-143).

Quanto ao aglomerado situado no lado argentino, Ferrari (ibid., p. 143) esclarece que ele permaneceu com o nome de Barracón até 1931, e nessa data passou a se chamar Bernardo de Irigoyen (Misiones), em homenagem ao advogado argentino que atuou na questão de limites entre Brasil e Argentina.

Assim, aquele único aglomerado que havia no fim do século XIX, quando da divisão político-territorial entre Brasil e Argentina (Palmas ou Misiones), e posteriormente com o litígio entre Paraná e Santa Catarina (questão do Contestado), evoluiu oficialmente para três pequenos aglomerados, que mais tarde receberam a denominação de cidades-gêmeas: Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen (ibid.).

Fazemos um aparte para a década de 1920, já que será retomada em outras partes desta tese, em particular, nas análises dos relatos que compõem a obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Conforme aponta Muraro (2016, p. 174), nesse período histórico a população que habitava a região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e a Argentina vivenciava um clima de “cordialidade e interação”. Apesar disso,

as informações que chegam às autoridades políticas da capital, de acordo com esse autor, são distorcidas:

[...] as áreas próximas às fronteiras do extremo oeste, entre Mondaí e Dionísio Cerqueira, eram descritas como “sertão inculto”, “floresta bravia” dominada pelos tigres e pelo “banditismo”, espaços nos quais circulavam livremente foragidos da justiça, contrabandistas e jagunços. Os brasileiros da região estariam sofrendo um processo acelerado de desnacionalização, promovida pela convivência com os argentinos (ibid.).

Essas informações serviram de pretexto para o então governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, organizar uma expedição²⁵ na qual o acompanhavam políticos, autoridades policiais, consultores jurídicos, agrimensores e fotógrafos aspirando a levar “civilização” ao oeste de Santa Catarina, ao passo que “nos caminhos da floresta tropeiros e indígenas circulavam sem demonstrar maiores preocupações *com os limites geográficos ou com a língua falada*” (ibid., grifo nosso). Relativamente aos limites geográficos, D’Eça (1992 [1929], p. 36) sustenta:

[...] não pode haver maior paradoxo do que a linha divisória entre o Brasil e a Argentina, pelo Peperi-Guaçu. *Virtualmente ela não existe*. Barracão e Barracón são uma só e única povoação cortada por um fiapo de água abandonado e que a língua de um cão, bebendo, revolve e turva (grifo nosso).

A afirmação de D’Eça de que Barracão e Barracón em 1929 formavam uma só e única povoação vai ao encontro das considerações de Ferrari (2011, p. 134), ao abordar os elementos que caracterizam esse espaço fronteiriço: “Como todas as linhas limites, essa também só tem materialidade corpórea na cartografia”.

Para ilustrar essa conurbação, a seguir expomos uma foto de Dionísio Cerqueira e Barracón que integra o álbum fotográfico da viagem de 1929 e um mapa de 2008 das cidades-gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen.

²⁵ Referimo-nos à viagem que originou a obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras** que integra nosso *corpus* de pesquisa.



Figura 9 – Vista panorâmica de Dionísio Cerqueira e Barracón (1929).
Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, 2005.



Figura 10 – Cidades-gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) (2008).
Fonte: Ferrari, 2011.

Observando os argumentos que foram apresentados ao longo deste capítulo, a partir de trabalhos dos campos da História, da Geografia e da Geopolítica, retomamos algumas questões que se tornam pertinentes para nossas reflexões, que passamos a abordar.

Pudemos notar, a partir de certos estudos apresentados, uma fronteira que vai sendo desenhada nos mapas, embora associada à

“fragilidade” dessas fronteiras em formação a partir dos antigos domínios coloniais na América do Sul, “desde quando Portugal e Espanha dividiram as então desconhecidas terras americanas conforme o Tratado de Tordesilhas” (THOMÉ, 2010, p. 6). De outro modo, há a heterogeneidade particular que caracteriza *na* fronteira, espaço no qual funciona uma determinada indistinção entre línguas e limites de uma fronteira em formação.

Como aponta a própria geógrafa Ferrari (op. cit., p. 364),

[...] para as pessoas que vêm de fora e até para as que ali já residem, fica difícil entender esses limites, mesmo com a implantação de marcos de fronteiras e outras características que tentam expressar as territorialidades.

Isso nos indica que os deslocamentos e a convivência nas cidades-gêmeas de Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) formam uma conurbação que muitas vezes coloca “em xeque os territórios pré-fixados pelos limites internacional, estadual e municipal” (ibid., p. 363), tornando os limites político-territoriais insuficientes para evitar relações transfronteiriças.

Essas questões são mais bem compreendidas em Camblong (2009, p. 127), em cujo artigo a autora se posiciona no discurso determinada por seu lugar de pesquisadora, mas também como habitante da província de Misiones:

Nosotros, los de aquí nomás, “sabemos por experiencia propia” que cruzamos el río, cruzamos la línea, cruzamos la aduana, cruzamos el mojón y estamos en otra lengua, en otro país, con otra moneda, en otra ley. A la inversa, sabemos fehacientemente que el cruce no nos provoca extrañeza porque del “otro lado” estamos los mismos vecinos que hablamos guaraní o español o portugués “naturalmente”. Un ir y venir de documentos, monedas y legalidades que se entretajan, que se manejan y se transgreden con franca displicencia de hábitos arraigados. Sabemos cambiar dinero como sabemos cambiar o mezclar las lenguas, sabemos estar aquí como sabemos estar allá. Sabemos en qué consiste la diferencia pero también en qué consiste nuestra continuidad vecinal, nuestras costumbres de antigua data, nuestra familiaridad compartida en tonos, acentos, gestualidad, olores, comidas, vestimenta, ritos ancestrales. Sabemos que atravesamos fronteras, pero también sabemos que las fronteras nos atraviesan.

Ademais, levando-se em conta as diferenças de abordagem entre fronteira e limite teorizadas neste capítulo, poderíamos pensar que conceber a fronteira somente como uma *linha fixa* seria considerá-la como um espaço

dado, efetuado, designando “o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna” (MACHADO, 1998, p. 42).

De outro modo, de nosso entendimento, e conforme o arquivo exposto, a fronteira é um espaço produzido, *indissociável dos sentidos e das fronteiras entre sujeitos e línguas*, alicerçados na definição de fronteira como *espaço material (político-simbólico)* (ORLANDI, 2001b) e na *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a).

Nesse sentido, não dissociamos a demarcação geopolítica, a *linha fixa*, identificada a um *espaço imaginariamente estabilizado* – uma fronteira “traçada”, de uma fronteira “vívda”, *carregada de conteúdo social* (STURZA, 2010, p. 343), identificada a um *espaço móvel, fluido*, embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vívda” socialmente. De acordo com Sturza (2006, p. 19), “a fronteira assume sentidos contraditórios, que se definem não só pelos limites geográficos como também pelo conteúdo social”.

Desse modo, tendo em consideração as reflexões expostas, reafirmamos, de nossa perspectiva, que o processo de produção do espaço de fronteira não se dá apenas como um gesto político-jurídico, mas como um processo de produção de sentidos e sujeitos.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTO DA ESCRITA DOS RELATOS DE VIAGENS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma contextualização da produção dos relatos de viagens que formam nosso *corpus* de análise: **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento, e **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, que se compõe de dois relatos: “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Arthur Ferreira da Costa, e o “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira”²⁶ (1931), de José Arthur Boiteux. Essa exposição é particularmente importante para a construção da tese, uma vez que contempla os períodos e os objetivos das viagens e possibilita situar os relatos selecionados para a pesquisa em uma conjuntura sócio-histórica e política, além de relacioná-los aos de outros viajantes que estiveram na fronteira sul.

As reflexões empreendidas neste capítulo têm como fundamento a memória de fronteira, a partir dos escritos do historiador Myskiw sobre “Os viajantes e seus relatos” (2008) e seu livro **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907) (2011), que, com olhar sensível, atento e crítico, tanto nos ensina sobre a fronteira sul. Ainda, os estudos de Crestani (2015) e Radin (2016) são igualmente importantes, já que tematizam relatos de viajantes argentinos e brasileiros nos séculos XIX e XX e a colonização da fronteira sul, respectivamente. Recorremos também a Lorenzetti (2010), pesquisadora das obras de Domingos Nascimento escritas no início do século XX, a Vojniak (2005), Renk (2005) e Nunes, K. (2009), estes mais especificamente para caracterizar o relato **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**.

²⁶ Esclarecemos que, na presente tese, quando nos referimos a Dionísio Cerqueira e a Barracón, sem acento gráfico, estamos sendo fiéis à forma como esses nomes foram registrados nos relatos que fazem parte de nosso *corpus* de análise.

3.1. ESTUDO DE QUESTÕES INDÍGENAS: VIAGENS AO SUL DO BRASIL – SÉCULOS XVI E XVII

As áreas onde hoje se situam os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná até 1750 pertenciam oficialmente à Espanha. Desde meados do século XVI, essas áreas foram percorridas e exploradas por viajantes e missionários a mando das coroas espanhola e portuguesa, dos quais vale mencionar o colonizador espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, os padres jesuítas Antonio Ruiz de Montoya (peruano) e Antonio Sepp von Recchegg (austríaco) e o soldado alemão Ulrich Schmidel (MYSKIW, 2008). Conforme sinaliza Myskiw (ibid., p. 11), esses escritos são preciosos no que diz respeito ao estudo de questões indígenas entre meados do século XVI e a terceira década do século XVII. Ressaltam-se desses relatos informações sobre os costumes das sociedades indígenas, particularmente guaicurus, guaranis, caingangues, carijós, assim como sobre os aspectos geográficos e os caminhos percorridos.

Conforme esse mesmo autor, os relatos do padre Antonio Ruiz de Montoya, por exemplo, descrevem as atividades cotidianas realizadas pelos jesuítas e índios guaranis nas reduções do Guairá. Por seu lado, os escritos de Antonio Sepp se dedicam à ação dos jesuítas espanhóis junto aos índios guaranis na época da formação dos Sete Povos das Missões (ibid., p. 11-12)²⁷.

3.2. NOVAS DESCOBERTAS E EXPLORAÇÕES: EXPEDIÇÕES PARA A CAPITANIA DE SÃO PAULO – SÉCULO XVIII

No século XVIII, período de hostilidades entre portugueses e espanhóis na parte meridional da América do Sul, as instruções de Lisboa ao *Vice Rey do Estado do Brazil* eram “assegurar a posse e a integridade dos territórios pretendidos por Portugal na América” (ibid., p. 12), dos quais se

²⁷ A região dos “Sete Povos das Missões” foi desestruturada a partir dos acordos entre Espanha e Portugal, com a assinatura do *Tratado de Madrid* (1750), que redefiniu as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul (MYSKIW, 2008, p. 12).

sobressai o estabelecimento de novas povoações na capitania de São Paulo. Myskiw (ibid., p. 13) destaca que “o ouro deveria funcionar como uma espécie de ‘isca’, com o objetivo de atrair aventureiros para adentrar os sertões a Oeste e Sul da Capitania de São Paulo”.

À vista disso, os “aventureiros”, como expressa o autor, partiam organizados em expedições a lugares distintos com o intuito de “realizar novas descobertas, explorações e descrições dos lugares percorridos em forma de cartas e diários de viagens” (ibid.).

Tendo em vista a importância desse tema para caracterizar os textos de nosso *corpus*, devemos enfatizar que a partir dessas expedições e descrições dos lugares os relatos em forma de cartas e/ou diários passaram a ser considerados como instrumentos privilegiados de construção de “um saber a ser utilizado na exploração, ocupação e colonização das referidas regiões” (ibid.). Com base em suas próprias pesquisas, Myskiw complementa:

[...] os relatos contidos em cartas e diários foram utilizados para sustentar a argumentação de se empreender defesa do território português frente aos castelhanos (ibid., p. 14).

Na seção seguinte, ao longo da discussão sobre viagens organizadas ao interior do Brasil, por estrangeiros e brasileiros, o leitor observará nomes de viajantes europeus e norte-americanos que deixaram seus escritos sobre diferentes regiões do Brasil e nomes de viajantes brasileiros cujos relatos estão publicados na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**, o que vem contribuir com o papel dos viajantes e de seus relatos para a construção de um saber, no caso, a ser utilizado na expansão territorial interna.

3.3. COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS “VAZIOS”: VIAGENS AO INTERIOR DO BRASIL – SÉCULOS XIX E XX

Como passaremos a ver, os séculos XIX e XX no Brasil se caracterizam como um período de expansão territorial interna, ou seja, de ocupação do interior e de demarcação de fronteiras externas, para cuja expansão os viajantes tiveram um papel importante por meio de seus relatos, que participaram da construção da identidade nacional.

Myskiw (ibid., p. 16), ao falar sobre a vinda da Missão Artística Francesa ao Brasil e sobre a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios (1816), destaca que essas “eram evidências concretas de que novos rumos iriam ser dados em relação às artes e às pesquisas científicas realizadas por viajantes estrangeiros, portugueses e luso-brasileiros” (ibid.). Os membros da Missão Artística Francesa e os viajantes de outras nacionalidades, diz o autor, demonstraram grande interesse pela natureza (flora, fauna e minerais) e pelos costumes do Brasil (hábitos cotidianos, comidas, festas, etc.), assim como pela sociedade do século XIX (ibid.).

Para alcançar esses objetivos, “os viajantes do século XIX deslocaram-se ao interior do Brasil a inventariar as riquezas e mazelas das terras distantes” (ibid.)²⁸, diferentemente “dos viajantes dos séculos XVI e XVII, que permaneceram a explorar e relatar apenas as áreas litorâneas” (ibid.). Como vemos, os relatos de viagens no século XIX, inscritos em um período de grande avanço científico e tecnológico, assumiram um caráter científico, cujos efeitos comparecem nos relatos que analisamos nesta tese, escritos no início do século XX.

Convém destacar, para os fins de nossa pesquisa, que além daquelas viagens referidas em nosso *corpus*, outras viagens e expedições foram organizadas ao interior do Brasil, por brasileiros e estrangeiros. Essas viagens, embasadas em relatos sobre aspectos geográficos e populações indígenas, tinham como objetivos expressos ocupar novas terras e promover a expansão da “linha de fronteira” com a formação de povoados dentro ou à margem das florestas (ibid.). Observemos que o viajante francês, Auguste de

²⁸ De acordo com Myskiw (2008, p. 16-17), citamos alguns nomes de viajantes europeus e norte-americanos que deixaram testemunhos escritos sobre diferentes regiões do Brasil: Johann Emanuel Pohl, Karl Friedrich Phillip von Martius, Johann Baptist von Spix, Jean Baptist Debret, Charles-Marie de La Condamine, Georg Henrich von Langsdorff, Vincent Leblanc, John Luccock, Maria Graham, Maximiliano Wied-Newied, Auguste de Saint-Hilaire, Henry Koster, Richard Burton, Ina von Binzer, Francis de Castelnau, Richard Fleckno, madame Langlet Dufresnoy, Wilhelm von Eschewege, Marc Ferrez, Raoul Walsh, Daniel Kideer, James Fletcher, Rose de Freycinet, baronesa de Lagnsdorff e Ida Pfeiffer.

Saint-Hilaire, em sua viagem pelo interior da 5ª Comarca da província de São Paulo, em 1820 (província do Paraná em 1853),

[...] classificou os Campos Gerais como o “paraíso terrestre do Brasil”, lugar perfeito para se empreender uma “*colônia de agricultores europeus*”, visto que “eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia” (ibid., p. 18, grifo nosso).

Posto isso, agregamos que com a formulação da política imigratória na segunda metade do século XX foram mobilizadas afirmações como essas, com o fim de divulgar o Brasil e, mais tarde, a província do Paraná em diferentes países europeus (ibid.). Myskiw comenta, ainda, que se juntam aos diversos escritos de Auguste de Saint-Hilaire relatos de outros viajantes estrangeiros, que também registram suas “impressões” acerca de diferentes regiões do Paraná durante o século XIX e princípios do século XX²⁹.

Para dar sentido aos seus discursos os viajantes isolaram, classificaram e organizaram as plantas, animais, insetos, paisagens, minerais e pessoas e hábitos culturais, em busca de um significado comum à sua época, e, ao fazer isso, produziram, intencionalmente ou não, “efeitos de verdade” (ibid., p. 20).

Com respeito aos viajantes brasileiros que adentraram os “sertões paranaenses” (ibid.), encontramos na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)** suas narrativas de viagens, em que se propunham dar a conhecer o território. Dentre esses viajantes, podemos citar padre Francisco das Chagas Lima, John Henrique Elliot, Camilo Lellis da Silva, Joaquim Francisco Lopes, Nestor Borba e José Francisco Thomaz do Nascimento³⁰. Como vemos a seguir, Myskiw (ibid., p. 21) demarca alguns

²⁹ Dentre esses viajantes estrangeiros, poderíamos citar: Johann Jakob von Tschudi, Robert Ave-Lallemant, Julius Platzmann, Thomas Plantagenet Bigg-Wither, Robert Helling e os irmãos Mirko e Stevo Seljan (MYSKIW, 2008, p. 18).

³⁰ LIMA, F. C. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809). **Revista Trimensal de Historia e Geographia**, Rio de Janeiro, tomo quarto, p. 43-64, 1842.

ELLIOT, J. H. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanema, e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 17-42, 1847.

aspectos nos quais os viajantes brasileiros se diferenciam dos viajantes estrangeiros, cujas diferenças se centram no “olhar” e na “impressão” dos lugares percorridos, ou seja, os viajantes brasileiros

[...] não estavam preocupados em pintar e comparar povos, animais, insetos e plantas, e sim, de narrar as aventuras e desventuras das viagens, de descobrir e informar aos leitores os aspectos geográficos e populacionais das terras percorridas e, principalmente, de *opinar a respeito das potencialidades econômicas ao se empreender a ocupação e colonização dos lugares narrados*. Nem todos eram cientistas a exemplo dos viajantes naturalistas estrangeiros. Parte considerável deles se consideravam mais exploradores e sertanistas, ao modo de muitos bandeirantes portugueses, do que etnógrafos, zoólogos e botânicos. Junto deles, sertão adentro, um grupo maior de pessoas compunham as expedições: indígenas, tropeiros, cozinheiros, médicos e picadeiros. Personagens esses, quase sempre omitidos do cenário histórico quando da construção das narrativas de viagem (grifo nosso).

Crestani (2015) observa que a fronteira transnacional entre Argentina e Brasil era uma região de disputas por diversos interesses, dos quais destaca a ocupação e a colonização dos espaços considerados “vazios” ou “desérticos”, “espaços selvagens e locais de barbárie”³¹. Segundo esse autor,

SILVA, C. L. Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paranan, por Camilo Lellis da Silva, P. d'Armada imperial e nacional, em 23 de maio de 1849. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, p. 5-31, 1865.

LOPES, J. F. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes, encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Provincia de S. Paulo e a de Matto-Grosso pelo Baixo Paraguay. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**, Rio de Janeiro, tomo XIII, p. 315-335, 1850.

BORBA, N. Excursão ao Salto da Guahyra ou Sete Quedas, pelo capitão Nestor Borba – Notas e considerações geraes, pelo engenheiro André Rebouças. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo LXI, p. 65-87, 1898.

NASCIMENTO, J. F. T. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo XLIX, p. 267-281, 1886.

³¹ A esse respeito, compartilhamos uma reflexão de Mignolo (2015, p. 104) de que “se suele ver el racismo ligado solamente a las personas y no la racialización de los lugares o regiones”.

[...] o ato do viajante de conhecer as fronteiras, como forma de relatar as possíveis riquezas nativas disponível para a exploração, possibilitou o surgimento dos conflitos contra a população nativa, indígena, mestiça e de migrantes (ibid.).

Crestani esclarece que de acordo com a historiografia oficial da Argentina, a fronteira é compreendida como *espaço vazio*, como *o espaço improdutivo*, ou seja, embora fosse ocupado pelos índios, “aquele território não era, efetivamente, integrado ao território nacional e ao projeto de desenvolvimento nacional” (ibid.). Em suas palavras:

[...] a presença indígena na fronteira é apagada pela história oficial, de modo que o principal item a ser descrito são as potencialidades das fronteiras vazias, fronteiras desérticas, ou seja, fronteiras de ninguém (ibid., p. 63).

No tocante à historiografia brasileira, a ocupação dos “espaços vazios” na fronteira oeste visava ao domínio territorial em relação aos países vizinhos, tendo como principal característica de sua ocupação o processo de valorização das terras (ibid., p. 62). Para Crestani,

[...] os conflitos aparecem como um elemento indissociável da fronteira, pois sua expansão se efetua sempre em um local ou espaço ideologicamente considerado como “vazio” *a partir da lógica demográfica, econômica, ou mesmo jurídica. O Estado busca manipular o simbolismo da fronteira, intervindo, principalmente, por razões geopolíticas, econômicas e demográficas*, ou seja, sendo conveniente descolar frentes de migrações para as regiões de fronteira tanto para garantir a posse quanto para garantir a soberania do país (ibid., p. 63, grifo nosso).

A ideia de “vazio”, de “deserto” é retomada e explorada em outras partes desta tese, em que veremos que seus sentidos perpassam os relatos que são objetos de nossas análises.

Dito isso, prosseguimos com a contextualização da produção dos relatos de viajantes, mais especificamente, no início do século XX, período de escrita daqueles que são objetos de nossas análises discursivas.

3.3.1. Viagem de Manuel Bernárdez – de Buenos Aires às Cataratas do Iguaçu (1901)

O viajante Manuel Bernárdez, no ano de 1901, relata a sua viagem desde a capital Buenos Aires, passando por Corrientes, Misiones até as

“Cataratas do Iguazú”³², “apontando como local grandioso, considerado como um estupendo prodígio território missioneiro” (CRESTANI, *ibid.*, p. 66). Essa viagem tinha o objetivo de conhecer as “maravilhas” da fronteira entre Argentina e Brasil através do rio Paraná, no intento de divulgar essa região. Crestani (*ibid.*, p. 67) considera que a divulgação das possibilidades econômicas dessa região fronteiriça era uma forma de incentivar a vinda de imigrantes para os locais passados por Manuel Bernárdez até a chegada nas Cataratas do Iguaçu.

Pode-se observar, no recorte abaixo, como Bernárdez (1901) retrata a destruição da população nativa de Misiones, mas, sobretudo, eleva as possibilidades de desenvolvimento da agricultura, da indústria, da arte, nessa região.

[...] los vestigios de una civilización destruida a hierro y fuego por la intolerancia y la barbarie, sobre cuyas ruinas, al conjuro del manso y laborioso agricultor, vuelve otra vez a florecer la vida, y allá arriba, en el límite, el prodigio de las ingentes cataratas, que con el interminable trueno de su voz se diría que anuncian la grandeza continental para el día en que toda aquella desmesurada fuerza se transforme en acción, en cultura en poder industrial, en vida, en arte (BERNÁRDEZ, 1901, p. X, apud CRESTANI, *ibid.*).

Consoante Crestani (*ibid.*), “sobre as ruínas da população indígena os imigrantes teriam grandes possibilidades para o desenvolvimento do trabalho agrícola”. Esse autor salienta, ainda, que o trabalho regular sobre a terra propiciava ao colono o desenvolvimento do “processo de ocupação dos espaços vazios argentinos, onde a barbárie estava presente pela população nativa”, sendo a agricultura regular a solução para o processo “civilizatório” dessa fronteira (*ibid.*, p. 68), haja vista que “o propósito de vinda desses imigrantes³³ era, por um lado, o de suprir as necessidades de mão de obra e,

³² BERNÁRDEZ, M. **De Buenos Aires al Iguazú** – Crónicas de un viaje periodístico a Corrientes y Misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas. 2ª ed. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, 1901.

³³ Com relação ao Brasil, Radin (2016, p. 151-152) pontua que as experiências com imigrantes europeus no sul do país, na forma de pequenas propriedades agrícolas, desenvolveram-se logo após a independência e em meados do século XIX, quando essa região recebeu um número expressivo de imigrantes, principalmente italianos, alemães e poloneses. Explica, também, que o governo imperial fez concessões de

por outro, fazer avançar a conquista para novas fronteiras territoriais” (RADIN, 2016, p. 147), ocupando os espaços considerados vazios.

Crestani define a floresta missioneira como um local de riqueza imediata, de riqueza natural, cujas oportunidades de culturas eram diversas, dentre as quais, a exploração da erva-mate, a “flor de tierra” (BERNÁRDEZ, 1901), “produto de grande importância para a República Argentina, tanto para o consumo como para a exportação” (op. cit., p. 69).

Outro ponto a destacar da pesquisa de Crestani (2015) é que o governo da Argentina estabelecia o cultivo forçado de erva-mate como tentativa de criar novas colônias e fomentar a indústria ervateira. Assim, a migração de colonos para a região de fronteira tinha como propósito o desenvolvimento econômico e o controle sobre a fronteira com o Brasil, além de que o cultivo de erva-mate contribuiria economicamente com o desenvolvimento dessa região. Para Crestani (ibid., p. 70), “o ato de os viajantes conhecerem as fronteiras transnacionais foi uma forma de relatar as possíveis riquezas nativas disponíveis para a exploração” e isso funcionava como um incentivo para que viessem à região aqueles que estavam em busca de novas riquezas.

3.3.2. Expedição de Curitiba à colônia militar de Foz do Iguaçu e a obra *Pela fronteira*, de Domingos Nascimento (1903)

Na conjuntura sócio-histórica e política que acabamos de apresentar, também se situa a expedição militar empreendida por Domingos Nascimento³⁴, em 1903, da qual se originou a obra **Pela fronteira**, que integra o *corpus* da presente pesquisa.

terras públicas às províncias com o intuito de difundir a colonização. No que diz respeito ao processo de colonização da fronteira sul, ele alcançou seu auge do fim do século XIX até meados do seguinte, “abrangendo áreas do norte e oeste gaúcho, todo o grande oeste catarinense, partindo do vale do rio do Peixe até o extremo oeste e do sudoeste paranaense” (ibid., p. 164).

³⁴ Domingos Virgílio Nascimento nasceu em Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, em 31 de maio de 1863. Foi aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e participou da propaganda republicana ao lado de Júlio de Castilhos por ocasião de sua passagem pelo Rio Grande do Sul. Além de militar foi também conhecido como jornalista, poeta e autor do hino do Paraná. Exerceu mandato de deputado federal, mas continuou atuando como jornalista. Faleceu em 30 de agosto de 1915, em

Conforme Lorenzetti (2010, p. 46), Domingos Nascimento foi designado para participar de tal expedição, que teve início em Curitiba e que alcançava as cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, via estrada de ferro, de onde partia rumo ao oeste por algumas picadas construídas por extratores de erva-mate; o objetivo era chegar à colônia militar da foz do rio Iguaçu. Segundo o próprio Nascimento (1903), foram 103 dias “de longa e penosa viagem através de sertões”; segundo ele, esse livro, que foi produzido em 25 dias, “não pode ser nem um livro de arte, nem um complexo de conhecimentos úteis sobre a zona da fronteira. É antes um roteiro” (ibid., p. II1). Cabe acrescentar que essa obra resulta de uma série de anotações do viajante durante o percurso, apresentada em um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, durante a Exposição Paranaense de 1903, e premiada como melhor trabalho monográfico.

De acordo com Myskiw (2011, p. 50), Domingos Nascimento “não era apenas mais um militar, jornalista e literato na capital paranaense”. Para além disso, ele “tinha prestígio e fama entre seus pares pelos livros que havia escrito e, em grande parte, por ser considerado um jornalista polêmico e independente”. Para esse historiador, na obra **Pela fronteira**, escrita em 1903, Domingos Nascimento “procurou fazer uma espécie de radiografia do Paraná, de suas riquezas e mazelas”, priorizando as extensas e detalhadas descrições sobre “os lados de oeste de nossa terra” (ibid., p. 51).

Ademais, Myskiw (ibid., p. 54) faz menção aos “cenários contraditórios” que se revelam àqueles que tiveram acesso ao livro de Domingos Nascimento e a sua leitura atenta e minuciosa. Em suas palavras,

[...] as paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d'águas, descritas com o intuito de destacar a “grandiosidade das nossas riquezas”, [...] contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios.

Curitiba-PR. Cf. CAROLLO, C. L. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná, 1991. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Para melhor situar a obra **Pela fronteira** em uma conjuntura sócio-histórica e política, vejamos em que se constitui o “Paraíso do Assombro”, tal como Domingos Nascimento define a fronteira, a partir das ponderações de Myskiw (ibid., p. 55):

[...] as precárias vias de comunicação com o restante do Paraná e do Brasil dificultavam a migração de pessoas rumo à fronteira, aberta oficialmente com a instalação das Colônias Militares. Por outro lado, isolava os brasileiros que haviam migrado sertão adentro e os punha em contato direto com o estrangeiro que marcava presença e estava a explorar erva-mate e a madeira, transportadas em barcos-vapores rio Paraná abaixo e por cargueiros com tração animal via estradas aos portos e cidades argentinas.

Ainda com respeito à obra **Pela fronteira**, a partir das pesquisas de Myskiw (ibid.),

Domingos Nascimento alude que o *progresso* dar-se-ia com a ocupação das terras na fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura. Entendia que os “capitalistas estrangeiros” constituíam-se num entrave ao desenvolvimento e o progresso do Paraná e da fronteira Oeste do Paraná (grifo nosso).

A ideia de progresso reinante nesse contexto contribuía para reforçar o entendimento de que “as populações autóctones ou do ‘sertão’, por serem consideradas inferiores, estavam fadadas ao desaparecimento” (RADIN, 2016, p. 148), devido ao avanço da colonização. Desse modo, “a expropriação ou a redução das áreas de terras daqueles grupos foi vista com certa naturalidade ou normalidade” (ibid.). Nas palavras de Radin:

[...] vários intelectuais e governantes difundiam e defendiam o “branqueamento” da população, pois se sentiam incomodados pela marcante presença de povos indígenas, caboclos e pela grande quantidade de negros na base da sociedade brasileira. Em geral havia pessimismo em relação à ideia de que a partir desses povos se criasse a base para uma nação civilizada e desenvolvida (ibid.).

Nesse entendimento, a ideia de progresso do Brasil também estava relacionada à necessidade de repensar a base social e cultural brasileira.

3.3.3. A excursão do governador Adolfo Konder de Florianópolis a Dionísio Cerqueira e a obra *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras* (2005)

Na direção apontada anteriormente, constatamos no prefácio da obra acima mencionada – que faz parte de nosso *corpus* de análise – que Vojniak (2005, p. 9) faz referência à “crescente preocupação governamental com um conhecimento mais amplo do interior do país” a partir da segunda década do século XIX, de maneira que esse conhecimento

[...] passa de mera descrição de espaço (como a localização de sua posição geográfica em relação ao globo terrestre) para um interesse ampliado de suas configurações, tais como: a *localização das fronteiras*, a descrição da superfície, o clima e sua intensidade em diferentes estações, a qualidade do solo e da água, as condições da população, entre outros (SALOMON, 2002, p. 137-141 apud VOJNIAK, *ibid.*, grifo nosso).

Vojniak (*ibid.*) assinala que “esse novo saber do espaço reclama a importância de viagens de reconhecimento do interior do país para possibilitar o seu desenvolvimento, a sua povoação ou a sua colonização”, ou seja, um interior que deveria ser inventado, descoberto. Conforme Renk (2005, p. 114),

[...] a eficácia do projeto colonizador requereu agente humano, cujo modelo foi o descendente europeu, vindo das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul. Esse aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização europeia no país, tendo como protagonistas os colonos “trabalhadores”, “construtores do progresso e da civilização”.

Convém ressaltar, com base em Nunes, K. (2009, p. 67), que a partir da década de 1920 o projeto de “modernização” e “civildade” passa a ser intensamente difundido no Brasil e que os atos administrativos de Adolfo Konder, governador do estado de Santa Catarina de 1926-1930 (denominado, na época, *presidente de estado*) estiveram alinhados a esse projeto. Essa pesquisadora destaca a viagem oficial de reconhecimento ao oeste e ao extremo-oeste catarinense como um dos feitos administrativos desse governador de maior repercussão, pois nenhum outro governador até então tinha feito uma viagem como essa. Como vimos no capítulo 2, essa região foi incorporada legal e administrativamente ao território catarinense em 1916, após a Guerra do Contestado (*ibid.*, p. 62).

Já em 1917, após a questão de os limites com o Paraná ter sido dirimida, Santa Catarina estabelece uma legislação que orienta a política de ocupação daquele espaço, através da colonização, para “preencher o vazio demográfico” (RENK, op. cit., p. 113)³⁵. Pelo que se observa nas colocações de Renk (ibid., p. 119), os sucessivos esforços para colonizar essa região se devem também a um imaginário sobre ela como “terra de barbárie, inóspita e paraíso da criminalidade”. A autora destaca ainda que “os escritos, desde o império, contam-na como terra de ninguém”, lembrando que, como afirmamos, de acordo com Crestani (2015), a fronteira Brasil/Argentina já era compreendida como *espaço vazio* no século XIX. Dado isso, “a viagem de Konder em 1929 adquire importância para o projeto colonizador em implantação” (ibid., p. 119).

No momento da viagem de 1929 havia uma insciência da região, “os mapas registravam-na como zona desconhecida” (ibid., p. 120), região que se distanciava espacial e socialmente da capital. De acordo com Vojniak (2005, p. 10), ainda que essa viagem ao interior do estado de Santa Catarina tenha sido realizada em meados da primeira metade do século XX, emerge na esteira do “saber do espaço”, desencadeado no século XIX, conforme dissemos antes, já que “previa o conhecimento e reconhecimento do interior no intuito de possibilitar o seu desenvolvimento e a sua colonização”.

Desse modo, a obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras** trata dessa viagem, retratada como a “Bandeira de Konder”³⁶, por meio de relatos daqueles que acompanharam esse governador

³⁵ Ferrari (2011, p. 192) esclarece que “a viagem de 1929 foi a primeira a ser realizada pelo poder público do Estado ao oeste catarinense e pode ser tomada como *um ato simbólico da posse daquela área territorial*, que embora tenha passado a pertencer ao Estado a partir de 1917, encontrava-se ainda *desintegrada do território catarinense*” (grifos nossos).

³⁶ Vojniak (2005, p. 12) destaca, no prefácio da referida obra, os objetivos oficiais da “Bandeira de Konder”: “Conhecer melhor para atender com mais eficácia as necessidades da região; assinatura do Convênio Policial de Irahý, como repressão ao banditismo na fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; encontro entre os presidentes Adolfo Konder (SC) e Getúlio Vargas (RS) em Iraí, seguido de conferência para fechar acordos, solucionar dúvidas sobre o limite dos dois estados, tomar decisões sobre as estradas de rodagem nas margens do rio Uruguai, divulgar a erva-mate, reprimir o contrabando na fronteira (principalmente de madeiras); organizar

– que sai de Florianópolis e, por um período de 30 dias, percorre o estado de Santa Catarina até a cidade de Dionísio Cerqueira, localizada na fronteira com a Argentina.

Nessa obra, publicada em 2005, há reedições fac-similares do livro de Arthur Ferreira da Costa “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia., 1929) e da conferência de José Arthur Boiteux intitulada “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931). Também fazem parte da obra fotografias extraídas do álbum fotográfico que registra a passagem do governador do estado pelo oeste; e dois artigos científicos sobre a viagem de 1929, um elaborado por Arlene Renk, antropóloga, intitulado “O conhecimento do território: a Bandeira de Konder”, apresentado originalmente no encontro da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) em 1994, e outro, por Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa, historiadores, cujo título é “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina”, publicado na **Revista Projeto História**, da PUC-SP, nº 18, em 1999. Na época da viagem também foi produzido e publicado o livro **Aos espanhóis confinantes**, de Othon Gama D’Eça (1929), reeditado em 1992 pela Editora da UFSC em comemoração ao centenário do autor.

Concluindo este capítulo, ancoramo-nos novamente em Renk (2005) para dizer que a viagem do governador Adolfo Konder e demais representantes do poder público estadual, que tinha como propósito o (re)conhecimento de uma zona “que não constava nos mapas” foi um ato político e público realizado para “dar a conhecer ao litoral o que é o interior”. Por outra forma, para o governador, “conhecer o território equivalia a *tomar posse simbólica da área*, num processo de conhecimento explicitado pelos integrantes da comitiva” (ibid., p. 120, grifo nosso).

diretório político e criar escolas primárias. No entanto, outros objetivos ficam implícitos na investida da Bandeira, podendo ser percebidos a partir de diferentes leituras dos documentos produzidos na viagem e sobre a viagem”.

CAPÍTULO 4 – PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE FRONTEIRA E DO ESPAÇO DO POVOADO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Tendo em vista que a língua na AD é tomada em sua forma material, e que ela é permeada de falhas, repetições, equívocos, deslizos, consideramos que o *real da língua* (MILNER, 2012 [1978]) é inatingível. Ou seja, o *real da língua*, trazido por Milner (ibid.) da psicanálise, expressa que há um impossível próprio da língua, que não se pode dizer tudo e as palavras sempre estão em falta.

Por essa razão, ao tomarmos os relatos de viagens como objetos de nossas análises discursivas compreendemos, também, que eles fornecem uma “descrição da realidade” que corresponde, necessariamente, a uma projeção imaginária do real. Filiando-nos à AD, especialmente da perspectiva da área Saber Urbano e Linguagem, assim como à HIL, “uma história sempre tensa, marcada por injunções, possibilidades e apagamentos” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 11), procuramos compreender nos relatos o movimento dos sentidos e não os sentidos prontos.

Dessa maneira, este capítulo objetiva analisar os processos de espacialização da fronteira Brasil/Argentina, inseparáveis do processo de constituição dos sujeitos e das línguas; de modo particular, a partir dos discursos sobre a fundação e (re)nomeação do povoado de Dionísio Cerqueira, no lado brasileiro da fronteira, em 1903. Em nosso percurso analítico procuramos compreender como a fronteira é significada no relato de viagem **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento. Para tal, este capítulo encontra-se estruturado em três seções.

Na seção 1, iniciamos nosso percurso analítico apresentando aspectos sobre espaço e sujeito presentes no relato, a partir das descrições da saída do viajante (Domingos Nascimento) e sua comitiva de Curitiba-PR, com destino a Foz do Iguaçu-PR, e suas primeiras “impressões” sobre o espaço com o qual ele vai tomando contato. Tendo em vista o predomínio de um discurso sobre a natureza nessas descrições, retomamos alguns aspectos da

pesquisa de Nunes (1992): “A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários”, com o fim de trazer para nossa reflexão a questão do discurso naturalista. Visando compreender como o espaço natural é significado, considerando a passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico, remetemos à análise alguns verbetes de dicionários que fazem parte da lexicografia brasileira dos séculos XIX e XX.

Em seguida, na seção 2, almejamos discutir os discursos sobre o povoado Dionísio Cerqueira. Nessa seção nos concentramos, de forma inicial, em sequências discursivas relativas às primeiras “impressões” do viajante sobre o povoado fundado em território brasileiro e ao ato de fundação desse povoado.

Para a análise das relações de oposição que lemos nos textos entre rua/sertão mobilizamos as discussões de Rodríguez-Alcalá (2000) acerca da questão da cultura, particularmente quando o foco está no papel central dessa noção em certos discursos da (sobre a) colonização. A oposição entre o *natural* e o *civilizado* em Fedatto (2013) também nos fornece importantes contribuições. A partir da ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira refletimos sobre a nomeação das ruas e sobre os nomes dos participantes na solenidade de inauguração do povoado. Para tanto, os estudos de Guimarães (2001) são fundamentais. Ainda no que tange à reflexão das relações entre rua/sertão, mobilizamos o conceito de *silêncio constitutivo* proposto por Orlandi (2007) com o fim de indagarmos como o relato põe em circulação determinados sentidos e silencia outros.

Ainda na seção 2, analisamos uma sequência discursiva na qual se mencionam os motivos do general Dionísio Cerqueira para a fundação de um povoado em território brasileiro. Para pensarmos sobre a ideologia jurídica associada ao espaço, apresentamos, com fundamento em Haroche (1992), aspectos sobre a passagem de uma forma-sujeito religiosa (forma histórica de existência dos sujeitos característica da Idade Média) para a forma-sujeito jurídica ou sujeito de direito, característica dos Estados nacionais modernos. Orlandi (2004), Rodríguez-Alcalá (2011a) e Branco (2013) também fundamentam essas análises. Dando prosseguimento à questão da delimitação

do espaço e à luz da *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço*, em sua relação com o jurídico, que fundamenta o Estado, julgamos pertinente analisar, também na seção 2, uma sequência discursiva selecionada do capítulo “A linha divisória”, do mesmo relato em análise neste capítulo.

No percurso das reflexões da seção 3, analisamos enunciados extraídos da ata da inauguração da povoação e refletimos sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nesses enunciados associados aos nomes Pepiry-Guassú e Dionísio Cerqueira e como funcionam no ato oficial de renomeação do povoado.

Por fim, convém registrar que as análises empreendidas neste capítulo têm um importante papel na construção da tese, pois o estudo do espaço do povoado de Dionísio Cerqueira nos permite aprofundar a reflexão a respeito dos processos de produção da fronteira.

4.1. DISCURSO SOBRE A NATUREZA

Para iniciar nossas análises sobre a significação do espaço natural, apresentamos a primeira sequência discursiva (SD) recortada da abertura do primeiro capítulo da obra **Pela fronteira**, denominado “Em via ferrea”.

SD1 – *Os nevoeiros da manhã de Abril* rolavam ainda pelos campos, como *esquadrões brancos em desfile*, quando o trem partiu agitando o seu *pennacho* negro, entre silvos estridulos e os adeuses das fardas e das fanfarras que enfileiravam pela extensa plataforma da estação de Curytiba (NASCIMENTO, 1903, p. 3, grifos nossos).

Domingos Nascimento parte de trem da Estação de Curitiba em uma pequena comitiva composta pelo general Bormann³⁷ e pelo coronel Lino Ramos, com destino a Foz do Iguaçu, ou seja, segue o rumo natural do rio Iguaçu, da nascente à sua foz.

SD2 – Dentro em pouco, a duas léguas apenas, *a locomotiva* deu de investida contra o flanco direito do Iguassu, despertando-o; e então era de ver a porfia vertiginosa das duas grandes serpes, qual mais orgulhosa dos seus músculos na

³⁷ A biografia de José Bernardino Bormann está disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>. Acesso em: 19 jul. 2017.

immensa e vasta coesão das suas *moléculas solidas e líquidas* (ibid., grifos nossos).

Podemos elucidar que o viajante se dedica a descrever o encontro dos rios Irai e Atuba, os quais formam o rio Iguaçu – considerado o maior rio totalmente paranaense³⁸ – na parte leste do município paranaense de Curitiba, junto à divisa deste com os atuais municípios de Pinhais e São José dos Pinhais. Após, descreve o curso do rio entre brejos e capões, florestas, campinas do interior, coxilhas, lajeados e destaca a maestria da natureza, a qual permite ao *Iguassu* oferecer o traço da estrada aos engenheiros da *Chemins de Fer*³⁹. Assim, o viajante vai descrevendo/interpretando as estações e paradas do trem, os povoados, suas “impressões” altamente positivas da paisagem, das fazendas, da vida campeira.

Nota-se que predomina nas descrições apresentadas um discurso sobre a natureza, visto da locomotiva: os nevoeiros da manhã, os campos, os rios, os brejos, os capões, dentre outros elementos. Ainda, vale registrar a alusão ao discurso científico pela metáfora e uso de termos técnicos, tais como “moléculas solidas e líquidas”. Como afirma Nunes (1992, p. 152), “o discurso dos viajantes, de modo geral, narra as ações de um sujeito-viajante e descreve os lugares com os quais ele toma contato”.

Desse modo, e com o objetivo de trazer para nossa reflexão a questão do discurso naturalista, torna-se necessário retomar alguns aspectos da pesquisa de Nunes (ibid.). Nesse trabalho, quando o pesquisador discute a prática discursiva do missionário no Brasil, na conjuntura da colonização⁴⁰,

³⁸ “O rio Iguaçu é formado pelo encontro dos rios Irai e Atuba na parte leste do município de Curitiba, na divisa com o município de Pinhais. Os referidos rios são originados na borda ocidental da Serra do Mar, seguindo seu curso de 1320 km cruzando os três planaltos paranaenses até desaguar no Rio Paraná”. Cf. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA. **Bacias hidrográficas do Paraná** – Série Histórica, Curitiba, 2010. p. 30.

³⁹ De acordo com estudos de Kroetz (1985), a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens* foi a primeira empresa concessionária da Estrada de Ferro do Paraná. Segundo o autor, o Decreto nº 8.505, de 29 de abril de 1882, autoriza o prolongamento da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá até a margem esquerda do rio Paraná, pouco abaixo da Cachoeira das Sete Quedas [...] (ibid., p. 49-50, grifo nosso).

⁴⁰ Conforme Nunes (1992, p. 101), “a empresa colonizadora visa ao estabelecimento de uma colônia francesa no Brasil. Nesse projeto incluem-se os missionários, que

elucida que a partir da perspectiva do missionário o discurso sobre os elementos naturais do Novo Mundo “se constitui como um discurso de conversão”. Isso quer dizer que

[...] o espaço discursivo religioso se alia ao discurso naturalista, na produção das interpretações. Visto que “a natureza ensina o índio”, o missionário trabalha as relações discursivas a partir da fala sobre a natureza, introduzindo os elementos das Escrituras Santas (ibid., p. 115).

Nunes (ibid., p. 212) nota uma transformação significativa nos objetos temáticos, na passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico⁴¹. Conforme o autor, “as descrições dos lugares e dos indivíduos passam a ser mediadas pelo discurso jurídico” (ibid.). Com essa mudança, “a memória histórico-discursiva se reestrutura em função das necessidades de civilização e formação das cidades” (ibid.).

Tendo em consideração que o discurso sobre a natureza é recorrente no relato, visamos compreender como o espaço natural é significado, haja vista a passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico, apontada por Nunes (ibid.), que também produz efeitos de sentido nas descrições do espaço.

Para tal, trabalharemos com o termo “pennacho”, inserido no enunciado: “[...] quando o trem partiu agitando o seu *pennacho* negro” (SD1, grifo nosso), embora consideremos que nessa sequência discursiva há outros termos de interesse para a análise, tais como: “Esquadrões brancos em desfile”, “fardas”, “fanfarras”, assim como na SD2 temos “flanco direito do Iguassu” e “serpes”.

Dessa forma, vamos considerar alguns sentidos que remetem a tal passagem. Faremos isso observando verbetes que se mostram em alguns dicionários – que fazem parte da lexicografia brasileira dos séculos XIX e XX – como já fizemos nesta tese, desta vez para a entrada “pennacho”.

agem entre os índios para que se forme uma ‘boa sociedade’, com a união entre os franceses e os índios”.

⁴¹ Na seção 4.2.3. deste mesmo capítulo, com fundamento em Haroche (1992), abordamos em maior detalhe a passagem de uma forma-sujeito religiosa (característica da Idade Média) para a forma-sujeito jurídica ou sujeito de direito.

Pennácho, s.m. Molho de pennas, que por adorno, ou insignia se traz nos chapéus, capacetes, elmos (SILVA, 1813, p. 428). **Diccionario da Lingua Portuguesa.**

Pennacho, s.m. Adorno de pennas que se traz no chapeo, capacete ou elmo (PINTO, 1832, p. 101i). **Diccionario da Lingua Brasileira.**

Penacho m. Conjunto de penas, com que se adornam chapéus, capacetes, etc. * Crista. Utensílio de lan, para limpar instrumentos de sôpro. Parte triangular de uma abóbada, que sustenta a volta de uma cúpula. *Ant.* Ostentação, gala. *Fig.* Direcção, governo; commando. (Do b. lat. *pennasculum*, de *penna*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 1528, grifos do autor). **Novo dicionário da língua portuguesa.**

Nota-se que a entrada “pennacho” não conserva a mesma ortografia nas edições dos dicionários selecionados. Por isso, devemos levar em conta que numa posição historicista “o saber é um produto histórico, resultante de uma série de causas e que pode ser situado em determinadas conjunturas espaço-temporais” (NUNES, 2002, p. 107).

Além disso, as definições nos dicionários apresentam regularidades quanto à presença das palavras “penas”, “adorno”, “chapéus”, “capacetes”, “elmos”. Podemos observar que a definição apresentada no **Novo dicionário da língua portuguesa** mantém certa estabilidade em relação às anteriores, porém, a descrição do verbete assume um caráter mais científico, apresentando uma ruptura mais significativa em comparação com as definições anteriores.

Contudo, seja a definição de “pennacho” como “molho de penas”, “adorno de penas” ou “conjunto de penas”, nota-se que a menção a uma “locomotiva” (SD2), uma máquina – um dos meios de transporte utilizados pela comitiva do Estado na expedição militar – faz-se pelo uso de uma metáfora relativa à natureza para substituir a fumaça negra que se erguia da chaminé da locomotiva, emergindo no nevoeiro da manhã, isto é, no espaço natural, de maneira que a natureza produz sentidos de riqueza nativa disponível para exploração, “progresso”, “civilização”, que se somam aos sentidos do discurso jurídico – “insígnia”, “ostentação”, “direção”, “governo”, “comando”, que trazem os verbetes de “pennacho” –, bem como outros termos regulares do discurso jurídico, presentes nesta descrição. Como apontamos anteriormente, a partir da

descrição do curso do rio Iguaçu entre brejos e capões, florestas, campinas do interior, coxilhas, lajeados e outros, a natureza vai sendo significada como a “grande mestra” para os projetos da *Chemins de Fer*.

Na mesma direção, recorremos a Lorenzetti (2010), pesquisadora das obras de Domingos Nascimento escritas no início do século XX, cujas análises se baseiam no modo como o autor paranaense percebia a natureza do estado do Paraná como um elemento forjador do homem e da sociedade paranaense. Segundo a leitura de Lorenzetti (ibid., p. 58), Domingos Nascimento é enfático ao afirmar que:

[...] não bastava a natureza, suas belezas admiráveis, a suntuosidade da flora, as riquezas da fauna, as cataratas, as terras férteis, as praias paradisíacas, as cadeias montanhosas, as planícies, as palmeiras em leque, os sons dos ventos e do mar. Era necessário inserir o homem nesse cenário fantástico, o único ser capaz de utilizar proficuamente a natureza, de retirar dela o necessário para progredir, por meio de máquinas, estradas, engrenagens, chaminés e indústrias. Essa é a *garantia de ingresso na modernidade, no progresso e na civilização*. A natureza exuberante associada ao trabalho humano (grifo nosso).

Na SD1 observamos uma relação entre os “nevoeiros da manhã de Abril” e os “esquadrões brancos em desfile”. Com base nessa relação, poderíamos concluir que a natureza é apreendida pelo viés dos discursos de lutas e disputas territoriais, de forças militares e políticas. Ademais, a memória bélica remete, em particular, à questão da defesa da fronteira e da unidade territorial do Estado, questão que abordamos em outras partes desta tese.

Diante disso, vemos que o relato deixa outras pistas, além daquela observada na SD2 “moléculas solidas e liquidas”, em que se nota a sustentação de uma posição discursiva afetada pela produção da ciência identificada à *evolução*; vejamos as sequências discursivas abaixo:

SD3 – A larga e imensa campanha, dentro da qual se agitam dezenas de *povoados, cidades de relativo progresso*: Ponta Grossa, Castro, Lapa e Palmeira; villas de Jaguariahyva, Conchas, Ypiranga e Entre Rios, tornou-se o ponto de encanto dos excursionistas que vêm ao Paraná admirar *as suas inimitaveis riquezas* (NASCIMENTO, 1903, p. 4, grifos nossos).

SD4 – [...] tudo talvez em honra ao viajante, para que num *requinte de extrema admiração* pudesse contemplar o *grande panorama dessas campanhas crivadas de fazendas*, que

alvejam ao longe e por onde pasce o gado em abundancia, dando á perspectiva a nota alegre da vida campeira, deliciosamente simples e abastada (ibid., p. 5, grifos nossos).

Na SD3, com respeito às menções aos centros urbanos paranaenses, elas aparecem associadas ao “progresso” e às “riquezas”, como podemos destacar em: “[...] povoados, cidades de relativo progresso” e “[...] as suas inimitáveis riquezas”. Nessa relação, progresso/riquezas parecem ocupar lugares opostos e compensatórios: o progresso é relativo, porém, as riquezas (supostamente naturais) são inimitáveis. Se nessa sequência discursiva um jogo imaginário estipula uma cidade poder ser considerada ou não com relativo progresso, pouco progresso, muito progresso, na SD2 a palavra-conceito “moléculas solidas e liquidas” legitima o relato, coloca-o dentro de uma discursividade cuja escrita comprova o status de autoridade para relatar do lugar erudito-científico.

De modo semelhante, na SD4 as descrições do meio natural paranaense enquanto discursos de exaltação da natureza trazem “requinte de extrema admiração”; “o grande panorama dessas campanhas crivadas de fazendas”; “o gado em abundância”; “a nota alegre da vida campeira, deliciosamente simples e abastada”. A partir dessas descrições, sustentamos que enquanto o viajante vai descrevendo o estado do Paraná, os povoados, as fazendas, a vida campeira, esse espaço vai sendo significado no discurso como parte (dos “bens”) do Estado.

Com respeito às descrições do meio natural paranaense, acrescentamos as sequências discursivas abaixo, nas quais se reafirma o domínio, a apropriação do território por parte do Estado, cuja ação é identificada ao desenvolvimento, ao progresso, ao patriotismo e à ciência:

SD5 – Aberta a navegação mista do *Iguassu e do Paraná*, o nosso Estado, com especial menção, *terá um desenvolvimento de progresso tão intenso* que nenhum outro conseguirá sobrepujar-o, tal a sua situação geographica com relação aos paizes vizinhos e Estados limitrophes (NASCIMENTO, p. II1, grifos nossos).

SD6 – [...] *devemos olhar com maior patriotismo para o que possuímos*, aproveitando as *nossas vias de comunicação naturaes*, dando-lhes apenas as adaptações necessarias, revestindo-as dos melhoramentos de que dispõe a *sciencia*

para o efficaz progredimento das regiões mais apropriadas ás transacções politicas e sociaes (ibid., p. 204, grifos nossos).

Para concluirmos esta seção, lembramos que o viajante (autor do relato) se posiciona no discurso determinado por seu lugar social e pela posição que ocupa. Nesse sentido, Orlandi (1999c, p. 17) afirma, fundamentada na distinção entre lugar e posição proposta por Pêcheux, que

[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva).

Pudemos também identificar que no discurso de exaltação da natureza que permeia as descrições, e na inserção com regularidade de termos do discurso jurídico, o sujeito de discurso é afetado por discursos anteriormente legitimados, tais como: a ideologia jurídica e o pensamento científico moderno.

4.2. O POVOADO DIONÍSIO CERQUEIRA

4.2.1. Fundação

Começamos por apresentar as primeiras “impressões” do viajante sobre o povoado fundado do lado esquerdo do rio “Pepiry Guassú”, ou melhor, em território brasileiro:

SD7 – Uma hora depois da nossa chegada ao Barracão⁴² largamos para o outro lado, anciosissimos por penetrar no territorio patrio. [...]. *O Pepiry Guassú no passo é apenas um banhado*: estavamos a 200 metros de sua cabeceira. Ao atravessal-o avistamos o general Cerqueira que vinha a cavallo ao nosso encontro. *O encontro dos dois generaes foi commovedor*: – velhos amigos desde os bancos academicos, companheiros na guerra do Paraguay, e ambos distinctos pelo saber. Ao approximar-nos do acampamento um corneta de piquete fez vibrar o toque de sentido e deu os floreios da ordenança do nosso exercito, de accordo com o posto desses dois generaes. Era a segunda vez que a commoção de mim se apoderava no meio das florestas, ao sentir as vibrações de *um*

⁴² Esclarecemos que as alusões a Barracão, nas sequências discursivas e respectivas análises realizadas neste capítulo, com base no relato de 1903, referem-se à localidade situada no lado argentino. O leitor observará que, a partir do capítulo 6, quando analisamos o relato de 1929, essa mesma localidade é chamada de Barracón, ao passo que Barracão é a localidade situada em território brasileiro (paranaense).

toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar (NASCIMENTO, 1903, p. 164-165, grifos nossos).

Nessa passagem, podemos observar que o encontro “comovedor” entre os dois generais remete à amizade dos tempos de escola, à camaradagem, descrito ao lado de elementos da memória bélica, dentre os quais destacamos a menção ao grau militar (generais), à guerra (do Paraguai), a um personagem do Exército (corneta), à exaltação da força militar. De acordo com Orlandi (2003, p. 14),

[...] a memória, pensada discursivamente, refere ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito. Todo dizer é já gesto de interpretação, posição face à memória. Para significar, nossas palavras já fazem sentido, se produzem em uma memória significativa, para que possam ser interpretadas.

É, portanto, pelo trabalho da memória discursiva, que se deslocam o companheirismo da infância, a harmonia e o confortável viver para o companheirismo de guerra. É o eco dessa memória bélica que vai ressoar no toque de corneta, cujas vibrações, ao se espacializarem na floresta, marcarão sua apropriação pelo Estado. Ou seja, é significando-se nessa memória bélica que esse espaço passa a “ter existência” enquanto território pertencente ao Estado: “[...] um toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar” (SD7).

De acordo com o relato, quando Nascimento (1903) se refere ao ato de fundação de um povoado no lado brasileiro, volta a descrevê-lo como uma *floresta* e como *sertão*:

SD8 – *No silencio daquellas pesadas florestas*, era como uma evocação patriótica de honra, integridade e civismo a palavra amena e firme do notavel brasileiro, a quem coube a gloria de constatar definitivamente pelos *instrumentos da sciencia* o que os livros da historia através do *Lauda* haviam decidido sobre os limites da nossa fronteira. O mesmo general apresentou a planta da povoação, collocou os marcos do alinhamento das *ruas* que deviam ser abertas no seio daquelle *sertão* (ibid., p. 169-170, grifos nossos).

Isto é, a partir de sua posição-sujeito *capitão*, o autor do relato representa a defesa militar das fronteiras do Estado nacional brasileiro. Cabe notar que essas fronteiras defendidas pela força militar aparecem legitimadas

pelo recurso à *ciência* e à *história*: “[...] a quem coube a glória de constatar definitivamente pelos *instrumentos da sciencia* o que os livros da historia através do *Lauda* haviam decidido sobre os limites da nossa fronteira” (SD8, grifos nossos).

Nesse sentido, podemos dizer que a corneta, como metáfora da ocupação do território pelo Estado por meio da força militar se sobrepõe ao silêncio das florestas: é o ritual de implantação de um Estado/nação que ecoa de uma corneta, metáfora do Estado; no meio do silêncio da floresta, metáfora do vazio.

Parece-nos oportuno analisar, também, os efeitos de sentido produzidos pela relação entre os elementos rua/sertão a partir da SD8, acima apresentada.

4.2.2. Relações entre rua e sertão

Para começar, trazemos alguns aspectos da discussão de Rodríguez-Alcalá (2000) com relação à questão da cultura, particularmente quando o foco está no papel crucial que a noção de cultura desempenha em certos discursos da (sobre a) colonização⁴³. A autora mostra que, se no início da colonização a justificativa europeia para a imposição política sobre as sociedades do planeta era religiosa – levar aos povos a *verdadeira fé*, para *salvar suas almas* –, tal justificativa se laicizou com a emergência do discurso cientificista, passando a ser referida à *cultura*. É a *superioridade* da cultura dos europeus, enquanto *herdeiros* da tradição greco-latina, que vai justificar as empresas colonizadoras realizadas (ibid., p. 33). E essa *superioridade* será formulada, no contexto do cientificismo do século XIX, em estreita relação com o darwinismo social e com a tradição racionalista europeia, em termos ao mesmo tempo evolucionistas e racionalistas: é a *evolução*, associada à

⁴³ Segundo Mariani (2004, p. 23), “a noção de colonização remete para a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos”. Assim, conforme a autora, “tal noção apresenta mais de um sentido, conforme seja usada no discurso do colonizador ou no do colonizado”.

racionalidade, da cultura ocidental que vai conferir aos europeus a *missão* de *civilizar* os povos *primitivos* (ibid.).

Ademais, a autora apresenta a vigência dessa visão evolucionista ao longo do século XX e como ela afeta os discursos sobre os países emergidos da colonização, sustentando a explicação de sua realidade social, política e econômica: “Os crônicos problemas latino-americanos [...] são aí entendidos, em maior ou menor grau, como fruto do *fracasso* dessa *missão* [*civilizadora*] e subsequente *atraso cultural* – decorrente da subsistência da *barbárie local*”, o que teria impedido aos países latino-americanos o *desenvolvimento* (ibid., grifos da autora). É a partir desse argumento *cultural* que serão descritas e explicadas as diferenças regionais e os desníveis existentes, por exemplo, entre regiões “europeias” como o Rio da Prata e as restantes, ou entre norte e sul, no interior do Brasil (ibid.).

É no interior desse discurso evolucionista que as oposições *superioridade/inferioridade* ou *civilização/barbárie* serão significadas. Tais oposições, por sua vez, serão remetidas ao imaginário urbano que caracteriza o imaginário ocidental, em que os sentidos de *civilização* – logo, de *superioridade* – remeterão ao processo histórico de *constituição das cidades* (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000; 2018).

Em nosso *corpus*, essa memória urbana é atualizada pela oposição-chave “rua/sertão”, em que “rua” funciona como metonímia de “cidade” e esta de “civilização”. Nessas relações, o “sertão” é associado ao *primitivismo*, diante de “rua” (*cidade*), sendo significado como um *espaço vazio* a ser *ocupado* (*civilizado*), um *espaço sem forma*, uma *cera virgem* a ser *moldada*, conforme o modelo da cidade. Ao ser significado como *espaço vazio*, apagam-se os sujeitos que habitam esse espaço. No lugar de “povoação” ou de “povoado”, aparece a palavra “sertão”, como podemos ver na descrição acerca do ato de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira: “O mesmo general apresentou a planta da povoação, collocou os marcos do alinhamento das *ruas* que deviam ser abertas no seio daquelle *sertão*” (SD8, grifos nossos). Como vemos, é o desenho das “ruas” no meio do “sertão”, são os “instrumentos da ciência” para

“moldar” o espaço “virgem” das “pesadas florestas”, que realizam esse trabalho *civilizatório*.

Fedatto (2013) também nos fornece contribuições sobre esse tema quando observa a construção da oposição entre o *natural* e o *civilizado* nos primeiros discursos sobre o Brasil descoberto pelos europeus. Conforme a autora, tal oposição afirma, nesses discursos,

[...] a natureza como um espaço a ser urbanizado ou ruralizado e os índios como povos a serem civilizados. Uma das primeiras atitudes dos portugueses para conquistar o território brasileiro foi construir instituições que representassem o poder e o modo de vida europeu. Igrejas, conventos e escolas, lugares de repetição pela submissão à fé ou à ciência, formaram os núcleos urbanos inaugurais da cidade brasileira. Diferentes espaços foram fundados e, com eles, a urbanidade (ibid., p. 109).

Nessa mesma direção, podemos também refletir sobre a nomeação das ruas principais, colocada na ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, tendo em vista que “nomear uma rua é também significá-la, muito especificamente, como cidade” (GUIMARÃES, 2001, p. 97).

SD9 – Como justa homenagem aos primeiros *exploradores científicos* d'estas paragens foi resolvido dar ás oito ruas que desembocão na praça principal que ficou denominada – Praça Conselheiro Zacharias, – os *nomes dos Commissarios Astronomicos e Officiaes portugueses e Hespanhoes* que em 1759 e 1760 penetraram lutando com grandes difficuldades e affrontando muitos perigos nos rios Pepiry Guassú e Santo Antonio; em virtude desta resolução collocou-se em cada esquina de rua uma placa com os seguintes nomes: Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d'Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva. O primeiro foi o *Coronel* José Fernandes Pinto Alpoim, *Commissario Portuguez*; o segundo o *Conselheiro* D. Francisco de Arguedas, *Commissario Hespanhol*; o terceiro *Capitão* Veiga d'Andrade, *Astronomo Portuguez*; o quarto *Alferes de Navio* D. Norberto Marron, *Astronomo Hespanhol*; o quinto *Alferes de Granadeiros*, Pacheco de Christo, *Geographo Portuguez*; o sexto *Alferes de Navio* D. Francisco Millau e Maraval, *Geographo Hespanhol*; o setimo, *Capitão de Aventureiros* Rodrigues de Moura, *Pratico Portuguez* e o oitavo o *Cirurgião Portuguez* Bartholomeu da Silva (NASCIMENTO, 1903, p. 170, grifos nossos).

Para iniciar a reflexão, tomamos os nomes dados às oito ruas situadas nas proximidades da praça principal do povoado – que ficou denominada Praça Conselheiro Zacharias: *Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua*

Veiga d'Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva. A partir desse conjunto de nomes, “o que [...] faz texto são narrativas que só podem ser compreendidas se entendemos aquilo que significam as nomeações que se retomam em cada designação de rua” (GUIMARÃES, 2001, p. 98).

Conforme a própria ata de fundação do povoado de Dionísio Cerqueira, retomam-se em cada designação de rua, respectivamente, as seguintes nomeações: *Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, Commissario Portuguez; Conselheiro D. Francisco de Arguedas, Commissario Hespanhol; Capitão Veiga d'Andrade, Astronomo Portuguez; Alferes de Navio D. Norberto Marron, Astronomo Hespanhol; Alferes de Granadeiros, Pacheco de Christo, Geographo Portuguez; Alferes de Navio D. Francisco Millau e Maraval, Geographo Hespanhol; Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura, Pratico Portuguez e Cirurgião Portuguez Bartholomeu da Silva.*

Analisando essas nomeações, identificadas a personagens portugueses e espanhóis, significados como comissários astronômicos e oficiais, parece-nos importante trazer um recorte do Plano Municipal de Educação 2015-2025 de Dionísio Cerqueira, em que encontramos a reafirmação da descrição presente na ata em análise:

O município de Dionísio Cerqueira está localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina, e teve sua origem na primeira exploração científica, que penetrou no vale do Peperi-Guaçu, composto por oficiais portugueses e espanhóis, por volta dos anos de 1759 e 1760 (COMISSÃO LOCAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DECRETO Nº 5341/2015, p. 17)⁴⁴ (grifo nosso).

Voltando às nomeações, observamos a recorrência de algumas patentes militares, tais como: coronel, capitão e alferes. Poderíamos refletir sobre *o que* é colocado no “sertão”, nesse “meio natural”, por meio das opções de nomeação das ruas. Como vemos, os nomes mobilizam a memória bélica, a

⁴⁴ Cf. Plano Municipal de Educação – 2015-2025. Documento base. Organizado pela Comissão Local do Plano Municipal de Educação. Decreto nº 5341/2015. Dionísio Cerqueira-SC. Disponível em: <http://www.portaltriclientes.com.br/prefdc/PLANO-MUNICIPAL-DION%C3%8DSIO-CERQUEIRA-CONCLUIDO.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

memória de fronteira, em particular os tratados de limites entre Portugal/Espanha e entre Brasil/Argentina. Como lembra Orlandi (1999a, p. 43), “toda palavra é sempre parte de um discurso”. Nessa direção, entendemos que os discursos mobilizados pelo relato se delineiam na relação com outros dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória (ibid.).

Para prosseguir a análise da nomeação, julgamos pertinente trazer outra passagem da ata, na qual temos os nomes dos participantes na solenidade de inauguração do povoado de Dionísio Cerqueira:

SD10 – *General* José Bernardino Bormann. – Pedro Ezcurra *1º Comissario Argentino de Limites* con Los E. U. del Brazil. – *Tenente Coronel* Lino d’Oliveira Ramos. – *Dr.* Joaquim Antonio da Cruz. – Carlos Alberto de Juviria. – Francisco Gonçalves do Nascimento Rosa, *Chefe da Comissão Fiscal*. – F. Brignole. – Manoel Ricardo Negrão, *empregado da Comissão Fiscal do Barracão*. – Leocadio Cleto da Silva, *empregado da Comissão Fiscal do Barracão*. – *Capitão* José Leandro Braga Cavalcanti. – *Alferes* Francisco de Paula Arantes. – José Genancos Fortes. – Luiz Machado. – Manoel Ignacio Martins. – João Ignacio de Oliveira Martins. – *Capitão* Domingos Nascimento, *Secretario do 5º Districto Militar* e Dionisio Cerqueira, – vencido quanto denominação da povoação (NASCIMENTO, 1903, p. 171, grifos nossos).

Como pudemos compreender, a ata da inauguração do povoado foi assinada por militares – conforme as alusões à hierarquia militar: general, tenente-coronel, capitão e alferes –, por funcionários administrativos da Comissão Fiscal de Barracão (lado argentino), por um médico, por representante da equipe brasileira e argentina de demarcação da fronteira. Como vimos, os nomes dos participantes na cerimônia de inauguração do povoado aparecem, em sua maioria, junto ao título oficial ou respectiva função ocupada; em síntese, nomes de representantes da comitiva de Estado que empreendia a viagem (expedição militar) e por oficiais que compunham as comissões de demarcação da fronteira, sendo a comissão brasileira chefiada pelo general Dionísio Cerqueira. Todavia, também são elencados nomes cujas funções estão ausentes; sendo assim, nosso arquivo não permite comprovar que esses nomes eram de representantes da comunidade local ou não. Não obstante, tal como na análise dos nomes de ruas se repete nessas análises a

memória bélica, assim como a memória de fronteira mobilizada pelos nomes que representam essa demarcação, esses limites.

Perante o exposto, torna-se relevante indagarmos como o relato põe em circulação determinados sentidos e silencia outros. Para tanto, mobilizamos o conceito de *silêncio constitutivo* proposto por Orlandi (2007, p. 24): “Para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras)”. Poderíamos refletir sobre o que fica ausente da decisão de homenagear os exploradores científicos. Como pudemos ver a partir da exposição dos nomes dos participantes na solenidade de inauguração do povoado de Dionísio Cerqueira e que firmam a ata, são elencados nomes cujas funções estão ausentes. Com suporte em Orlandi (ibid., p. 24), interpretamos que para dizer e enaltecer os nomes de representantes da comitiva de Estado que empreendia a viagem (expedição militar) e oficiais que compunham as comissões de demarcação da fronteira – os quais firmam na ata a decisão de homenagear os exploradores científicos – foi preciso não dizer/apagar as “outras” funções e, conseqüentemente, os “outros” nomes que, embora apareçam na materialidade do texto, são significados como ausentes.

Nessa acepção, para que fosse afirmada a importância dos exploradores científicos na região de fronteira, por volta dos anos de 1759 e 1760, foi preciso não dizer, não homenagear os habitantes originários e o espaço por eles habitado (“espaço originário”, “natural”). Ou melhor, nas opções pelos nomes de ruas não são possíveis alusões ao espaço natural, por exemplo: *Rua das Flores*, *Rua da Mata*, *Rua Pepiry Guassú*, mas a representantes do Estado – do aparelho jurídico-administrativo e militar – quando são possíveis nomes como *Rua Alpoim*, *Rua Arguedas*, *Rua Veiga d’Andrade* e outros. Não obstante, os vestígios desse espaço apagado, ausente, emergem na SD9: “[...] em 1759 e 1760 penetraram lutando com grandes dificuldades e affrontando muitos perigos *nos rios Pepiry Guassú e Santo Antonio*” (grifo nosso), mostrando-nos, baseados em Orlandi (ibid., p. 73), que esses sentidos são possíveis.

Sob esse ângulo, faz sentido que os primeiros cientistas que exploraram a região de fronteira – portugueses e espanhóis –, na sua maioria

oficiais militares, tenham sido homenageados, de maneira que seus nomes ficassem materializados nas ruas do povoado e nas placas indicativas de ruas e também que tal homenagem tenha sido significada como justa no relato em análise.

Concluindo esta seção, e diante das relações estabelecidas entre rua/sertão, realçamos a oportunidade de refletir acerca dos efeitos da oposição *primitivo/civilizado* que está na base dos discursos da colonização, que nas condições particulares de produção da fronteira por nós analisada, remetem não mais à oposição Brasil/Portugal, mas à oposição centro/fronteira, no processo de colonização interna, de constituição da unidade do Estado nacional brasileiro independente. Entretanto, vemos a vigência do discurso colonialista europeu, mobilizado para hierarquizar os espaços – e habitantes – do interior brasileiro, que determina os gestos de interpretação do discurso nacionalista do viajante. O povoado de Dionísio Cerqueira fica significado em seu relato como um espaço a *ser civilizado/urbanizado*, junto com seus habitantes.

4.2.3. Uma (re)divisão do espaço de fronteira

A presente seção tem como tema teórico central a ideologia jurídica associada ao espaço, colocando como discussão fundamental a questão do espaço para a identificação do sujeito ao Estado por meio de suas leis. Para isso, apresentamos a passagem em que o general Dionísio Cerqueira aponta os principais motivos para a fundação de um povoado em território brasileiro.

SD11 – Reunidos muitos brasileiros sobre o descampado aberto na encosta que desce para o Pepiry, fronteiro ao Barracão, o general Cerqueira, exultando de prazer e orgulho cívico, expoz os motivos da resolução que tomara em promover a fundação de um povoado do lado brasileiro. – Já grande numero de compatriotas residia naquella zona, numa e noutra margem do Pepiry-Guassú e onde as únicas auctoridades existentes eram da nação argentina. *Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras*, e os brasileiros sem uma povoação sua continuariam a residir do outro lado, sob jurisdição estrangeira, onde ja havia começo de povoado com os recursos e as leis mais adequadas a existência das populações. *Fazia se mister, pois, que a nossa fronteira se fizesse respeitar pelas suas auctoridades, os compatriotas vivendo á sombra das nossas leis. O novo povoado a fundar,*

alem de um asylo para os seus concidadãos, era como uma sentinella de vigilancia á nossa fronteira, – disse o general (NASCIMENTO, 1903, p. 169, grifos nossos).

Ao iniciarmos a análise dessa sequência discursiva, e tendo em vista as relações entre rua/sertão exploradas anteriormente, observamos que há um gesto de autoridade do Estado que se sustenta na política de controle, dominação e ocupação do espaço e, conseqüentemente, que restringe a submissão dos sujeitos que habitam o lado brasileiro da fronteira às leis brasileiras; ou seja, o relato produz a evidência de que os brasileiros não poderiam continuar residindo no lado argentino, sob jurisdição estrangeira. Havia a necessidade de promover a fundação da cidade (o povoado) para que os indivíduos – que já estavam lá – pudessem residir “deste lado” e não do “outro lado” e, assim, “à sombra das nossas leis”.

Isso salienta que os sujeitos concebidos como seres históricos estão determinados pelas condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, cujas condições irão constituir uma *forma sujeito*, como afirma Pêcheux inspirado em Althusser (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 247).

Essa forma, nas sociedades capitalistas contemporâneas assim chamadas ocidentais, é a do *sujeito jurídico*, ou *sujeito de direito*, que corresponde ao ideal do *cidadão* moderno [...]. (ibid., grifos da autora).

Desse modo, consideramos, também, que os efeitos de sentido produzidos na SD11 apontam para a modalidade histórica de existência dos indivíduos nas sociedades nacionais, enquanto sujeitos jurídicos subordinados ao Estado por meio das leis.

Diante do exposto, com fundamento em Haroche (1992), traçaremos algumas reflexões sobre o sujeito. Como vimos, a partir de um estudo da noção de determinação no interior da gramática, a autora aborda a noção de determinação do sujeito na passagem de uma *forma-sujeito religiosa* (característica da Idade Média) para a *forma-sujeito jurídica* ou *sujeito de direito*, ou seja, de um assujeitamento à vontade de Deus passa-se a um assujeitamento ao Estado por meio de suas leis. Nessa perspectiva, a autora elucida, a partir da etimologia, que

[...] o sentido primeiro de “sujeito” (surgido no século XII) significa: “submetido à autoridade soberana”. “Sujeição”

aparece igualmente na mesma época; no século XV, são derivadas as palavras “assujeitar” e depois “assujeitamento” [...] o termo “sujeito”, significando no início “que é subordinado”, toma, a partir do século XVI, o sentido de “matéria, causa, motivo” e, enfim, de “pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões” (ibid., p. 158).

Com a constituição de um Estado centralizador e o progresso do jurídico, Haroche (ibid.) explana como a ideologia jurídica instala uma ambiguidade no sujeito, tanto do exterior como do interior, e essa ambiguidade torna-se sua marca paradoxal: “O sujeito se vê como um ser único, mestre e responsável por si mesmo, podendo entretanto a qualquer momento soçobrar no anonimato de ‘qualquer um’” (ibid., p. 59). É importante complementar que a questão do sujeito jurídico indaga a evidência do sujeito, como dizem Orlandi e Guimarães (2008c, p. 56-57):

[...] a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade, esconde que esta resulta de uma identificação, que é o que constitui sua interpelação. Essa interpelação – que se dá pela ideologia – produz o sujeito sob a *forma de sujeito de direito (jurídico)* que, historicamente, corresponde à *forma-sujeito do capitalismo*: sujeito ao mesmo tempo autônomo (e, logo, responsável) e determinado por condições externas (grifos nossos).

Nesse ponto, perguntamos: como, para a identificação desse sujeito ao Estado, por meio de suas leis, a questão do espaço se coloca? Parece-nos oportuno pôr em relação a noção de *espaço de direito* (BRANCO, 2013, p. 206-207), cuja noção essa autora busca aproximar da formulação de *sujeito de direito* (HAROCHE, 1992):

Uma concepção de espaço atravessada pela ideologia de sujeito de direito do capitalismo (sujeitos idênticos, autônomos, responsáveis por seus feitos e gestos – personalidade jurídica abstrata (HAROCHE, 1992)). O espaço de direito seria um espaço simbólico sustentado, determinado e organizado pelo discurso jurídico a partir do discurso do Estado de direito ocidental moderno que corresponde ao sujeito de direito: ideia de que sujeitos e espaço se *con-formam* no mesmo movimento, na e pela língua (grifo da autora).

Considerando-se o espaço como “constitutivo do processo do qual resultam sujeitos e sentidos, enquanto aspecto fundamental das *condições de produção* do discurso”, e não como “um ‘cenário’ neutro e exterior” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 246), “os processos de identificação subjetivos não se dão no vazio, mas num espaço determinado, produzido

historicamente”. Esse espaço “não é concreto nem abstrato, mas *material*”, complementa a autora, inspirada nas elaborações de Orlandi em relação à língua enquanto *forma material* (ibid., grifos da autora).

Diante das noções expostas acima, retomamos a SD11, a partir do enunciado: “Fazia se mister, pois, que a nossa fronteira se fizesse respeitar pelas suas auctoridades, os compatriotas vivendo á sombra das nossas leis”. Queremos ressaltar que os processos de identificação subjetivos – no caso, de identificação ao Estado, por meio das leis – *não se dão no vazio*, mas são *situados espacialmente*, têm uma materialidade espacial – que neste caso é a cidade (o povoado que era preciso estabelecer “deste lado” da fronteira), inclusive porque havia Barracão do “outro lado”. Poderíamos destacar, também, que a necessidade de “abrir ruas” nesse “sertão” e de nomeá-las é uma necessidade ligada à apropriação do espaço pelo Estado, junto com os sujeitos “que já residiam”, “os compatriotas” que devem se identificar “às nossas leis”, ao nacional e não ao estrangeiro; mostrando-nos que os processos de identificação subjetivos e a espacialidade se *con-formam* no mesmo movimento, na e pela língua (op. cit.). Nessa relação sujeitos/espaço (no caso, território nacional), por meio da produção de sentidos, constrói-se a relação entre cidade, Estado e nação. De acordo com Orlandi (2004, p. 11),

[...] quando pensamos a cidade, introduzimos de imediato uma relação face à nação. Porque a cidade é pensada em relação ao “droit de cité”, introduzindo assim a dimensão jurídica na consideração do cidadão. Uma nação, por outro lado, é uma entidade abstrata, enquanto que uma cidade tem dimensões, formas visíveis, sendo perceptível em primeira instância.

Ainda, sobre a apropriação do espaço pelo Estado, compreendemos que ela se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos, das línguas e do espaço, como se observa no enunciado: “Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras” (SD11).

Nesse sentido, insistimos na direção de que o povoado fundado em território brasileiro funciona no discurso como um espaço onde se deveriam considerar as autoridades brasileiras, as leis brasileiras, a vigilância à fronteira, ou melhor, o povoado produz sentidos de um local de administração e legitimação de unidades linguística e espacial-territorial predominantemente

brasileiras: “O novo povoado a fundar, alem de um asylo para os seus concidadãos, era como uma sentinella de vigilancia á nossa fronteira [...]” (SD11)⁴⁵. Ainda, o general Dionísio Cerqueira é significado no discurso como um porta-voz dos sujeitos locais: fala em nome deles, decide por eles, silenciando-os; e dessa maneira, resta àqueles o aplauso:

SD12 – As palavras do illustre brasileiro foram acolhidas com fremitos do mais ardente entusiasmo entre patricios e estrangeiros ali presentes (NASCIMENTO, 1903, p. 169).

SD13 – [...] e entre as mais festivas demonstrações de contentamento foi assinada a [...] acta (ibid., p. 170).

Enfim, o relato da fundação do povoado no lado brasileiro da fronteira Brasil/Argentina deixa pistas do modo como o espaço brasileiro fica aí significado: como um território finalmente desmembrado, separado, delimitado e independente do lado argentino, graças a essa fronteira que opera essa divisão, essa demarcação, essa separação.

No que concerne à delimitação do espaço, e para concluir esta seção, julgamos pertinente analisar a sequência discursiva abaixo, extraída do capítulo “A linha divisória”, que também faz parte do relato de viagem **Pela fronteira**.

SD14 – *O Barracão não nos pertence*; fica sobre a margem direita do Pepiry-Guassú, e, portanto, em territorio argentino. *O que nos pertence é o povoado Dionisio Cerqueira*, ultimamente fundado do lado esquerdo *enfrentando* aquelle (ibid., p. 163, grifos nossos).

De modo geral, apreendemos um discurso que participa da produção da fronteira, ou seja, que produz uma separação entre os territórios (Brasil/Argentina), uma (re)divisão do espaço de fronteira, enfim, fica

⁴⁵ Tais considerações apontam para o lema de Afonso Pena na presidência do Brasil (1906-1909): “Governar é povoar”, intimamente ligado às políticas de incentivo à imigração. Cf. CORTEZ, A. I. P. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. **Revista Latino-Americana de História - Unisinos**, São Leopoldo, v. 2, nº. 8, p. 141-160, out./2013. Cabe salientar, ainda, que a política de incentivo à imigração e ao progresso material, também conhecida como “Governar é povoar”, era a preocupação de Juan Bautista Alberdi, intelectual e jurista tucumano, na Argentina, no século XIX. Cf. MARANGONI, J. B. **Governar é povoar**: A influência alberdiana na organização do Estado argentino nos meados do século XIX. 2007. 130 p. Dissertação (Mestre) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

evidenciada nos gestos de interpretação do viajante a “linha divisória” fixada entre os Estados nacionais por meio de decisões político-jurídicas. Nesse processo de significação que se produz, distinguimos um modo muito singular de estabelecer formas de pertencimento ao Estado nacional brasileiro: (não) pertencer fica determinado pela “linha de fronteira”. Uma fronteira político-territorial constitui, ao mesmo tempo, uma fronteira simbólica, em cuja produção intervêm os mecanismos de identificação promovidos discursivamente às leis de um e outro Estado (brasileiro/argentino), pela “identificação com uma língua” (PAYER, 2007, p. 113) (português/espanhol) e uma cultura particular (brasileira/argentina), como definitórios “deste” ou “do outro” lado da linha de demarcação. É por meio desses mecanismos pelo discurso jurídico e pelo apelo à língua e à cultura que se define quem “pertence” e quem “não pertence” a esse espaço político-territorial.

Dando prosseguimento à análise da SD14, observamos ainda que se aliam a esses discursos de (re)divisão do espaço de fronteira e de legitimação do poder do Estado sobre o território do povoado discursos que vão significando Dionísio Cerqueira enquanto um espaço destinado a “enfrentar” o povoado limítrofe de Barracão (Argentina). Diante de tal concepção, parece-nos interessante observar como os enunciados são construídos e quais discursos eles produzem e colocam em circulação.

Notamos que elementos da memória bélica são atualizados por um léxico recorrente no relato, tal como já assinalamos. Poderíamos elucidar as considerações apresentadas com esse enunciado: “O novo povoado a fundar, além de um asylo para os seus concidadãos, era como uma *sentinella de vigilancia á nossa fronteira* [...]” (SD11, grifo nosso).

Nessa direção, os elementos “enfrentar” (SD14) e “sentinella de vigilancia á nossa fronteira” (SD11) indicam que a fronteira político-territorial produzida pelo Estado instaura efeitos de sentido de um espaço interditado, de uma barreira simbólica que interrompe a passagem, uma vez que esses efeitos são sustentados no pré-construído de que é preciso impedir a introdução do inimigo. De acordo com Orlandi (2011, p. 13),

[...] a forma mais ampla de pensar a territorialidade é como condição do que faz parte do território de um Estado; limitação

da força imperativa das leis ao território do Estado que as promulga. Trata-se de espaços, de seres, de acontecimentos, e de delimitações. Limites.

Poderíamos dizer que se nossas análises apontam para um sujeito afetado pelo discurso militar e pelas relações de poder que o constituem, tal processo de interpelação contribui para que os sentidos de “enfrentar” (SD14) e “sentinella de vigilancia á nossa fronteira” (SD11) compareçam na direção de produzir a demarcação de uma barreira simbólica entre os povoados, que se dá pelo confronto explícito com o *outro* de quem o território tem que ser *defendido*. Sendo assim, os argentinos são constituídos em sujeitos na exterioridade, ou seja, são levados a se identificar como os que ficam do lado de fora; ainda, são significados no discurso enquanto aqueles que habitam o povoado de Barracão (Argentina) e, tal como numa guerra, “inimigos” a ser enfrentados.

Em todos os elementos mobilizados – delimitação, demarcação, separação, (re)divisão, linha divisória, (não) pertencimento, enfrentamento, vigilância, interdição, barreira, proteção, inimigos, guerra – estão em jogo a constituição e a preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar, que traz à tona o confronto e o uso potencial da força. Diríamos, ainda, que o povoado de Dionísio Cerqueira é significado como um espaço de defesa nacional, de controle e vigilância da fronteira, um espaço protegido para “enfrentar” ameaças.

4.3. (RE)NOMEAÇÃO DO POVOADO

Esta seção se compõe de análises a respeito do processo de (re)nomeação do povoado Dionísio Cerqueira e de como esse processo de (re)nomeação do espaço também afeta a nomeação do sujeito. Nesse sentido, de modo especial a “Acta da inauguração da povoação do Pepiry Guassu”, depois “Dionisio Cerqueira” fornece o alicerce para refletirmos sobre essas questões, como passamos a observar na sequência discursiva abaixo:

SD15 – Ao serem convidados os assistentes a firmar as suas assignaturas nesta acta, o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que *em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionisio Cerqueira, a nova povoação tomasse o*

nome de – Dionísio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassú, proposta que foi aprovada unanimemente (NASCIMENTO, 1903, p. 170-171, grifo nosso).

Percebemos que o nome “Pepiry Guassu”, depois “Dionísio Cerqueira”, conforme consta no título da ata da inauguração da povoação, e “Dionísio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassú” indicam a nomeação e posterior renomeação do povoado. Desse modo, perguntamo-nos: por que Dionísio Cerqueira e não Pepiry-Guassú? Poderíamos dizer, de um modo antecipado, que se trata de uma “homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentíssimo Senhor General Dr. Dionísio Cerqueira”, conforme consta no texto da ata. Mas, devemos considerar, como afirma Orlandi (2004, p. 49-50), que

[...] não são as palavras, expressões que significam. Elas tiram seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. E o modo de funcionamento desse mesmo, essa materialidade na qual se dá o significar, desliza para outros sentidos, rompe os limites.

Refletimos, portanto, sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nos enunciados associados aos nomes Pepiry-Guassú e Dionísio Cerqueira e como esses enunciados funcionam no ato oficial de renomeação do povoado. Temos em consideração que “denominar, definir, caracterizar, descrever, classificar, renomear, entre outros, é dar sentido a um objeto x, são gestos interpretativos” (COSTA, 2011, p. 13) e, ainda, que “ao (se) denominar, uma direção ao sentido é apontada, um processo de significação é posto em movimento” (ibid.).

Como indicamos anteriormente, quando nos referimos à cerimônia de inauguração oficial, o povoado toma o nome de Dionísio Cerqueira para homenagear o general do mesmo nome. Essa homenagem foi proposta pelo capitão Domingos Nascimento, autor do relato em análise, e aprovada “unanimemente” (SD15). E aqui cabe lembrar o que diz Costa (ibid., p. 44):

[...] ao se denominar um espaço ou um sujeito, aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação.

Isso posto, é produtivo observar o processo discursivo (ideológico) posto em movimento pelo nome Dionísio Cerqueira. Para tal, primeiramente caberia questionar: quando se aprova “unanimemente” a proposta de substituir

o nome do povoado para homenagear Dionísio Cerqueira, o que está em jogo nessa aprovação unânime? Quem/o que estava presente/ausente nessa decisão?

Como já dissemos neste capítulo, pudemos constatar pelos nomes e respectivos títulos oficiais/funções elencados na ata que se tratava de oficiais que faziam parte da expedição militar e de representantes das comissões de demarcação da fronteira. Havia ainda outros participantes nessa solenidade, cujas funções não estão especificadas; desse modo, não podemos afirmar que eles também eram representantes do Estado ou se representavam a comunidade local. Contudo, podemos dizer, a partir do documento, que a maioria dos presentes na solenidade de inauguração eram os oficiais do Estado, em cujo discurso o nome Dionísio Cerqueira faz sentido. Por outro lado, como passamos a detalhar a seguir, ficam ausentes dessa decisão e dessa totalidade “contável” outros sujeitos, outros sentidos e o espaço que remetem ao nome Pepiry-Guassú, assim como é apagada a relação com a língua indígena.

Face ao exposto, e com base em reflexões de Fedatto (2013), apreendemos que a renomeação significa essencialmente uma mudança naquilo que o povoado rememora: o nome do rio, o nome que tem origem na família linguística tupi-guarani⁴⁶ e a própria origem do povoado. Melhor dizendo, a relação com o “espaço originário”, “natural”, não se dá pelo nome do rio e pelo próprio rio, mas pelo Estado e sua presença, pela rememoração de um oficial que chefiou a comissão brasileira encarregada da demarcação da fronteira⁴⁷. Ou seja, rememora-se a instauração do Estado e sua legitimidade sobre esse espaço. Tal como nos discursos da colonização, funcionam aí

⁴⁶ Peperi Guaçu: de rio de quedas grandes. In: **Mini dicionário tupi-guarani**. Disponível em: <https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupi-guarani/>. Acesso em: 23 jul. 2017.

⁴⁷ De acordo com a obra **Pela fronteira** (NASCIMENTO, 1903, p. 167), os oficiais que compunham a comissão brasileira de demarcação da fronteira eram: “General Dionisio Cerqueira, 1º commissario; dr. Henrique Morize, 2º; major Benjamin Liberato Barroso, 1º ajudante; capitão Alipio Gama, 2º; segundo tenente Elizeu de Montarroyos, auxiliar; major dr. Joaquim Cruz, medico; capitão José Leandro Braga Cavalcanti, secretario; e tenente Fabio Fabrici, commandante do destacamento”.

efeitos da oposição entre o *natural* e o *civilizado*. Como diz Orlandi (2004, p. 115), pela eficácia do imaginário, “somos ‘tomados’ pela ideologia da colonização toda vez em que as condições se oferecem”.

Dessa maneira, a decisão pela mudança do nome do povoado vai mais além de ser uma homenagem ao general, conforme descrito na ata. Poderíamos dizer, a partir de Orlandi (ibid., p. 57), que o enunciado “O Pepiry Guassú no passo é apenas um banhado” (SD7) *instala espaços de silêncio* e, ainda, que há um silenciamento do real do povoado, acompanhado de um apagamento do social (ibid., p. 149): (re)produzem-se no enunciado sentidos para o nome Pepiry- Guassú, ou seja, ele é significado como um nome sem representação ou força política para inserir o povoado no território nacional. Nessa perspectiva, o nome Pepiry-Guassú passa a ser substituído, apagado, ao mesmo tempo em que é silenciada a diversidade linguística inserida no nome Pepiry-Guassú. A esse propósito, Rodríguez-Alcalá (2010, p. 14) afirma que

[...] não existe a possibilidade de fazer coincidir a unidade (política) do Estado com a diversidade (lingüístico-cultural) das sociedades dentro de seu território, pois essas relações são contraditórias e estão sempre em movimento e transformação.

A diversidade linguística, numa relação de contradição com a unidade (política) do Estado, conta a história do espaço, nomeia-o e vai criando uma memória espacializada. Com a renomeação, “Dionísio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassú” (SD15), apaga-se a memória de Pepiry-Guassú para estabelecer uma memória outra, associada a novos discursos, novos sujeitos e novas ordens. No entanto, “esta memória não pode ser substituída como se substitui um nome”; assim como o imaginário social do povoado “não se apaga pela substituição do nome” (PETRI, 2010, p. 79-80).

O sujeito, como habitante do povoado de Pepiry-Guassú, ao se ligar nele (por posições imaginárias), “liga-se à memória discursiva local, à historicidade, aos sentidos e aos sujeitos que circulam no espaço” (SIMÕES, 2013, p. 65). Da mesma forma, esses sentidos circulam e se (re)produzem na renomeação do referido povoado. Assim sendo, o nome Dionísio Cerqueira produz sentidos de divisão, de fronteira e, no “novo espaço” que se inaugura – Dionísio Cerqueira –, o sujeito habitante de Pepiry-Guassú é interpelado a se

significar como “novo cidadão”, aquele que se reporta às leis brasileiras. Trata-se, portanto, de uma renomeação do espaço que afeta a nomeação do sujeito enquanto habitante desse espaço, por meio da instauração do processo de formação de um novo nome gentílico.

De outro lado, a relação do nome do povoado – Dionísio Cerqueira – ao general, ao oficial, ao comissário que compunha a comissão demarcatória e, ainda, a um representante do Exército brasileiro legitima um acontecimento e constrói um imaginário de nacionalidade e de unidade para o espaço, coloca em circulação diferentes sentidos para o espaço e para os sujeitos que o habitam, de maneira que Dionísio Cerqueira fica materializado no nome do povoado (cidade) e no espaço, devendo-se considerar que o relato reforça um imaginário de cidade como um espaço de legitimação de autoridades e de leis brasileiras e como um espaço de vigilância e controle.

Posto isso, a fala do general Dionísio Cerqueira no ato da inauguração do povoado e a do capitão Domingos Nascimento (autor do relato), quem propôs a substituição do nome do povoado, “não são atos em sentido pragmático, mas sim *gestos no nível simbólico*⁴⁸ que materializam, em palavras ou tijolos [unidades das construções], interpretações a respeito da realidade histórico-social” (FEDATTO, 2013, p. 37-38, grifo da autora). Para Rodríguez-Alcalá (2011a, p. 244):

Conceber a cidade como espaço simbólico permite precisamente compreender o *mundo* em termos de espaço político e histórico de vida humana, questionando as evidências pelas quais ele se apresenta como espaço natural, independente e anterior aos sujeitos que o habitam e o significam (grifo da autora).

Observamos que os sentidos que parecem evidentes se cristalizam pelo efeito ideológico e isso faz parecer que as significações são “coladas” às coisas, isto é, que os sentidos existem “em si mesmo”, “em sua relação transparente com a literalidade do significante” (PÊCHEUX (2009 [1975], p.

⁴⁸ PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969]. p. 77.

146). O sentido, como diz Pêcheux, “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (ibid.).

De acordo com a perspectiva acima exposta, e com a contribuição de Fedatto (op. cit.), poderíamos pensar que, em nosso *corpus*, a relação de sentidos que o nome Dionísio Cerqueira projeta sobre o espaço tem sua materialidade histórica específica: o nome de um representante do Exército brasileiro, de modo que essa materialidade está ligada ao

[...] espaço urbano que recorta um passado e nomeia a partir de dizeres que poderiam ser outros; produzindo, assim, endereços (e passados) que localizam os cidadãos e os remetem ao espaço nacional, ao estado formado ou em formação (ibid., p. 120).

Assim sendo, a renomeação do povoado como Dionísio Cerqueira projetaria sobre esse espaço, inscrito no território brasileiro, o sentido de “sentinella de vigilancia á nossa fronteira” (SD11), o que teria a ver com um efeito de homogeneidade e controle inscrito na história da constituição da unidade do Estado nacional, isto é, como dissemos antes, a partir da renomeação se funda um novo espaço: “O novo povoado a fundar” (SD11).

Vejamos a sequência discursiva que fecha a ata da inauguração:

SD16 – Resta agora que *a povoação Dionisio Cerqueira seja digna do seu illustre fundador*, e que as auctoridades do Estado paranaense, por ventura ali creadas, *saibam fazer respeitar e elevar o nome brasileiro* em presença de *tão dignos e operosos vizinhos* (NASCIMENTO, 1903, p. 171, grifos nossos).

Se apenas resta que a povoação oficialmente inaugurada e renomeada seja digna do seu “ilustre fundador”, e que o estado paranaense “saiba respeitar e elevar o nome Dionísio Cerqueira”, materializado no nome do povoado e no próprio espaço, essas pistas nos direcionam a pensar que a inauguração oficial do povoado produz efeitos de evidência, que há um efeito imaginário de completude e de unidade para o espaço, que apaga a possibilidade de novos sentidos. Como afirma Orlandi (2001b, p. 186), “no espaço da cidade, o simbólico e o político se articulam de forma particular”, o que a autora chama de *ordem do discurso urbano*. A esse propósito, voltemos novamente a Fedatto (2013):

Sendo um espaço político constituído simbolicamente, a cidade é atravessada (como toda formulação) pelo efeito imaginário de completude e de unidade e, ao mesmo tempo, pela dispersão e pela memória dos sentidos, por seus não ditos. Meio material das relações sociais, ela é um espaço que faz *acontecimento* (ibid., p. 71, grifo da autora).

À vista disso, se por um lado os discursos da fundação do povoado delimitam seus sentidos, produzindo efeitos de estabilização e de controle total do povoado, esse povoado possivelmente se transformará em vila e então cidade, de maneira que poderíamos refletir sobre o destino da cidade e dos sujeitos na sua relação com o Estado. Vejamos dois enunciados selecionados da SD16: “Resta agora que *a povoação Dionisio Cerqueira seja digna do seu illustre fundador [...]*”; “[...] que as auctoridades do Estado paranaense, por ventura ali creadas, *saibam fazer respeitar e elevar o nome brasileiro [...]*” (grifos nossos).

Reiteramos, aqui, que o processo de renomeação do espaço afeta a nomeação do sujeito enquanto habitante desse espaço, como vemos em “povoação Dionisio Cerqueira”, mas, sobretudo, podemos novamente refletir sobre a questão da interpelação dos indivíduos para se identificarem ao Estado brasileiro, no caso, mobilizada pelo processo de nomeação do povoado. Nossas análises realçam que os processos de identificação subjetivos, de subordinação ao Estado, não se operam “no vazio”, mas num espaço, que é material – e que está na fronteira dos Estados –, os processos de constituição do espaço e do sujeito se fazem nesse mesmo processo simbólico – no caso específico em questão, a (re)nomeação do povoado pela relação com o Estado.

A esse respeito, Orlandi (2004, p. 11) afirma que

[...] no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só.

Como vimos discutindo, em particular a partir da SD11, em termos de condições de produção há uma injunção a colocar o sujeito significado enquanto brasileiro como aquele que deve defender a fronteira, isto é, instaura-

se a evidência de um *outro* – um sujeito exterior e perigoso, um inimigo, contra quem se defender e, acima de tudo, defender o território brasileiro. No entanto, como observamos na SD16, o equívoco se deixa denunciar na materialidade linguístico-discursiva por meio do enunciado “[...] tão dignos e operosos vizinhos”, com quem “aparentemente” se deve aliar, ou melhor, vemos como “a linguagem é irredutível a uma ordem homogênea” (GADET et al., 2011, p. 56). Passaremos a analisar, então, como a relação de qualificação construída no enunciado desliza para “fora do espaço da univocidade literal” (ibid.).

Há uma marca de alteridade “respeitada”, um *outro* que é reconhecido, elevado, ao mesmo tempo em “vizinhos” há um *outro* que é estrangeiro, com quem não se divide o mesmo espaço.

Convém acrescentar que o relato em análise traz um capítulo denominado “Defesa nacional”, um gesto de interpretação sobredeterminado pelos interesses do Estado/nação, como observamos na sequência discursiva a seguir:

SD17 – Este capítulo não é um grito de guerra, é antes um cântico de paz e de progresso. *Defesa nacional*, na acepção complexa, antes representa *um conjunto de interesses* do que uma preocupação subalterna de *luctas sangrentas*. [...]. Nesse conjunto de interesses a que me refiro, entra por certo a garantia da integridade, sem a qual não saberíamos firmar a nossa soberania e exercer com segurança as relações commerciaes e políticas com os paizes vizinhos (NASCIMENTO, 1903, p. 187, grifos nossos).

Temos aí um processo discursivo em que concorrem tanto os sentidos de guerra quanto os sentidos de paz. O discurso de paz pressupõe a aliança com os países vizinhos – nessas condições de produção a Argentina e o Paraguai – em direção à formulação de ações políticas que colocam em jogo um conjunto de interesses, dentre os quais poderíamos destacar a garantia da integridade do território brasileiro e a ideia de progresso que percorre o discurso sobre a viagem.

Em outras palavras, nesse jogo de *aliança-traição* (SILVA, 1998, p. 219), vizinhos enquanto aliados e relações de amizade e paz apresentam condições favoráveis para a consolidação da soberania brasileira, o desenvolvimento da cultura, o povoamento da zona de fronteira e o desenvolvimento de relações comerciais, políticas e de defesa nacional. Por

fim, dessa aliança depende a garantia de liberdade do sujeito significado enquanto brasileiro.

Ao concluirmos esta seção, destacamos que a análise da (re)nomeação do povoado possibilitou a reflexão sobre o processo discursivo posto em movimento pelo nome Dionísio Cerqueira: o que é silenciado no nome substituído (Pepiry-Guassú) e o que é explicitado a partir do nome Dionísio Cerqueira, ancorado na memória bélica e na ideologia jurídica característica dos Estados nacionais modernos, de forma que o nome Pepiry-Guassú não atende ao imaginário de cidade que o Estado impõe.

Para finalizar este capítulo, destacamos que as análises sobre a significação do espaço natural nos permitiram identificar que a natureza é apreendida pelo viés dos discursos de lutas e disputas territoriais, de forças militares e políticas. Ademais, as descrições do meio natural paranaense fazem notar a inserção com regularidade de termos do discurso jurídico. Com base nas análises a respeito da fundação do povoado Dionísio Cerqueira e da implantação de um Estado/nação, concluímos que esse espaço passa a “ter existência”, enquanto território pertencente ao Estado, significando-se na memória bélica. E as relações entre rua/sertão, acerca dos efeitos da oposição *primitivo/civilizado*, mostram que o povoado de Dionísio Cerqueira fica significado como um espaço a *ser civilizado/urbanizado*, junto com seus habitantes. Ainda, as análises da nomeação das ruas principais do povoado de Dionísio Cerqueira e dos nomes dos participantes na solenidade de inauguração desse povoado reafirmam que os nomes mobilizam a memória bélica, a memória de fronteira.

Ressaltamos das análises acerca da (re)divisão do espaço de fronteira que os processos de identificação subjetivos – no caso, de identificação ao Estado, por meio das leis – *não se dão no vazio*, mas são *situados espacialmente*, têm uma materialidade espacial – que no caso é a cidade (o povoado Dionísio Cerqueira). Destacamos também, sobre a apropriação do espaço pelo Estado, que ela se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos, das línguas e do espaço, onde estão em jogo a constituição e a preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar.

Por fim, a análise da (re)nomeação do povoado sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nos enunciados associados aos nomes Pepiry-Guassú e Dionísio Cerqueira coloca em circulação diferentes sentidos para o espaço e para os sujeitos que o habitam, de maneira que o nome Pepiry-Guassú é silenciado juntamente com os sujeitos que habitam esse espaço, e Dionísio Cerqueira fica materializado no nome do povoado (cidade) e no espaço, quando foi possível refletir sobre a questão da interpelação dos indivíduos para se identificarem ao Estado brasileiro, no caso, mobilizada pelo processo de nomeação do povoado. Enfim, consideramos importante frisar a relevância deste capítulo para a pesquisa como um todo.

CAPÍTULO 5 – O DISCURSO SOBRE A(S) LÍNGUA(S) NA COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU

Neste capítulo, aprofundamos a reflexão realizada no capítulo 4 sobre a apropriação do espaço pelo Estado, a qual se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos, das línguas e do espaço e coloca em jogo a constituição e a preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar. Desse modo, este capítulo propõe prosseguir as análises do relato de viagem **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento, mantendo o foco em nosso objetivo de pesquisa – o qual consiste em compreender os processos de produção do espaço de fronteira Brasil/Argentina –, no caso deste capítulo, no que diz respeito às relações entre a colônia militar e a questão das línguas presentes no contexto de fronteira. Para tal, o presente capítulo encontra-se estruturado em duas seções.

Na seção 1, referimo-nos brevemente à colônia militar de Foz do Iguaçu, no sentido de compreender acerca do contexto fronteiriço historicamente reconhecido como espaço de reafirmação do nacional. Para tanto, embasamo-nos na pesquisa de Myskiw (2011), já citada nesta tese, a qual aborda a colônia militar de Foz do Iguaçu no período de 1888 a 1907.

A seção 2 é particularmente importante para nossa reflexão sobre as línguas no contexto de investigação. Fazemos isso, sobretudo, a partir de enunciados selecionados da passagem em que a comitiva do Estado chega à colônia militar de Foz do Iguaçu, seu objetivo de viagem. Inicialmente, analisamos o processo discursivo posto em movimento pelo pronome possessivo na primeira pessoa do plural e atentamos para as associações entre língua/cultura que o relato deixa flagrar. Para a reflexão sobre esta(s) língua(s) temos suporte, sobretudo, nos estudos de Rodríguez-Alcalá (2000) sobre a língua e os discursos sobre o guarani no Paraguai, assim como nos sustentamos em Pêcheux (1990, 2010, 2014), Payer (2006) e em Baldini e Zoppi-Fontana (2014).

Ademais, nesta seção iniciamos nossas reflexões sobre a “língua de mistura”, tema que é retomado especialmente no capítulo 8, quando

abordamos a “mistura” de português e espanhol. Para tanto, os trabalhos de Sturza (2006, 2010) sobre o tema *línguas de fronteira* e os de Camblong (2009) sobre *fronteiras políticas* são fundamentais.

5.1. A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU

Para adentrarmos propriamente as análises desta seção, parece-nos relevante referir-nos brevemente à colônia militar de Foz do Iguaçu – significada no relato como um povoado (vila) – priorizando os pontos que possibilitam a compreensão acerca do contexto fronteiriço historicamente reconhecido como espaço de reafirmação do nacional. Para tanto, recorreremos novamente a Myskiw (2011). Sua pesquisa aborda a história da colônia militar de Foz do Iguaçu, fundada em 1888 na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Trata-se de um estudo de história agrária que evidencia

[...] a disputa pela terra na fronteira, assim como a resistência de colonos brasileiros e estrangeiros às diferentes formas de intimidação e violência levadas a cabo por militares e comerciantes (ibid., orelha do livro).

No início dos anos 1880, quando são construídas as primeiras casas em Foz do Iguaçu, os argentinos e paraguaios constituíam a maioria da população e circulavam “livremente” pela fronteira, vivendo da extração de madeira e erva-mate. Isso representava uma preocupação para os militares, pois a presença de argentinos e paraguaios “naquela porção do território paranaense assinalava a precariedade (ou ausência) do domínio sobre as terras que estavam a percorrer” (ibid., p. 134). No entender dos militares, a fundação da colônia militar na foz do rio Iguaçu seria a solução para o fim da exploração dos ervaais e das florestas a oeste dos campos de Guarapuava (ibid.).

Conforme salienta Myskiw (ibid., p. 113), com base no memorial do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, já constava nos relatórios provinciais de alguns presidentes da província do Paraná – quando da eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870) – informação sobre a fundação de uma colônia militar junto à margem esquerda do rio Paraná, cujo principal argumento era de que as terras situadas naquela porção do Brasil estariam abandonadas e que poderiam facilmente ser invadidas por paraguaios e/ou

argentinos (ibid.). A fundação da colônia militar, além da função militar de defesa do território, num lugar estratégico, “visto que do ângulo formado pelos rios Iguaçu e Paraná seria possível vigiar o movimento de embarcações no rio Paraná, acima e abaixo da foz do rio Iguaçu” (ibid., p. 114), tinha como objetivo expresso “incentivar o povoamento, o desenvolvimento industrial, comercial e político no ponto extremo da fronteira” (ibid., p. 113).

5.2. DISCURSO SOBRE A(S) LÍNGUAS(S)

Apresentamos a sequência discursiva em que a comitiva do Estado chega à colônia militar de Foz do Iguaçu, seu objetivo de viagem.

SD18 – *Façamos agora ligeiro parenthesis e familiarizemo-nos com o pessoal da colonia.* A nossa entrada pela bella avenida, uma avenida natural rasgada na floresta, veio ao nosso encontro o director interino *tenente* Antonio Rodrigues Portugal, *meu velho camarada desde os tempos academicos e intimo amigo.* Vinham em sua companhia os *alferes* Plinio de Almeida, *commandante do destacamento federal* e Moura do *destacamento de policia.* Pouco depois compareceram os *nossos conterraneos* Jorge Schimmelpfeng e Walfrido de Abreu, *este ajudante e aquelle chefe da agencia fiscal do Paraná.* Depois de alguns dias de sacrificio em pleno sertão, ouvindo a toda hora o *patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras, observando costumes e physionomias extranhos aos nossos, ouvir de repente a nossa lingua falada por patricios inteligentes e instruidos, os contemplar com os nossos habitos e o nosso vestir, – não mais o chiripá, o cinto e o gorro vermelho* – foi para nós um momento de calorosas expansões de alegria, além de que *abraçavamos velhos amigos de muitos annos, que mais de um anno se haviam abalado para o interior, no cumprimento dos deveres de seus encargos* (NASCIMENTO, 1903, p. 117, grifos nossos).

Levando-se em conta o papel dos militares na defesa do território observamos, primeiramente, que a sequência discursiva acima também registra um encontro “amistoso” entre a comitiva do Estado que participava da expedição e os militares e demais representantes do Estado brasileiro na região, tal como notamos na SD7, no capítulo 4.

Além de fazer alusões aos “heróis” militares, o sujeito de discurso enuncia na direção de reafirmar, no contexto fronteiriço, a *superioridade* de uma língua e de uma cultura, como podemos observar nos enunciados que extraímos da SD18: “[...] ouvir de repente a *nossa* lingua falada por patricios

inteligentes e instruídos, os contemplar com os *nossos* hábitos e o *nosso* vestir [...]” (grifos nossos).

Por conseguinte, parece-nos produtivo analisar o processo discursivo posto em movimento pelo pronome possessivo na primeira pessoa do plural. Frisamos que “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Podemos atentar que o relato deixa flagrar uma associação entre língua/cultura, a qual poderíamos explicar da seguinte maneira: “Nossa língua”/ “patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany” – que não é significado como língua; “nossos hábitos e o nosso vestir”/“costumes e vestimentas estranhas” – “o chiripá, o cinto e o gorro vermelho”. Quanto aos sujeitos locais estes também são significados como portadores de uma fisionomia estranha.

Na contraposição com a qualificação do sujeito local como “estranho”, poderíamos pensar sobre o que é significado no relato como “familiar”, tendo em consideração os seguintes enunciados: “Façamos agora ligeiro parenthesis e *familiarizemo-nos* com o pessoal da colônia”; “[...] *meu velho camarada* desde os tempos academicos e *intimo amigo*”; “[...] os *nossos conterraneos*” [...]; “[...] abraçavamos *velhos amigos* de muitos annos [...]” (SD18, grifos nossos). Nesses enunciados, podemos observar a inserção com regularidade de termos relativos à qualificação de familiaridade atribuída aos patrícios, ou seja, o sujeito patrício é qualificado como “familiar”, de maneira que se produz uma relação entre sujeito local (estranho/*estrangeiro*) *versus* sujeito patrício (*familiar*), e ainda: “Patricios inteligentes e instruídos” (nós) *versus* “estranhos/*estrangeiros*” (eles) (grifos nossos).

Nessa direção, poderíamos considerar a língua. Para isso, mobilizamos a representação de “língua familiar” abordada por Payer (2006), cuja representação a autora propõe a partir de um deslocamento na noção de língua materna enquanto uma dimensão da memória da língua.

Enquanto uma materialidade linguística distinta do português padrão, o “familiar”, [...] vai se apresentar como algo mais complexo do que um registro ou forma “tensa” ou “distensa” pela qual o sujeito se coloca na/pela linguagem: o familiar

constitui-se como um lugar possível de alojamento da memória da língua que foi apagada na instância pública (memória social) (ibid., p. 128).

Diante de tais elaborações teóricas, afirmamos que a familiaridade também é atribuída à língua falada pelos patricios, tendo como exemplo um enunciado observado na mesma SD18: “[...] a *nossa língua* falada por patricios inteligentes e instruídos [...]”, na contraposição com a língua falada pelos sujeitos locais: “Patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany”, quando se estabelece a relação: língua local (estranha/*estrangeira*) *versus* língua *familiar*.

Nessa *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço*, a cada espaço corresponde uma língua e um sujeito, quando temos “vila militar” *versus* “sertão”, ou seja, os efeitos de sentido de “vila militar” são apresentados em oposição direta ao “patuá” e “aos costumes e fisionomias estranhas” que caracterizariam o “sertão”: “Depois de alguns dias de sacrificio em pleno *sertão*, ouvindo a toda hora o *patuá castelhano* [...], observando costumes e *physionomias extranhos aos nossos* [...]” (SD18, grifos nossos). Isso vai indicar a “necessidade” de que “sejam civilizados” pelo Estado, pela instauração da cidade, como vimos no capítulo 4.

Podemos dizer, também, que na relação de qualificação construída por “inteligentes e instruídos” se marca uma divisão relacionada ao imaginário de uma língua homogênea – contra a ideia de “mistura” – e com o imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”, assim como na valorização de seus hábitos e vestimentas, de maneira que a defesa do território funciona como sinônimo da defesa do Estado nacional diante da cultura local: sua língua, seus costumes, fisionomias e seus trajes típicos; ou melhor, diante da língua e da cultura do habitante local e não daqueles que foram aí enviados “[...] no cumprimento dos deveres de seus encargos” (SD18).

Passamos a expor certas reflexões sobre a “língua de mistura”, tema que será retomado em outras partes desta tese, em particular no capítulo 8, sobre a “mistura” de português e espanhol.

Temos em vista que os trabalhos de Sturza (2006, 2010) sobre o tema *línguas de fronteira* indicam que

[...] a prática linguística misturada [...] é uma prática usada pelos sujeitos fronteiriços ao se comunicarem entre si, em

decorrência dos seus modos de vida, de necessidades que são próprias da vida na fronteira [...]. É assim que *falar apaisanado*, (ALVAREZ, 2009) tal como diz um falante fronteiriço no lado brasileiro da fronteira, ao referir-se ao modo de entrar em contato com vizinho uruguaio, é um estado de “estar nessas fronteiras”, é de “estar entre-línguas” (id., 2010, p. 345, grifo da autora).

Ademais, Camblong (2009, p. 126), abordando a temática *fronteiras políticas*, a partir da região de Misiones (Argentina), fala do paradoxo que é habitar a fronteira. Segundo ela, se o dilema clássico interroga e oscila entre “ser ou não ser”, suas questões se detêm na disjunção “estar ou não estar”. Para entendermos essa disjunção, “estar ou não estar”, a autora expõe:

Los expulsados históricos están y no-están en nuestra memoria, en nuestro cotidiano y en nuestros rasgos idiosincrásicos. Están y no están en nuestra manera de concebir la zona, de apropiarnos de los trayectos y movernos en un espacio vecinal compartido con extensiones de equívocos confines (ibid., p. 128-129).

Outro aspecto que a autora aponta nessa disjunção é a cartografia da região que inclui a mobilidade contínua dos sujeitos e das línguas.

Tanto estamos y no estamos con el vecino que habla guarani *yopará* –variante paraguaya–, cuanto estamos y no estamos con el vecino brasileiro que habla portugués –estándar del Brasil– o portuñol –dialecto de la frontera–, y nos entendemos y ejercemos bilingüismos varios, entremezclados a mansalva, estamos y no estamos hablando esta o aquella lengua (ibid., p. 129, grifo da autora).

Apesar de que a “mistura” caracteriza o espaço de fronteira, temos no relato um processo discursivo que reafirma a unidade, superioridade e homogeneidade de uma cultura. Vai se produzindo no discurso um não pertencimento dos sujeitos locais a essa cultura e sua qualificação como estrangeiros, que na base linguística aparece no emprego dos pronomes possessivos *nosso(a)/nossos*, como apontamos anteriormente: *nossa língua, nossos hábitos e nosso vestir* (SD18). Quer dizer, os sujeitos locais estão ausentes dessa língua, desses hábitos, desse vestir; ou seja, são significados enquanto aqueles que não têm um acesso efetivo a essa cultura. Como aponta Pêcheux (2010, p. 57): “Na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua [...] a questão do sentido surge do interior da sintaxe”.

Sob esse ângulo, vemos como o relato, tomado como um *discurso sobre*, vai produzindo processos de significação e essas formulações são relevantes para compreendermos como ele vai significando a língua, os sujeitos e o espaço. Em vista disso, consideremos novamente o enunciado:

[...] depois de alguns dias de sacrificio em pleno sertão, ouvindo a toda hora o patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras, observando costumes e physionomias extranhos aos nossos [...] (SD18).

Ao lado desse enunciado, colocamos uma sequência discursiva sobre os sujeitos locais e sua língua, retirada do mesmo relato **Pela fronteira**:

SD19 – *O hospitaleiro paranaense, na sua linguagem rustica mas muito pittoresca*, só se considera feliz quando á sua porta bate um viajante, afim de ter ensejo de dar-lhe franca e comoda *hospitalidade* e poder ter com elle uma noite de palestra (NASCIMENTO, 1903, p. 80, grifos nossos).

É importante complementar que Rodríguez-Alcalá (2018, p. 10-11), ao refletir sobre cultura e civilização, aborda as palavras latinas *urbānus* e *rūsticus*:

[...] os sentidos de *urbānus*, que qualifica “o que é da cidade” e, “metaforicamente”, o que é “polido, fino, espiritual”, por oposição a *rūsticus* (de *rūs*, *rūris*, campo), no sentido de “rude, grosseiro” (cf. ERNAUT e MEILLET, 2001 [1932]; REY, 2000, grifos da autora).

Observamos que na sequência discursiva acima exposta o enunciado “[...] sua linguagem rustica mas muito pittoresca” atualiza esse imaginário urbano, embora conceda algum lugar a essa linguagem, seja pela oposição “rustica mas muito pittoresca”, seja pela própria qualificação “pittoresca”.

Voltando à discussão anterior, poderíamos dizer que se produz o efeito de evidência e de transparência da língua falada por “patricios inteligentes e instruidos” (SD18) e tais sentidos vão se ancorando no discurso de defesa do Estado nacional. A afirmação da inferioridade e exterioridade (exclusão) dos sujeitos locais (sua fisionomia) e de sua língua (misturada) significa também, numa posição-sujeito identificada ao Estado, fazer com que esses sujeitos permaneçam subordinados, ao serem considerados inferiores (rústicos), restando-lhes somente exercer a “hospitalidade”. Devemos acrescentar que

[...] é pelo estabelecimento dos AIE [Aparelhos Ideológicos de Estado], onde essa ideologia (a ideologia da classe dominante) é realizada e se realiza, que ela se torna dominante (PÊCHEUX, 2014, p. 4).

Em nosso *corpus*, lembremos da forte presença do Exército e, nesse caso, de um vínculo entre os Aparelhos Repressivos e Ideológicos de Estado.

De outra forma, observando mais atentamente as sequências discursivas apresentadas nesta seção, em especial o modo como as línguas locais são mencionadas, temos “patuá castelhano” e “misto de hespanhol e guarany” na SD18 e “linguagem rustica” na SD19. Posto isso, não podemos deixar de enfatizar a importância dessas formulações para nosso objeto de tese, uma vez que, em princípio, esses discursos fundam a demarcação de uma fronteira linguística e cultural entre os sujeitos locais e o Estado, como em parte dissemos antes.

Como pudemos constatar, de acordo com o relato, o Estado apaga a diversidade linguístico-cultural das sociedades sobre as quais vai legitimando seu poder, mas, mesmo assim, essa diversidade resiste – um “ponto onde um ritual ideológico vem se quebrar no lapso” (ibid., p. 15). Sobre isso Pêcheux ressalta: “Tomar até o final a interpelação ideológica como um ritual, supõe reconhecer que não é um ritual sem falha, falta e rachadura” (ibid.). Como salientam Baldini e Zoppi-Fontana (2014, p. 7), retomando Pêcheux, “a ideologia dominante não é jamais dominante sem contradição [...]” e “estas múltiplas falhas são, de fato, o espaço para a constituição das ideologias dominadas”. Para Pêcheux, “só é possível compreender o funcionamento ideológico em termos de contradição” (ibid.). No caso específico da produção do espaço e dos sujeitos da fronteira Brasil/Argentina, as formas de resistência comparecem nos sentidos moventes, sujeitos que circulam entre territórios nacionais, culturas e línguas. Nesse sentido, o “patuá castelhano”, “misto de hespanhol e guarany” (SD18) e “linguagem rustica” (SD19) não só significam o espaço, mas também os sujeitos locais e sua língua, na tensão entre unidade do Estado e diversidade tal como mobilizada especificamente na fronteira.

Ainda nessa abordagem, e considerando o imaginário de unidade da língua e do sujeito, notamos, ao analisarmos o enunciado “[...] ouvir de repente a nossa língua falada por patricios inteligentes e instruidos [...]” (SD18), que os

sentidos que se constroem para a língua portuguesa remetem não apenas à língua estudada no espaço formal da escola, mas no gesto de construção de uma unidade e homogeneidade de língua se produzem sentidos para o português como uma língua civilizada e racional, por oposição à “mistura” de espanhol e guarani. Nessa perspectiva, os sentidos que se constroem para os sujeitos não apenas vão na direção da “instrução”, da educação formal, mas também vão na direção de uma “cognição admirável”. Por esse efeito imaginário de língua naturalizada no discurso funcionam também efeitos de sentido distintos, tal como se revelam em: “Patuá castelhano”; “misto de hespanhol e guarany” (SD18) e “linguagem rustica” do paranaense (SD19).

Para pensarmos essas relações, fazemos alusão às discussões feitas por Rodríguez-Alcalá (2000, p. 45-46) sobre os sentidos de *primitivismo/irracionalismo* atribuídos ao guarani frente à *evolução* do espanhol nos discursos nacionalistas sobre as línguas no Paraguai. Tais discursos, mostra a autora, apresentam-se como uma crítica ao discurso colonialista e à visão evolucionista que o sustenta, mas acabam reproduzindo-o de diferentes maneiras na apologia que se faz do guarani. Nesse sentido, a autora destaca a principal característica atribuída ao guarani apontada por todos seus apologistas:

[...] a de ser um *veículo singularmente apropriado para a expressão dos afetos*, que leva à mais difundida definição do guarani como a *língua do coração*, em contraposição com o espanhol, a *língua da razão* (ibid., p. 45, grifos da autora).

De acordo com a perspectiva evolucionista e racionalista que caracteriza o discurso colonialista (ibid., p. 45-46), essa definição “não faz senão reafirmar claramente o *primitivismo – irracionalismo* – do guarani frente à *evolução* de uma língua europeia – *racional* – como o espanhol” (grifos da autora). Rodríguez-Alcalá (ibid., p. 46) associa essa primeira característica às afirmações de que o guarani seria, também, “uma *expressão mais próxima da natureza*, sendo, por isso, uma língua *extraordinariamente bela, expressiva, doce, poética*, etc.” (grifos da autora). Pontua, ainda, que a expressividade que aparece em afirmações nesse sentido também remete ao *primitivismo* do guarani:

[...] o guarani conservaria as *boas características* de uma língua em *estado natural* – i.e. *primitivo* –, que não teria ainda *se separado da natureza* – não teria *evoluído* –, podendo, por isso, *exprimi-la mais fielmente* (ibid., grifos da autora).

Diante do exposto, em relação ao guarani no Paraguai, flagramos na textualidade das SD18 e SD19 que as menções às línguas locais (o patuá, a mistura) aparecem associadas ao *primitivismo*, face à *evolução* do português. À vista disso, as análises indicam que esses dizeres se sustentam no já-dito do interdiscurso, ou seja, na oposição entre o *primitivo* e o *evoluído*, remetida ao *civilizado*, à cidade, por oposição ao rústico (de *rũs*, *rũris*, campo)⁴⁹.

À luz da *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço*, este capítulo nos permitiu avançar na compreensão dos processos de espacialização da fronteira Brasil/Argentina, mais especificamente no que tange às línguas presentes nesse espaço de fronteira. Ou seja, o relato possibilitou flagrar relações produtivas nas análises, tais como: língua/cultura, sujeito local (estranho/*estrangeiro*) *versus* sujeito patricio (*familiar*), sendo este último relacionado ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”, língua local (estranha/*estrangeira*) *versus* língua *familiar*, sendo esta última relacionada ao imaginário do português como uma língua homogênea, civilizada, racional contra a ideia de “mistura” de espanhol e guarani.

Com relação ao espaço, pudemos estabelecer a relação “vila militar” *versus* “sertão”, ou seja, os efeitos de sentido de “vila militar” são apresentados em oposição direta ao “patuá” e “aos costumes e fisionomias estranhas” que caracterizariam o “sertão”, cujas análises, inclusive, levaram-nos a refletir sobre a oposição entre o *primitivo* e o *evoluído*, remetida ao *civilizado*, à cidade, por oposição ao rústico (de *rũs*, *rũris*, campo). Isso reafirma, como vimos no capítulo 4, a “necessidade” do Estado de ocupar espaços, “domá-los”, “civilizá-los”, “civilizando” também os sujeitos locais e a língua pela instauração da cidade.

⁴⁹ Como aponta Mignolo (2015, p. 213), “además de la letra, el intelectual se define por el *intelecto*, y como los indígenas, según los diseños globales triunfantes, no tenían letras, por lo tanto, su intelecto debía *desarrollarse* mediante la civilización” (grifos do autor).

Por fim, a partir das sequências discursivas analisadas, concluimos que o sujeito de discurso enuncia na direção de reafirmar, no contexto fronteiriço, a unidade, superioridade e homogeneidade de uma língua e de uma cultura, o que produz no discurso sentidos de um não pertencimento dos sujeitos locais a essa língua e a essa cultura e sua qualificação como estrangeiros. Pelo efeito de evidência e de transparência da língua falada por “patricios inteligentes e instruídos” (SD18), tais sentidos vão se ancorando no discurso militar, de defesa do Estado nacional, cujos sentidos fundam a demarcação de uma fronteira linguística e cultural entre os sujeitos locais e o Estado.

CAPÍTULO 6 – EFEITOS DO JURÍDICO E DO POLÍTICO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS DE SUJEITOS E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS

Antes de especificarmos o objetivo deste capítulo, vale lembrar que no capítulo 4, a partir do relato **Pela fronteira**, escrito em 1903 por Domingos Nascimento sobre uma expedição militar da qual ele participou, que visava averiguar a situação de colônias militares estabelecidas em Foz do Iguaçu, analisamos os discursos *sobre/de* a fundação do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e sobre a instauração do Estado/nação nesse espaço de fronteira.

Embora a expedição militar da qual se originou a obra **Pela fronteira** e a excursão do governador do estado de Santa Catarina e sua comitiva, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, que resultou na obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, a qual analisamos neste capítulo, não coincidam em datas, destinos e objetivos, ambas convergem em certos pontos: significam o espaço de fronteira como um *espaço vazio* e mostram uma injunção de identificação do sujeito e do espaço fronteiriço ao Estado, por meio de suas instituições. Na primeira obra, esses processos estão sustentados pelo Exército e, na segunda, pela estrutura jurídico-administrativa do governo do estado de Santa Catarina. Assim, compreendemos que os referidos relatos dialogam entre si e sua “separação” nesta tese, ou seja, as análises de **Pela fronteira**, restritas aos capítulos 4 e 5, e as de **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, distribuídas nos capítulos 6, 7 e 8, acontecem somente por uma questão de organização textual.

Convém lembrar que a excursão à região de fronteira do Brasil com a Argentina, em 1929, de acordo com o discurso historiográfico, tinha como objetivo “a interiorização do país. Impunham-se eliminar os vazios demográficos e fazer com que as fronteiras econômicas, geográficas e culturais coincidissem com as fronteiras políticas” (FLORES, SERPA, 2005, p. 130).

Nessa direção, tanto o texto de Costa, “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), quanto o de Boiteux, “Oeste

Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931), os quais fazem parte da obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, coincidem em relatar a necessidade de “civilização” de Dionísio Cerqueira pela instauração da cidade sobre “o sertão” e as providências tomadas pelo então governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, logo que se inteirou da “realidade” desse espaço fronteiro.

Dessa maneira, a implantação de instituições e o esforço do governador que se supunha em poder de assegurar a priori “[...] o regimen da lei, da ordem, da garantia, da brasilidade [...] escolhendo agentes e autoridades capazes de darem desempenho cabal às suas funções” (SD20) participam da constituição histórica do espaço urbano de Dionísio Cerqueira.

Isso posto, este capítulo objetiva refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pelas leis e decisões político-jurídicas que se projetam sobre o espaço urbano de Dionísio Cerqueira e sobre os modos de produção do espaço de fronteira, bem como sobre os efeitos de sentido produzidos pelo relato no discurso sobre a ponte que ligava, na época, Dionísio Cerqueira-Brasil à localidade de Barracón-Argentina⁵⁰. Para esse fim, dividimos este capítulo em duas seções.

As reflexões empreendidas na seção 1 partem de duas sequências discursivas: uma retirada do relato de Costa (1929) e outra do relato de Boiteux (1931). As marcas linguísticas presentes nessas sequências discursivas mobilizam sentidos que caracterizam Dionísio Cerqueira como um espaço “vazio” e “desintegrado” de Santa Catarina, em particular, e do Brasil, de modo geral.

⁵⁰ Por ocasião da viagem de 1929, o aglomerado situado no lado argentino se denominava Barracón e permaneceu com esse nome até 1931, quando passou a se chamar Bernardo de Irigoyen, tal como abordamos no capítulo 2. Vale destacar, também, que no período da viagem de 1929, a vila (cidade) Dionísio Cerqueira já pertencia ao estado de Santa Catarina e não mais ao estado do Paraná, como era por ocasião da viagem de 1903, conforme analisamos no relato **Pela fronteira**. O leitor poderá observar, também, em algumas sequências discursivas selecionadas para este capítulo alusões a Barracão (Paraná), tendo em vista as modificações nos limites político-territoriais que ocorreram com o término do litígio em 1917, como também abordamos no capítulo 2.

Na seção 2, trabalhamos com uma sequência discursiva selecionada do relato de Costa (1929), na qual ele descreve a ponte que ligava, na época, Dionísio Cerqueira-Brasil à localidade de Barracón-Argentina. Levando-se em consideração as marcas de um “sentimento” de pertencimento à nação brasileira, à identidade nacional brasileira, na materialidade linguística da sequência discursiva em análise, fazemos alusão, novamente, à pesquisa de Rodríguez-Alcalá (2000; 2004) sobre a questão da cultura e seu funcionamento político na constituição e consolidação dos Estados nacionais. Nesse sentido, expomos, a partir das análises, a naturalização da realidade social produzida pelos sentidos de cultura associados ao discurso nacionalista de filiação romântica. Fragoso (2001) também nos dá suporte nessa análise. No fim da seção, investigamos os efeitos de sentido contraditórios produzidos pelo relato no discurso sobre a ponte. Para isso, mobilizamos os conceitos de *língua imaginária* e *língua fluida*, propostos por Orlandi (2008a), e de *espaço imaginário* de fronteira, em confronto com o *espaço fluido*, conforme distinção de Rodríguez-Alcalá (2018). São também importantes nessas análises as reflexões de Petri (2010) e Pêcheux (1990).

6.1. DECISÕES POLÍTICO-JURÍDICAS E EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O ESPAÇO DE FRONTEIRA

Como ponto de partida das reflexões teóricas que serão empreendidas nesta seção, expomos duas sequências discursivas: uma selecionada do texto de Costa (1929) e outra do texto de Boiteux (1931).

SD20 – Não havia official de registro civil, de sorte que as creanças que ali nasciam eram registradas, como argentinos, em Barracon, e, como taes, eram mais tarde inscriptos nos respectivos assentamentos militares. [...]. Os casamentos, igualmente, são feitos na Argentina, bem como os registros de obitos. Não ha um agente, sequer, do Governo Federal, exceptuados apenas os agentes da estação telegraphica de Dionysio Cerqueira e do correio de Barracão, no Paraná. Ali não chega um jornal brasileiro. Não se conhecem estampilhas do nosso paiz, de sorte que todos os contractos são lavrados no territorio argentino, onde existem esses elementos indicativos da autoridade publica. Logo que se inteirou dessa alarmante realidade, tomou o presidente Konder as providencias que cabiam na esphera estadual. Nomeou um official da Força Publica delegado especial, collocou um

destacamento policial; fez com que o juiz da comarca nomeasse interinamente, enquanto se procede ao concurso, um official do registro civil; organizou o directorio politico local, marcou a eleição districtal, creou escolas primarias; ouviu a todos que tinham reclamações e temores; assegurou *o regimen da lei, da ordem, da garantia, da brasilidade, escolhendo agentes e autoridades capazes de darem desempenho cabal ás suas funcções*. Communicou ao Governo da Republica o que observou e o que proviu (COSTA, 1929, p. 49-50, grifos nossos).

SD21 – *Nomearam-se autoridades policiaes e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia á vida e á propriedade do cidadão; creou-se o juizado de paz, deixando assim de inscrever-se nos registros, como nascidos na visinha Republica, os brasileiros que viam a luz no territorio catharinense*. Já agora ali fluctúa o auri-verde pendão da nossa Patria, que os brasileiros não viam, apenas conhecendo o argentino, hasteado nas fachadas das repartições na outra margem do Pepiry-guassú. *Está, pois, integrada a Santa Catharina, direi melhor, ao Brasil, extensa faixa de terra, cujo abandono – triste é dizel-o, – era manifesto*. Resumindo, n'uma pequena mas incisiva, mas verdadeira phrase, a situação em que, até ha poucos meses, *jazia essa porção da terra barriga-verde fronteira com a Republica Argentina*, disse o presidente de Santa Catharina: *“Aquella região dá a impressão de que é de quem ali primeiro chega”* (BOITEUX, 1931, p. 101-102, grifos nossos).

Para iniciar, reconsideramos a SD18, analisada no capítulo 5: “[...] ouvir de repente a *nossa* lingua falada por patricios intelligentes e instruidos, os contemplar com os *nossos* habitos e o *nosso* vestir [...]” (grifos nossos), retirada do relato **Pela fronteira**, de 1903. Ao lado dessa sequência discursiva, colocamos um enunciado extraído da SD20, acima apresentada: “[...] assegurou o regimen da lei, da ordem, da garantia, da *brasilidade* [...]” (grifo nosso). A partir da materialidade linguística das sequências discursivas, observamos que, enquanto na SD18 temos “nosso(a)/nossos”, na SD20 temos a presença material de *brasilidade*.

Para refletirmos sobre o registro da palavra *brasilidade* no relato de 1929, salientamos que a viagem do governador de Santa Catarina “pelas áreas de fronteiras, a oeste do estado, beirando divisas com o Rio Grande do Sul e atingindo os limites com a Argentina” (FLORES, SERPA, 2005, p. 129), acontece nas vésperas da Revolução de 1930. “No discurso dos intelectuais ligados ao Estado Novo, a palavra-chave e mobilizadora de homens e de

mulheres era *brasilidade*” (ibid., p. 141, grifo nosso); nessas condições de produção fazem sentido os discursos sobre a questão da fronteira nacional com a Argentina e a construção da *brasilidade*, assim como faz sentido a premência da ocupação do oeste catarinense como expansão do processo “civilizador” para o interior, tanto do estado de Santa Catarina quanto do Brasil (ibid., p. 130).

Isso posto, para analisar a SD21 supracitada, consideremos, inicialmente, a definição de “abandono” no **Novo dicionário da língua portuguesa**, de Cândido de Figueiredo:

Abandono m. Desamparo, desabrigo. Desleixo. Desistência, renúncia (ibid., 1913, p. 4).

Destacamos, a partir desse mesmo dicionário, o verbete que se apresenta para a entrada “jazer”, que também contribui para a análise da SD21:

Jazer v. i. Estar deitado. Estar morto. Estar sepultado: *aqui jaz um valente*. Estar quieto, imóvel. Prostrar-se. Persistir. *Ant.* Estar vaga (a herança), sêr jacente. * *V. p.* (A mesma significação). Cf. Castilho, *Fausto*. *Geórg.*, etc. *M.* Jazida. (Lat. *jacere*) (ibid., p. 1141, grifos do autor).

Abandono mobiliza um discurso segundo o qual aquela “extensa faixa de terra” (SD21) estava *abandonada, esquecida, desabrigada, desamparada, desabitada, deserta, vazia*, dentre outras qualificações. Nessa mesma direção, a referida “[...] porção da terra barriga-verde fronteira com a Republica Argentina [...]” (SD21) *tinha aspecto de “morta”, numa posição completamente imóvel*, a partir dos sentidos de *jazer* que mobiliza um discurso sobre aquele espaço de fronteira. Na medida em que o espaço é significado como *vazio*, não se consideram a história e os sujeitos que o habitam, isto é, o imaginário de espaço significado pelo discurso é sobreposto ao espaço habitado pelos sujeitos fronteiriços como se fosse não habitado – um espaço natural que faz emergir a necessidade de ocupação, de colonização, como já apontamos nesta tese.

Para Fedatto (2013, p. 101), “a colonização cria [...] a ideia de espaço natural que, por sua vez, sustenta a necessidade da civilização do

espaço, seja em cidade, seja em campo”. A autora, nesse particular, insiste que

[...] qualquer espaço geográfico deve ser considerado também histórico, não natural. Mesmo grandes porções de natureza, territórios incógnitos, ermos, selvagens fazem parte da história e do universo simbolizado pelo homem, mas, por vezes, são significados imaginariamente como naturais (ibid., p. 108-109).

No entanto, a necessidade da “civilização” daquela “extensa faixa de terra” (SD21) em cidade pode ser constatada pelas descrições a respeito das providências que foram tomadas pelo então governador do estado de Santa Catarina – as quais “cabiam na esfera estadual” (SD20) – logo que se inteirou daquela realidade, no sentido em que Zoppi Fontana (1998, p. 50) define *realidade*, como um efeito do imaginário, ou melhor,

[...] como o conjunto de evidências que aparecem para o sujeito como necessárias, como imagem fiel do mundo. Essas evidências são produzidas pelo funcionamento da memória discursiva que fornece ao sujeito os elementos do seu dizer.

É o que apontam as sequências discursivas em análise: a nomeação de um delegado oficial, a implantação de um destacamento policial, a nomeação de oficial interino do registro civil, a implementação do juizado de paz, a organização do diretório político local, a definição de data para a eleição distrital, a criação de escolas primárias; enfim, de modo geral, nota-se aí que as instituições jurídicas do Estado irrompem na produção desse espaço. Convém acrescentar que é a ausência dessas instituições que faz com que o espaço seja significado enquanto um espaço “vazio”, numa relação metonímica com a “falta de Estado”, e essa “falta de Estado” nacional reforça o vínculo com o estrangeiro. Nessa direção, acrescentamos que é somente pela interpelação pelo Estado, por meio das instituições jurídicas, que os sujeitos passam a “ter existência” – e o espaço passa a “ser ocupado”, a “deixar de ser vazio”. Vemos que esses discursos atualizam aqueles analisados no capítulo 4, a partir do relato **Pela fronteira**, quando o povoado era significado como um *espaço vazio* a ser ocupado (*civilizado*), um espaço *sem forma*, uma *cera virgem* a ser *moldada*, conforme o modelo da cidade.

Tal como consideramos no capítulo 4, podemos pensar neste capítulo sobre a ideologia jurídica associada ao espaço, haja vista a

fundamentação teórica já apresentada; cabe aqui salientar que Rodríguez-Alcalá (2000, 2004) reflete sobre o papel que o apelo à cultura desempenhou nas transformações históricas da forma sujeito, vindo em certo sentido a substituir o apelo à religião. A autora afirma que “é através da cultura nacional, enquanto fenômeno de caráter particular e diferenciado, que os sujeitos são interpelados para identificarem-se com *um* Estado, através de *suas* leis, e não com outro” (id., 2004, p. 1, grifos da autora). Enfim, “a cultura constitui um ingrediente central no processo de constituição dos sujeitos jurídicos atuais, através de cuja mediação subordinam-se ao Estado” (id., 2000, p. 206).

Esses sentidos jurídicos que interpelam os sujeitos produzirão efeitos, ao mesmo tempo, sobre as concepções de língua e de espaço. De acordo com Rodríguez-Alcalá (ibid.), a coerção do aparelho jurídico se exerce sobre os sujeitos “ao mesmo tempo em que as fronteiras entre os Estados independentes e relações entre eles se configuram”.

Ante o exposto, e retomando as descrições feitas no relato, compreendem-se as ações do governador do estado de Santa Catarina em “preencher” o espaço “vazio” com as instituições jurídicas, ao mesmo tempo em que se configura uma (re)divisão entre os Estados (inter)nacionais: Brasil/Argentina. Nesse sentido, podemos dizer que a implantação de instituições naquela “[...] porção da terra barriga-verde fronteiriça com a Republica Argentina [...]” (SD21), ou seja, no espaço urbano de Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina, “afirma a necessidade de um espaço e de uma língua comuns nos quais todos [os brasileiros] possam se encontrar, se compreender e se reconhecer” (FEDATTO, 2013, p. 89), constituindo sentidos de uma unidade imaginária do território. Tomamos como exemplo as certidões de nascimento, casamento e óbito que, conforme o relato, a partir da visita do governador, passam a ser expedidas pelo “juizado de paz” (SD21) no Brasil, assegurando, conforme Fedatto (ibid., p. 88), que o espaço urbano enquanto espaço jurídico desempenhe um papel fundamental na consolidação da nacionalidade.

Dionísio Cerqueira, pelas marcas no relato, vinha sendo significado como um espaço *abandonado, deserto, vazio e desintegrado* de Santa

Catarina e do Brasil, de modo geral. Ainda assim, entender o espaço como natural não é suficiente para apagar sua história, ou melhor, para desconsiderar que o espaço se constitui historicamente. Dessa maneira, a implantação de instituições e o esforço do governador que se supunha em poder de assegurar a priori “[...] o regimen da lei, da ordem, da garantia, da brasilidade [...] escolhendo agentes e autoridades capazes de darem desempenho cabal às suas funções” (SD20) intervêm na constituição histórica do espaço urbano de Dionísio Cerqueira. Assim, constrói-se a evidência de que, diante do “abandono” daquela “extensa faixa de terra” (SD21) (impossível urbano), há um espaço possível: a cidade, após as providências tomadas pelo governador.

Na SD21 temos, ainda “nomearam-se autoridades policiaes e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia á vida e á propriedade do cidadão”. Apresenta-se o modo como os sentidos para “propriedade” como um direito garantido ao cidadão (cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem, do século XVIII) deslizam para “propriedade” do Estado. Em se tratando da equivocidade da língua, o enunciado em análise abre espaço para a deriva e os efeitos de sentido parecem apontar para a transição de um espaço “sem dono”, “sem propriedade” para o lugar de “civildade”, portanto, do Estado, e as imagens e valores ligados à lei jurídica, ao Estado, à norma ficam “impressos” na materialidade da cidade.

Podemos concluir que é a presença do Estado que “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira, um *espaço de direito* – caso contrário, ele é significado como “vazio” –, é a identificação dos sujeitos ao Estado que vai fazer com que estes deixem de ser apagados pela ideia de espaço “vazio” (só os sujeitos identificados ao Estado é que “preenchem” esse espaço, se não, permanece “vazio”), quando podemos ver também nesse ponto a *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço*.

Compreendemos, ainda, que estão no domínio da memória do texto urbano, como diz Fedatto (2013), a construção da unidade da língua nacional brasileira e os processos de constituição da nacionalidade. Lembremos que os relatos vão significando o espaço e os sujeitos de um determinado modo, como

podemos ver nas descrições: as crianças que nasciam em Dionísio Cerqueira eram registradas como argentinas, em Barracón (Argentina), e, mais tarde, eram inscritas nos serviços militares desse país. Da mesma forma, os registros de casamento e de óbito eram expedidos na Argentina. Ademais, todos os contratos eram lavrados no território argentino. Portanto, devemos considerar que a constituição do espaço urbano de Dionísio Cerqueira traz vestígios de uma interpelação do sujeito fronteiriço (brasileiro) pelo Estado argentino e, ainda, do processo de identificação linguística e espacial-territorial argentino. Como mostra Nunes (2011, p. 43), “o real da cidade sempre escapa a esse desejo de controle total da cidade, visto que a dimensão do equívoco nunca é completamente dominada”. Ao refletirmos sobre a constituição do espaço urbano de Dionísio Cerqueira, consideramos, também, os modos de produção do espaço de fronteira.

Diante da complexidade de nosso objeto de pesquisa, a presente análise nos conduz a dizer que identificamos efeitos de sentido que sinalizam para uma separação entre territórios, para uma (re)divisão do espaço de fronteira, tendo em vista a ideologia jurídica e as tentativas de homogeneização e de organização do espaço da cidade de Dionísio Cerqueira no território brasileiro.

Retomemos a SD21 quando se menciona que com a criação formal do “juizado de paz” deixam de “inscrever-se nos registros, como nascidos na vizinha Republica, os brasileiros que viam a luz no territorio catharinense”. E aquela “extensa faixa de terra, cujo abandono [...] era manifesto [...] está, pois, integrada a Santa Catharina [...] ao Brasil”. O discurso do viajante enquanto se filia a certos lugares de poder, ao governo do estado de Santa Catarina, ao Estado brasileiro, silencia o “juizado de paz” do lado argentino e as funções e atribuições desse órgão público. Como afirma Nunes (ibid.), a partir de Orlandi (1992, p. 70),

[...] as palavras são atravessadas de silêncio, de modo fundante, e por isso, embora submetidas à política do silêncio, elas jamais se domesticam plenamente: há sempre a possibilidade de novas filiações discursivas.

Assim, os sentidos da criação do “juizado de paz” no território brasileiro comparecem na direção de garantir a nacionalidade brasileira e não mais a argentina às crianças que nasciam em território catarinense.

Estamos considerando, também, que esses sujeitos são significados enquanto aqueles que ocupam o espaço de fronteira e esse espaço se produz na tensão, na divergência/convergência entre duas unidades (inter)nacionais: Dionísio Cerqueira (Brasil)/Barracón (Argentina) e entre Dionísio Cerqueira (Santa Catarina)/Barracão (Paraná). A cidade de Dionísio Cerqueira, que, simbolicamente, passa a integrar o estado de Santa Catarina, materializa a fronteira entre duas unidades dentro de um mesmo Estado nacional, Santa Catarina/Paraná; além disso, com base em um imaginário de unidade do Estado nacional, produz-se a delimitação entre duas unidades (inter)nacionais: Brasil/Argentina.

6.2. A PONTE COMO *SIGNO* DE LIMITE/DESLIMITE DO ESPAÇO DE FRONTEIRA

Detenhamo-nos agora em outra sequência discursiva do texto de Costa (1929), que descreve, dentre outros temas, a ponte que liga Dionísio Cerqueira-Brasil à localidade de Barracón-Argentina. Interessa-nos, sobretudo, analisar os discursos sobre essa travessia internacional.

SD22 – Solucionado o pleito internacional, ficou a jurisdição argentina definitivamente assentada na orla direita do Peperý, que ahi tem a modestíssima apparencia de um simples riacho, atravessado por uma *ponte de madeira, muito ordinaria, muito mal feita, tosca e estragada*. Tratando-se de uma travessia internacional, em que não é lícito ao nosso Estado fazer combinações com os dirigentes da nação limitrophe, cabe ao Governo Federal entrar em entendimento com a Argentina para que se faça ali, por conta do erario nacional, *uma ponte decente, duradoira, metallica, ou de cimento, digna de dar acesso comodo e seguro aos que, vindos de um país, penetram em terras do visinho*. Aquelle miseravel pontilhão, em parte desarrumado e apodrecido, deixa uma inconfundivel impressão de descaso dos governos confinantes. Mais do que isso: uma impressão de *apoucamento nacional*, que fere a *sensibilidade* de quem percorre aquelle sitio remoto. *Quem demanda a fronteira tem, naturalmente, a curiosidade de vêr como será o país visinho*. Ha um vivo interesse em verificar o progresso, os habitos, a predominancia das populações e povoações ribeirinhas. Quaes dellas se apresentam melhor e

melhor respondem ao *orgulho nacional* que o *homem civilizado* tem *no fundo do seu eu*. A apresentação ali é má, é *deprimente*. *Aquella pedaço de construção atamancada* não agrada ao nosso *sentimento brasileiro* quando nos dizem: Aqui começa o Brasil. É verdade que a comparação, no caso, não nos deixaria isoladamente mal, porque a falta é igual para os dois países; mas esse raciocínio, se atenua, não elimina o *mal-estar* que nos causa essa visão mesquinha e criticável (ibid., p. 53-54, grifos nossos).

Com base em estudos de Fedatto (2013, p. 25), notamos que os discursos sobre a travessia internacional “são atravessados pelo desejo oficial de fundar a *necessidade* de um conjunto de valores [...]”, como podemos observar no enunciado: “[...] uma ponte decente, duradoira, metálica, ou de cimento, digna de dar acesso comodo e seguro aos que, vindos de um país, penetram em terras do vizinho” (SD22), assim como a beleza, a durabilidade, a comodidade, a segurança, a organização, a curiosidade, que “passam a ter uma *existência* concreta erigida em pedra, asfalto, barro, cimento e palavras” (ibid., grifos da autora), exemplificados pelo enunciado: “Quem demanda a fronteira tem, naturalmente, a curiosidade de ver como será o país vizinho” (SD22).

A partir dessa série de formulações e marcas linguísticas, parece-nos interessante pensar nos efeitos que a travessia internacional tem na produção dos sentidos dos sujeitos e espaços fronteiriços dos países limítrofes Brasil/Argentina, das línguas portuguesa e espanhola. Ou seja, do ponto de vista discursivo, a travessia internacional simbolizada pela “[...] ponte de madeira, muito ordinária, muito mal feita, tosca e estragada”; no “[...] miserável pontilhão, em parte desarrumado e apodrecido [...]”, no “[...] pedaço de construção atamancada [...]” (SD22), ao ser significada no discurso sobre o espaço de fronteira, e por meio do trabalho da memória, funciona como um lugar de significação para diferentes posições-sujeito: posições em relação ao estado de Santa Catarina e ao governo federal, ao governo da Argentina, conforme o relato, mostrando-nos que as referidas instituições absorvem determinados sentidos e também deixam seu sentido aberto a interpretações.

De outro modo, observando os enunciados destacados acima como formas linguísticas em funcionamento que constroem significação, é possível identificar posições-sujeito em relação à ponte como símbolo, que deixam

marcas de como sujeitos históricos constroem sentidos no espaço de fronteira e se constituem por ele. Como diz Orlandi (2001c, p. 9): “É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. Parafraseando Fedatto (op. cit., p. 178), materialmente os sentidos atravessam o sujeito, ao atravessar a ponte.

Dando prosseguimento à análise dos discursos sobre a ponte, apresentamos a noção de *ponto de referência*, desenvolvida por essa mesma autora: “O ponto de referência é um lugar no espaço urbano duplamente afetado pela temporalidade” (ibid., p. 71). Por um lado, segundo a autora, pensando sincronicamente,

[...] um ponto de referência é construído pelo *imaginário da localização* (estando *aqui* eu acredito saber onde estou, saber que estou *aqui* e não *lá*) e, por outro, considerando uma relação de diacronia, ele incorpora um *imaginário de retrospectção*, sua existência é uma lembrança de outro tempo-espaço: marca de alteridade, ainda que não sabida (ibid., p. 71-72, grifos da autora).

Da mesma forma é importante trazer a noção de *monumento*:

[...] é no sentido de marco que um ponto de referência pode sempre ser considerado um *monumento* [...]. O monumento fala por sua presença mesma no espaço histórico, seja pela imposição de uma forma que silencia outras, seja como condição para que o sentido se espacialize (ibid., p. 72-73, grifo da autora).

Com base nessas noções, compreendemos a ponte como um *ponto de referência* na fronteira, um *monumento*, uma construção que intervém na materialidade desse espaço, (re)significa-o, e fica atada à história do próprio sujeito; enfim, um *signo* do espaço de fronteira. Por isso, devemos considerar que

[...] os diferentes elementos, até os mais “banais”, que conformam o aspecto físico do espaço; os diferentes gestos, mesmo os mais “insignificantes”, que os sujeitos realizam em relação a ele, a partir de diferentes posições, devem ser entendidos como “signos” de processos sociais que é preciso interpretar, pois esses signos são opacos e, a rigor, não temos acesso a seus sentidos, que são políticos, mas apenas a seus efeitos [...] (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2009, p. 10).

Nessa direção, perguntamo-nos a quais discursos se filiam os sentidos que se podem depreender das posições do viajante a respeito da

ponte. Convém registrar que essas posições não são entendidas enquanto ideias defendidas pelo viajante, a partir de um ponto de vista individual, de uma perspectiva intencional, mas, de outro modo, pensamos essas posições enquanto gestos de interpretação, inseridos numa memória afetada pelo inconsciente, pelo esquecimento. Trata-se, por conseguinte, de considerar as formações discursivas nas quais o viajante, enquanto sujeito de discurso se inscreve, ou seja, de relacionar o seu discurso a outros discursos, os quais integram essas posições. À vista disso, o viajante, enquanto sujeito de discurso, não estará fora do jogo de forças que constitui o discurso e ao posicionar-se explicita suas filiações.

Deste modo, consideramos importante, também na SD22, destacar as marcas do discurso da “afetividade”. Não estamos, portanto, querendo dizer que a chamada afetividade está ligada de modo íntimo ao viajante, ou que tem a ver com um sujeito (viajante) consciente e que domina os sentidos de sua fala. De outra maneira, entendemos que a afetividade é constituída no e pelo discurso. Nesse sentido, esses discursos se apresentam em distintas posições subjetivas, como podemos atentar na sequência discursiva em análise.

Quando observamos os elementos *apoucamento nacional*, *sensibilidade*, *orgulho nacional*, *homem civilizado*, *no fundo do seu eu*, *deprimente*, *sentimento brasileiro* e *mal-estar* podemos dizer, a priori, que os efeitos de sentido criados por esses elementos remetem a diferentes “sentimentos”: “Sensibilidade”, “orgulho”, “consciência”, “desalento”, “mal-estar”, dentre outros. No entanto, não se trata de um “sentimento” tomado isoladamente, já que os sentidos estão sempre em movimento e se relacionam entre si, mas de um “sentimento” que se constrói na relação com a nação, de um “sentimento de pertencimento” à nação brasileira, à identidade nacional brasileira. Tais interpretações nos levam a dizer, a princípio, que no discurso do viajante a respeito da ponte predominam efeitos de sentido produzidos pelo apelo nacionalista.

Assim, perguntamo-nos: como se funda esse “sentimento” nacionalista e a quais sentidos ele se filia nos estudos da linguagem? Devemos salientar, a partir da pesquisa de Rodríguez-Alcalá (2000; 2004), que a cultura

desempenhou importante papel na constituição e consolidação dos Estados nacionais. De acordo com a hipótese trabalhada pela autora, a cultura tornou-se “um mecanismo de legitimação do Estado nacional sobre os sujeitos e sobre seu território, vindo de alguma maneira a substituir o papel que a religião tivera num período anterior” (id., 2004, p. 9). A autora reforça que o vínculo da cultura com a fé foi aos poucos enfraquecendo e cedendo lugar a um vínculo com a nação, cristalizado na tradição romântica, como concepção “cultural” da sociedade. Podemos observar, pela análise da SD22, que essa concepção cultural da realidade social se mantém presente na interpelação dos sujeitos a pertencerem à nação brasileira, na constituição de um “sentimento nacionalista”. Como nos ensina Rodríguez-Alcalá (ibid., p. 13-14), “os hábitos, costumes, e tradições culturais tornaram-se *índices de pertencimento a uma nacionalidade*, não mais a uma religião”; nessa acepção, “a língua passou a expressar não mais os *mistérios da fé*, mas a *cultura de uma nação*” (ibid., p. 14, grifos da autora). É interessante notar, conforme a autora, que

[...] na ordem religiosa o “amor a Deus” é associado ao sentimento de “temor divino”, que é o que leva, em última instância, à “obediência”; na ordem jurídica, essa injunção passa a ser exercida pela associação do “amor à nação” com o “orgulho nacional”, que deve levar à “lealdade” (id., 2000, p. 207-208).

Os estudos de Fragoso (2001), fundamentados na AD, também nos dão suporte para pensarmos sobre a questão formulada acima. De acordo com a reflexão do autor, o “sentimento nacionalista” afetava o pensamento dos escritores românticos⁵¹, ou melhor, constituía a posição discursiva do escritor romântico. Em outras palavras, seus estudos entendem o Romantismo enquanto um discurso – um acontecimento de linguagem – que funda uma memória para a língua nacional/para a nação brasileira.

⁵¹ Temos em consideração o Romantismo como uma concepção amplamente difundida pela tradição literária no Brasil. No entanto, referimo-nos ao Romantismo e à tradição romântica não apenas enquanto um movimento literário, mas também como uma concepção cultural da realidade social (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004, p. 4).

Para Fragoso (ibid., p. 47), o discurso romântico tratava de exaltar (e afirmar) o índio, a natureza e o passado histórico do brasileiro como a “alma nacional”. Esses elementos constituíram a referência para o (do) Brasil na literatura romântica, os quais se relacionam à constituição de sentidos referentes à *brasilidade*. Dessa maneira, com base no “sentimento de orgulho” nacionalista, a literatura romântica constrói uma identificação para o Brasil. Convém acrescentar, conforme Fragoso (ibid., p. 46), que esse viés nacionalista estava ancorado na teoria do Naturalismo de Rousseau (do “bom selvagem”). Segundo o autor, “o Romantismo construiu uma imagem romantizada (naturalizada) para o Brasil” (ibid., p. 47), justamente porque retomava os pressupostos dessa teoria.

Queremos dizer aqui, conforme Fragoso (ibid., p. 53), que “a concepção de língua nacional, defendida pelos autores românticos, [...] sustentava-se fortemente no sentimento de orgulho nacionalista”. Ou seja, “o discurso nacionalista fixava uma certa interpretação para a língua que se praticava no Brasil” (ibid., p. 110).

Nessa época, sobretudo a partir do fim do primeiro quartel do século XIX, o “sentimento romântico” e o “sentimento nacionalista” afetavam os autores brasileiros e tais elementos conjugados constituíam seus discursos (suas obras literárias); interpelados a se identificarem com a *beleza da língua* e com a *beleza do espaço*, “criavam uma realidade social/cultural/política/linguística específica para a nação brasileira” (ibid., p. 55). Os escritores românticos interpretaram a independência política do Brasil “como uma necessidade de se valorizar (de ter orgulho) do que era nacional [...]” (ibid., p. 90-91). Conforme ressalta o autor, “para os escritores românticos a independência política levou à independência do pensamento / do espírito” (ibid., p. 55). Desse modo, de acordo com Fragoso,

[...] o discurso romântico construiu/interpretou o sentimento nacionalista (de uma nação que se constituía), tendo em vista este naturalismo que inscrevia o brasileiro no seu estado primitivo/natural (ou seja, num certo espaço de memória que configurou este país) (ibid., p. 149).

Dias (1995, p. 14) esclarece que nas décadas de 1930 e 1940 os sentimentos nacionalistas tiveram grande expressão no Brasil e a questão da

língua foi colocada de forma mais consistente no país nessa época. Essa última afirmação condiz, de alguma maneira, com as análises feitas por Payer (1999) em sua tese de doutorado. Segundo a autora, a prática da língua materna dos imigrantes foi oficialmente interdita na década de 1930. Nessa época, o Estado intervinha pontualmente no processo de nacionalização desses imigrantes, por meio de campanhas de nacionalização que implantavam a língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, sobretudo através da escola primária (ibid., p. 9).

Cabe acrescentar que, ao refletirmos sobre a implantação da língua nacional na área de fronteira em estudo nesta tese, tivemos contato com a dissertação de mestrado de Modesti (2011), “A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)”. De acordo com essa pesquisa, no estado de Santa Catarina, de modo geral,

[...] muitas escolas estrangeiras foram fechadas. Os professores, que não eram brasileiros natos, foram impedidos de lecionar e as subvenções por governos estrangeiros foram proibidas (FIORI, 1975; PEREIRA, 2004 apud MODESTI, ibid., p. 21).

No oeste catarinense, a situação não era diferente: a falta de professores prejudicava a política de nacionalização, visto a região possuir núcleos de colonização estrangeira.

Tanto escolas particulares quanto públicas sofreram com essa política. Muitos professores foram exonerados por não ministrarem as aulas em língua portuguesa ou não serem brasileiros natos, o que provocou o fechamento de vários estabelecimentos de ensino (ibid., p. 63).

Esse quadro, embora sucintamente apresentado, traz contribuições significativas às análises desta seção⁵². Com respeito ao discurso do viajante com relação à ponte, revelam-se pistas de uma ideologia nacionalista/naturalista que irrompe com a tradição romântica. Nessa

⁵² Para aprofundamentos sobre a nacionalização de imigrantes no estado de Santa Catarina, na perspectiva da Análise do Discurso, cf. STROKA, M. T. **A memória em movimento: do esquecimento à lembrança**. 2013. 220 p. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2013.

concepção, as marcas do discurso sobre a “afetividade” que emergem na textualidade trazem também traços particulares da construção da língua nacional e da constituição de um sujeito nacional.

Como já dissemos, no relato se fazem notar gestos de interpretação que o viajante, enquanto sujeito de discurso, aí materializou ao passar por Dionísio Cerqueira e deparar com a “[...] ponte de madeira, muito ordinária, muito mal feita, tosca e estragada” (SD22). A ponte é significada como um *ponto de referência* que se relaciona com a cidade de Dionísio Cerqueira e, de uma maneira específica, com a cidade de Barracón, na Argentina, “numa relação de *permanência*” (FEDATTO, 2013, p. 192) com esse espaço. Dessa forma, a ponte funciona como elemento da *materialidade urbana* (ORLANDI, 1999b, p. 9) que simbólica e metonimicamente representa a cidade (INDURSKY, 2011, p. 210). Por seu lugar no espaço de fronteira, inscrito na história, a ponte significa uma referência espacial, especificamente uma referência (inter)nacional.

Como afirmamos na apresentação desta tese, entendemos que há um limite, uma demarcação, uma divisão estabelecida entre os Estados (inter)nacionais que se opera por meio de leis e tratados, por decisões político-jurídicas. Todavia, consideramos que não podemos falar, por exemplo, de uma fronteira que está definitivamente assentada, fixa, estabelecida. Tomando emprestado a Indursky (ibid., p. 206), “começam a borrar-se os limites” entre Dionísio Cerqueira (Brasil) e Barracón (Argentina). Como assegura Sturza (2006, p. 26):

[...] a Fronteira não significa apenas pela sua relação espacial, como o lugar que marca o limite entre territórios. Os limites cartográficos são referências simbólicas que significam a fronteira através de um marco físico, embora a vida da fronteira, o *habitar a fronteira* signifique, para quem nela vive, muito mais, porque ela já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações (grifo da autora).

Como podemos observar, os sentidos atribuídos à fronteira podem, inclusive, ser relacionados àqueles que o relato vai imprimindo para a ponte, como elemento da *materialidade urbana*, ou seja, com aqueles que vão produzindo o espaço de fronteira Brasil/Argentina. Eis o que destacamos das

reflexões de Petri (2010, p. 80) acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público: “É a ponte que liga, mas que é fronteira, que é fisicamente fixa, mas simbolicamente movente”; acrescentaríamos, é a ponte que é visível, mas que é invisível, sinuosa, inapreensível e móvel (PÊCHEUX, 1990, p.14). Por fim, *habitar a fronteira*, como diz Camblong (2009, p. 126), “supone instalarse en los decursos de la paradoja”.

Podemos então, concluindo este capítulo, apresentar algumas considerações sobre os efeitos de sentido contraditórios produzidos pelo relato no discurso sobre a ponte. Para isso, articulamos os sentidos dessa relação aos conceitos de *língua imaginária* e *língua fluida*, propostos por Orlandi (2008a, p. 86-87):

A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas. A *língua fluida* – língua-movimento, mudança contínua – pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto (grifos da autora).

Sob essa formulação teórica, percebemos que a ponte, como elemento material do espaço, produz sentidos de divisão entre os espaços territoriais, de limite entre sujeitos e línguas, cujos sentidos de limite se associam àqueles produzidos pela demarcação da fronteira estabelecida entre os Estados (inter)nacionais que se opera por decisões político-jurídicas, como dissemos anteriormente. No entanto, entendemos, em conjunto com Rodríguez-Alcalá (2018), que se trata de uma divisão que vai na direção de uma *unidade imaginária do espaço* construída pelo Estado. Nesse sentido, a ponte pode ser considerada como elemento importante na constituição de um *espaço imaginário* de fronteira, em confronto com o *espaço fluido*, conforme distinção de Rodríguez-Alcalá (ibid.), em cuja distinção a autora propõe compreender o *espaço-tempo imaginário, cartográfico* como um *artefato* produzido por um trabalho histórico de instrumentação, como uma unidade homogênea, numa relação contraditória com a *fluidez* real do espaço.

De outro lado, os sujeitos significados no relato enquanto aqueles que habitam a fronteira e por ali circulam, e interpelados pelos discursos de ambos os países, ao atravessarem a ponte podem ser tocados pela

materialidade da língua e do espaço do país ao qual se destinam. Isso nos conduz a dizer que a ponte também produz sentidos de união, de conexão, nesse *espaço fluido* não significado por um imaginário de unidade. Por fim, a ponte produz sentidos de um deslimite, de um desenganche ou *delinking* (MIGNOLO, 2015, p. 442) e, assim como os sujeitos, significa-se na movência dos pertencimentos.

Nesse sentido, com este capítulo, demos continuidade às discussões realizadas nos capítulos 4 e 5 sobre a necessidade de “civilização” de Dionísio Cerqueira pela instauração da cidade sobre “o sertão”, embora as condições de produção sejam distintas, já que em 1929, época da viagem e da escrita do relato que analisamos neste capítulo, os discursos sobre a fronteira nacional com a Argentina evidenciavam a construção da *brasilidade*, a premência da ocupação do oeste catarinense como expansão do processo “civilizador” para o interior, tanto do estado de Santa Catarina quanto do Brasil.

Posto que as sequências discursivas mobilizam sentidos que caracterizam Dionísio Cerqueira como um espaço “vazio” e “desintegrado” de Santa Catarina (e do Brasil, de modo geral), notamos que as instituições jurídicas do Estado irrompem na produção desse espaço. Nesse ponto, pudemos compreender que somente por meio da interpelação pelo Estado, pelas instituições jurídicas, que os sujeitos passam a “ter existência”, deixam de ser apagados – e o espaço “deixa de ser vazio”, passa a “ser ocupado”, “preenchido” pelos sujeitos identificados ao Estado, o que nos conduz a dizer que é a presença do Estado que “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira como um *espaço de direito*.

De modo final, salientamos que a partir da sequência discursiva que descreve a ponte pudemos observar a inserção com regularidade de termos relativos à “afetividade”, os quais remetem à ideologia nacionalista/naturalista. Pudemos analisar, ainda, que a ponte, como elemento material do espaço, funciona como um *signo* de limite/deslimite do espaço de fronteira, relação que remete ao *espaço imaginário/espaço fluido*. A ponte significa também um *ponto de referência* (FEDATTO, 2013) que se relaciona “numa relação de *permanência*” (ibid.) com o espaço. Por conseguinte, a ponte funciona como

elemento da *materialidade urbana* (ORLANDI, 1999b), que simbólica e metonimicamente representa a cidade (INDURSKY, 2011) e como um lugar de significação para diferentes posições-sujeito: posições em relação ao estado de Santa Catarina e ao governo federal, ao governo da Argentina.

CAPÍTULO 7 – DISCURSOS SOBRE OS SUJEITOS, MOEDA E LÍNGUA NO ESPAÇO DE FRONTEIRA

Neste capítulo, prosseguimos com as discussões feitas nos capítulos anteriores a respeito da relação entre cidade, Estado e nação; de forma mais específica, retomamos efeitos de sentido do discurso da colonização da América e do discurso nacionalista e levantamos alguns pontos sobre o processo de constituição da nação, no espaço de fronteira, remetendo à discussão sequências discursivas do relato “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Costa, e analisando discursos sobre a moeda circulante e sobre a língua predominante nesse espaço de fronteira. Para tal, estruturamos este capítulo em duas seções.

Na seção 1, juntamente com as sequências discursivas extraídas do relato de Costa (ibid.) sobre a moeda e a língua, e buscando fundamentar nossas análises, mobilizamos uma passagem do texto “Sobre fronteiras e colonização”, do historiador Muraro (2016), já que ela apresenta afirmações acerca do comércio e da moeda circulante na região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e a Argentina na década de 1920.

Em seguida, a partir do artigo de Mariani (2008), “Quanto vale uma língua?”, buscamos estabelecer uma relação entre os discursos da colonização da América e os discursos sobre a moeda circulante em Barracón (Argentina) e em Dionísio Cerqueira (Brasil), de acordo com o relato de 1929. Da mesma forma, relacionamos esses discursos com aqueles sobre a língua (espanhola) que, de acordo com esse mesmo relato, era predominante nesse espaço.

Já na seção 2, com base em Pêcheux (2009 [1975]) e Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), tratamos do funcionamento da estrutura das construções negativas nos discursos relativos às nações por meio das relações de substituição para analisar os elementos: *não*, *nem* e *desnacionalização*. Para isso, retomamos a SD23 analisada na seção 1. Na primeira parte, delimitamos a análise aos elementos *nem* e *não* e a adição dos elementos substituíveis *escola*, *justiça*, *administração* e *organização política*. Na segunda parte, com fundamento em Payer (2006), tratamos do elemento negativo no prefixo *des-*

em *desnacionalização*. Primeiramente, remetemos o elemento *desnacionalização* a um recorte do *memorial* que o secretário da Educação e Saúde, Dr. Fernando Duarte Rabelo enviou, em 1939, à Comissão Nacional do Ensino Primário, cujo documento a autora analisa em seu livro **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. Observamos, no recorte, os elementos *desnacionalização* e *obra desnacionalizadora/de desnacionalização*, os quais, funcionando pela relação de memória discursiva junto com o termo “nacionalização”, levam a pensar no processo de constituição da nação, no espaço de fronteira, por se tratar de um momento de um projeto específico de nacionalização, sobretudo nas áreas de densa imigração.

7.1. DISCURSOS SOBRE A MOEDA E A LÍNGUA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Parece-nos fundamental analisar algumas aproximações que se possam estabelecer entre os discursos sobre a moeda e a língua – tendo em vista que não são discursos da mesma natureza – e compreender os sentidos aí produzidos. Para tal, devemos investigar as condições em que os discursos são produzidos e que não dependem das intenções dos sujeitos, ou melhor, é preciso considerar as condições de produção.

Como ponto de partida dessas reflexões, realçamos dois enunciados na sequência discursiva a seguir: “A *moeda* que ali corre é a argentina” e “A *língua* que se fala é uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento” (grifos nossos).

SD23 – Aquella zona estava se desnacionalizando. A *moeda que ali corre é a argentina*. A *língua que se fala é uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento*. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política. Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria (COSTA, 1929, p. 48-49, grifo nosso).

Gostaríamos de colocar ao lado dessa sequência discursiva a SD24, extraída desse mesmo relato de viagem, posto que as descrições sobre o comércio no espaço de fronteira apresentam uma regularidade.

SD24 – A *parte principal do agrupamento é a da Argentina, não só pelas construcções, que embora, como todas, de madeira,*

são melhores, como pelo seu commercio, mais prospero e sortido. Ali, na margem direita, ha uma casa de negocio de um syrio, o sr. Junes, onde encontramos até sedas e champagne. Na margem esquerda a porção melhor é a catharinense, que tomou o nome de Dionysio Cerqueira. A parte paranaense do povoado é insignificante. Conservou o nome de Barracão [...]. Na parte paranaense não ha commercio. No povoado catharinense o commercio é muito pobre. A riqueza daquela região é o mate, que nas cercanias avulta prodigiosamente. Em cada uma dessas arvores, dizia, com razão, um companheiro de jornada, hervateiro do Oeste, estão penduradas cedulas de mil reis; é somente apanhal-as, colhendo as folhas do mate. Tivemos a impressão, entretanto, de que o commercio e a indústria brasileiros quasi nada aproveitam ainda daquela riqueza. Quem explora aquella região, dispondo de dinheiro, organização e gente intelligente, é o argentino, principalmente a Empresa Pastoriza, de Buenos Aires (ibid., p. 56-57, grifos nossos).

Tendo em vista as descrições sobre o comércio nessa sequência discursiva, destacamos os seguintes enunciados: “A parte principal do agrupamento é a da Argentina [...] pelo seu *commercio*, mais prospero e sortido”; “[...] ali, na margem direita, ha uma *casa de negocio* de um syrio, o sr. Junes, onde encontramos até sedas e champagne”; “[...] na parte paranaense não ha *commercio*”; “[...] no povoado catharinense o *commercio* é muito pobre”; “[...] tivemos a impressão, entretanto, de que o *commercio* e a indústria brasileiros quasi nada aproveitam ainda daquela riqueza” (grifos nossos).

Nesse quadro, trazemos uma passagem de Muraro (2016), em que podemos encontrar a reafirmação das descrições presentes nas sequências discursivas acima, no que diz respeito ao comércio e à moeda circulante na fronteira. Dessa maneira, quando o foco está na região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e a Argentina, na década de 1920, encontramos:

[...] na vizinha Barracón funcionava um comércio dinâmico de gêneros alimentícios e produtos industrializados. Os pequenos pontos comerciais do lado brasileiro eram abastecidos por produtos argentinos e a moeda circulante era o peso (ibid., p. 174).

Como podemos observar nas sequências discursivas apresentadas anteriormente, o relato produz um processo de significação que se estabiliza e que significa o lado brasileiro de um modo e o lado argentino de outro. Há uma porção mais “desenvolvida”, mais “equipada”, mais “civilizada” e essa porção coincide em termos de limite formal territorial com aquilo que é da Argentina,

como exemplificamos: “Quem explora aquella região, dispondo de dinheiro, organização e gente inteligente, é o argentino [...]” (SD24).

No entanto, em termos de espaço, de uma fronteira “vvida”, funciona justamente o deslimite, já que não havia barreira física de separação entre Dionísio Cerqueira e Barracão (Brasil) e Barracón (Argentina), com exceção da “[...] ponte de madeira, muito ordinária, muito mal feita, tosca e estragada” (SD22) – conforme analisamos no capítulo 6. Nessa direção, os sujeitos fronteiriços são significados enquanto residentes de um espaço no qual três cidades se entrelaçam e se delimitam somente por fronteiras políticas e jurídicas. Embora a fronteira já estivesse oficialmente demarcada, “os limites oficiais não representam barreiras suficientes para impedir a convivência” (MURARO, *ibid.*, p. 168), já que os sentidos da/na fronteira estão sempre em movimento, (re)construindo-se na relação com o simbólico e a história. Assim,

[...] a proximidade física, as atividades econômicas, a frequência às mesmas instituições de ensino, saúde, lazer e cultura favorecem o surgimento de relações que dão origem a novos significados (*ibid.*).

Vale ressaltar que, assim como o sujeito fronteiriço circula nesse espaço, a moeda argentina (peso) e a língua espanhola também circulam para além da fronteira argentina; de outra maneira, tal como as cidades conurbadas, os discursos sobre a moeda e a língua se entrelaçam. Contudo, as sequências discursivas analisadas salientam que esse entrelaçamento nem sempre é simétrico, ou seja, notamos um predomínio da moeda argentina e da língua espanhola sobre a moeda brasileira e a língua portuguesa.

Nesse sentido, é bom lembrar que, tanto na SD24 quanto na passagem selecionada da pesquisa de Muraro (*ibid.*, p. 174), comparece a afirmação de que o comércio em Barracón (Argentina) era mais próspero e dinâmico, enquanto do lado brasileiro somente havia comércio em Dionísio Cerqueira e, assim mesmo, era pequeno e abastecido por produtos argentinos.

Ao nos referirmos a esses discursos, relacionados a fatores sócio-históricos e econômicos dos países limítrofes, mais especificamente sobre a situação econômica de Barracón (Argentina) na época mencionada, consideramos o sócio-histórico e o econômico como elementos das condições de produção, “em sentido amplo”, como nos diria Orlandi, estruturantes do

sentido, dos sujeitos e do espaço, quando podemos abordar os discursos sobre a moeda circulante e a língua predominante nesse espaço de fronteira.

Sturza (2006, p. 33), refletindo sobre o tema *línguas de fronteira*, já referenciado nesta tese, afirma que os deslocamentos das línguas “são determinados por fatores sócio-históricos, econômicos e culturais, mas sempre significados pelo político”. Nesse sentido, conforme a autora, a situação econômica dos países funciona como um aspecto definidor do deslocamento das populações e do trânsito entre as comunidades. Consequentemente, “em certos períodos, o espanhol circula mais continuamente nas cidades brasileiras” (ibid., p. 37). Como sustenta essa mesma autora, “nas zonas de comércio tende a existir a prática de uma mistura das línguas” (id., 2010, p. 344).

No contexto dessas discussões, retomamos aqui alguns dos argumentos de Mariani (2008, p. 1). A autora assinala que em uma publicação que relaciona a Linguística com a Economia, de 1965, os economistas Bloom e Grenier⁵³ localizam o marco inicial de um objeto de estudo: *as línguas como uma variável econômica*. E o artigo de Mariani (ibid.) incide justamente sobre esse campo de questões, buscando compreender como economistas e linguistas tematizam essa relação nas últimas décadas.

Mariani (ibid., p. 2) esclarece, também, que há algum tempo existem pesquisas do projeto HIL que relacionam línguas e questões econômicas. Como exemplo, a autora se refere às pesquisas que tematizam a expansão linguística e o mercantilismo no período histórico das grandes navegações. Segundo a autora,

[...] as análises mostram que o estímulo econômico da busca de riquezas, como um dos elementos motivadores para o “achamento” e dominação das terras desconhecidas, foi um dos fatores que estimularam e aceleraram o processo de gramatização das línguas europeias (ibid.).

⁵³ Economistas em Harvard University e University of Ottawa, respectivamente. Mariani (2008, p. 1) se baseia no artigo: BLOOM, D. E.; GRENIER, G. Economic perspectives on language: the relative value of bilingualism in Canada and the United States. In: CRAWFORD, J. **Languages loyalties**: a source book on the official English controversy. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1992.

Temos em consideração a complexidade e especificidades do período histórico das grandes navegações, no qual se inclui a colonização espanhola e portuguesa na América; ainda assim, parece-nos oportuno retomar aqui alguns pontos discutidos para mostrar em que sentido haveria uma relação dos discursos da colonização da América com os discursos sobre a moeda circulante em Barracón (Argentina) e em Dionísio Cerqueira (Brasil), de acordo com o relato de 1929, e com a circulação da língua (espanhola) que, conforme esse mesmo relato, era predominante nesse espaço.

Nessa perspectiva, devemos ressaltar, conforme Mariani (ibid.), que “nas naus que atravessaram o Atlântico, além da bandeira e da língua, foram transportadas também uma moeda e uma forma de negociar”. Outro ponto importante que destacamos da reflexão de Mariani (ibid.) é que

[...] *as elites coloniais mantiveram tanto a língua quanto a moeda da metrópole* e, apesar de conviverem com outras formas de relações econômicas, como o escambo, *buscaram estabelecer internamente nas cidades coloniais um mesmo modelo mercantilista europeu* (grifos nossos).

No espaço de fronteira em estudo, no qual a conurbação das cidades e a ausência de barreiras físicas de separação entre elas propiciam “interações imateriais de amizade, compadrio, práticas religiosas, casamentos e relações de parentescos”, também facultam as relações comerciais (MURARO, 2016, p. 175).

Com base nessa análise, depreendemos que o relato produz um processo de significação que estabiliza tanto a língua quanto a moeda no espaço de fronteira. A moeda argentina circulando para além da fronteira e a língua, nessas condições de produção, funcionando como *uma variável econômica* (MARIANI, 2008, p.1), lembrando que a economia, com destaque para a indústria nacional, foi a preocupação central do projeto nacionalista liberal que teve vigor desde a década de 1920 e que chegou a participar do governo no início do mandato de Vargas, antes do Estado Novo (ARAÚJO, 1994 apud PAYER, 2006, p. 75-76).

7.2. RELAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO: *NÃO, NEM E DESNACIONALIZAÇÃO*

Dando prosseguimento à nossa reflexão, retomamos a sequência discursiva a seguir:

SD23 – *Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política.* Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria (COSTA, 1929, p. 48-49, grifos nossos).

A partir do enunciado “*Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política*” (grifos nossos), vejamos a questão das relações de substituição. Pêcheux (2009 [1975], p. 151) apresenta uma concepção do efeito de sentido como relação de possibilidade de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada. Acrescentamos que em Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 219) distinguem-se dois tipos fundamentais de substituição, a saber:

1. As substituições “simétricas”, tais que, dados dois substituíveis (morfemas, sintagmas ou enunciados) A e B, o caminho que conduz de A e B é idêntico ao que conduz de B a A, o que pressupõe uma equivalência $A = B$, de tipo dicionário, ou um efeito contextual equivalente. Neste primeiro caso, A é contextualmente sinônimo de B, ou então, é uma sua metáfora adequada (e reciprocamente para B em relação a A), no caso em que esta equivalência é produzida no próprio processo, sem ser referível a um efeito de tipo dicionário.
2. As substituições “orientadas”, isto é, aquelas em que o caminho de A a B não é idêntico ao caminho de B a A. Neste último caso, os substituíveis não são equivalentes, mas se pode passar de um a outro, “deduzir” um do outro. Em outros termos, A e B estão numa relação que, em seu nível mais geral, pode ser qualificada de *metonímica*. A existência desta “relação não simétrica de dedutibilidade” entre A e B remete, a nosso ver (cf. HAROCHE-PÊCHEUX, 1972, p. 47-49), à possibilidade de uma sintagmatização $A + R + B$ (ou $B + R' + A$), onde R (e R') remetem à existência de uma relação sintática entre os dois elementos A e B (grifo dos autores).

Cabe salientar que a presente análise, embora incidindo sobre uma estrutura sintática tradicionalmente conhecida como aditiva negativa⁵⁴, será apresentada tomando por parte seus elementos: a primeira parte trata dos elementos *nem* e *não* e da adição dos elementos substituíveis: *escola, justiça, administração, organização política*; a segunda parte trata do elemento negativo no prefixo *des-* em *desnacionalização*. Todos esses elementos trarão bases para a compreensão das relações de substituição.

7.2.1. Relações de substituição: *não, nem*

Consideremos, inicialmente, a definição de *não* e *nem*. Para tal, como já fizemos nesta tese, utilizamos o **Novo dicionário da língua portuguesa**, elaborado por Cândido de Figueiredo:

Não adv. Partícula negativa oposta a *sim*. De maneira nenhuma [...] (ibid., 1913, p. 1374, grifos do autor).

Nem adv. Não; até não. Conj. E não. E sem [...] (ibid., p. 1384).

Com suporte em definições de Pêcheux e Fuchs (op. cit.), a partir do enunciado “*Não* havia escola, *nem* justiça, *nem* administração, *nem* organização política” (SD23, grifos nossos), entendemos que há uma equivalência entre os elementos *não* = *nem* de *tipo dicionário*. Nesse caso, *não* é contextualmente sinônimo de *nem*, ou então é sua metáfora adequada.

Ademais, embora possa haver uma *equivalência de tipo dicionário* (ibid.) entre os elementos *nem* = *não*, tomados isoladamente, isso não ocorre da mesma maneira na estrutura do enunciado, onde temos uma relação não simétrica; ou seja, os elementos substituíveis – escola, justiça, administração, organização política – não são equivalentes semânticos. Poderíamos pensar na relação argumentativa do enunciado estabelecida entre escola, justiça, administração e organização política, nessa ordem, e organizada pelo *não* e pelo *nem*, e trazer a questão da argumentação para o campo da análise do discurso.

⁵⁴ “Conjunções aditivas – a aditiva apenas indica que as unidades que unem (palavras, grupos de palavras e orações) estão marcadas por uma relação de adição. Temos na língua portuguesa dois conectores aditivos: *e* (para a adição das unidades positivas) e *nem* (para as unidades negativas)” (BECHARA, 2009, p. 269, grifos nossos).

[...] a argumentação, em análise do discurso, é vista no processo histórico em que as posições dos sujeitos são constituídas. Desse modo, a instância da formulação – em que entram as intenções – já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formações discursivas, jogo ao qual ele não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos (ORLANDI, 1996, p. 49-50).

Ainda de acordo com Orlandi, podemos dizer que no nível da formulação o sujeito de discurso (autor do relato) “já tem sua posição determinada e ele já está sob o efeito da ilusão subjetiva, funcionando ao nível imaginário” (ibid., p. 50). E “afetado pela vontade da verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a literalidade)” (ibid.) os elementos do enunciado são apresentados nesta ordem: escola, justiça, administração, organização política e numa relação *não/nem*. Nessa relação *não/nem*, o enunciado produz um efeito argumentativo de mínimo, daquilo que, no caso, a cidade deveria ter, antes de mais nada.

Como podemos observar, o enunciado “*Não* havia escola, *nem* justiça, *nem* administração, *nem* organização política” (SD23, grifos nossos) se constrói numa estrutura sintática aditiva negativa e isso se reforça no verbete do dicionário acima exposto, quando vemos que a entrada *nem* pressupõe uma equivalência *nem = e nem*. Nesse sentido, levando-se em consideração a base linguística, afirmamos que a conjunção aditiva negativa *nem* funciona produzindo o efeito de sentido de *substituição “orientada”* (op. cit.) pelo valor desses elementos, os quais não são equivalentes, mas estão em relação.

Não poderíamos afirmar, em razão de uma relação de sentidos (lógica) entre *não* e *nem*, que não ter escola pode ser mais preocupante do que não ter justiça, administração e organização política, assim como não podemos dizer que a cidade primeiro deveria ter organização política, depois administração, depois justiça e por último escola, já que não há uma relação mecânica entre as marcas formais e o que elas significam nos processos discursivos. Mas a evidência de não haver escola funciona no discurso como um efeito da carência de justiça, administração e organização política.

Considerando que os sentidos estão em movimento, significando sempre e de muitas e variadas maneiras, a conjunção aditiva negativa produz o

efeito de que, naquelas condições de produção, nenhuma dessas possibilidades se realiza: escola, justiça, administração, organização política. Trata-se de discursos constituídos por saberes que resultam de lugares diferentes, saberes que não são homogêneos. Nessa acepção, essa *substituição “orientada” negativa* poderia ser relacionada aos discursos sobre o estabelecimento do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e sobre a instauração do Estado/nação nesse espaço fronteiriço – que implica legitimar as autoridades brasileiras, as leis brasileiras, a vigilância à fronteira e outras, como analisamos no capítulo 4, a partir do relato **Pela fronteira**, de 1903.

Em vista disso, parece-nos oportuno retomar um enunciado que faz parte da SD20, analisada no capítulo 6, e que trata do lado brasileiro da fronteira: “*Não havia oficial de registro civil*, de sorte que as creanças que ali nasciam eram registradas, como argentinos, em Barracon, e, como taes, eram mais tarde *inscriptos nos respectivos assentamentos militares*” (grifos nossos). A formulação negativa que abre o enunciado – “Não havia oficial de registro civil” –, assim como a negativa implícita de que não havia junta de serviço militar no lado brasileiro da fronteira, agrega-se ao discurso de substituições construídas numa estrutura negativa, como analisamos acima. Deve-se salientar que “não havia” equivale, no discurso em questão, a “havia” na Argentina.

Dentre as análises realizadas acerca do enunciado “*Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política*” (SD23, grifos nossos), convém reforçar aqui que, diante da falha no processo de interpelação pelo Estado, a sociedade na fronteira, em particular a brasileira, num gesto de resistência vai apresentando soluções às situações dessa falha. Podemos destacar algumas delas: registrar as crianças no cartório de Barracón (Argentina) e inscrevê-las, mais tarde, na junta de serviço militar daquele país.

Considerando tais colocações, devemos ressaltar, consoante Orlandi (2015, p. 192), que

[...] o Estado capitalista é *estruturado pela falha*, produzindo a *falta* e, em consequência a *divisão, a diferença* que, pelo funcionamento da ideologia em uma sociedade hierarquizada, cujas relações são dissimétricas, configurando-se como

relações de força, e de poder, simbolizadas, produzem a *segregação* (preconceito) (grifos da autora).

Nessa direção, as descrições feitas nos relatos funcionam como uma *evidência do espaço* de fronteira (formalmente constituído por três cidades conurbadas), um lugar onde faltam instituições disponíveis para todos os habitantes. Por conseguinte, tais agrupamentos de cidades vão sendo divididos: de um lado, Barracón (Argentina), colocado no relato como margem direita e parte principal do agrupamento, onde, conforme as descrições, havia escola, oficial de registro civil, assentamentos militares e outras instituições; de outro lado, na denominada margem esquerda, Barracão e Dionísio Cerqueira (Brasil), de modo que, numa relação hierarquizada, o espaço brasileiro fica aí significado como um espaço “vazio”, como já abordamos nesta tese, como um lugar onde as instituições estão por ser estabelecidas, de modo que as relações de substituição construídas numa estrutura negativa produz um efeito de apagamento do político.

Por sua vez, conforme o relato, ao dizer que não havia escola, oficial de registro civil, assentamentos militares, etc., o sujeito fronteiriço, especialmente aquele que habitava o lado brasileiro da fronteira, vai sendo significado na falta, como um *sujeito segregado* (id., 2008b) dos direitos conferidos pelo Estado nacional. Apesar disso, no jogo das *relações de substituição* entre o negativo e o positivo, em face do discurso do Estado, a sociedade brasileira na fronteira é capaz de lidar com “o que há”: registrar o filho no/a país/cidade vizinho/a onde está o cartório, alfabetizar-se, embora na língua do vizinho, significando de outro modo a sua relação com o espaço – país, território.

7.2.2. Relações de substituição: *desnacionalização*

É importante, ainda, citar outros traços linguísticos de negação que emergem na SD23, tendo como exemplo: “Aquella zona estava se *desnacionalizando*”; “Os filhos dos brasileiros, para *não* ficarem analphabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria” (grifos nossos).

Parece-nos que o discurso de substituições construídas numa estrutura negativa, como depreendemos das análises anteriores, pode ser relacionado ao elemento *desnacionalização*, também na sua forma negativa. Isso nos remete a um documento do Estado brasileiro que Payer (2006) traz para reflexão: o *memorial* que o secretário da Educação e Saúde, Dr. Fernando Duarte Rabelo, enviou, em 1939, à Comissão Nacional do Ensino Primário. A referida comissão foi encarregada, além de organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, de “nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira” (Getúlio Vargas, ARAÚJO, 1994, p. 87 apud PAYER, *ibid.*, p. 80-81). Segundo Payer (2009b, p. 39),

[...] foi incisivo o investimento do Estado em implantar a língua nacional nas áreas de imigração, com um trabalho minucioso sobre as escolas para o “cultivo” (implantação) da língua portuguesa. Ele foi realizado, entre outros atos oficiais, através da Campanha da Nacionalização do Ensino Primário nas regiões de densa imigração.

Consideremos os recortes a seguir, extraídos do referido *memorial*:

Como consequencia de um inteligente trabalho de catequese, em torno da pessoa do pastor em regra estrangeiro sem nenhum apêgo á terra, nem amôr ás suas mais caras tradições, congregavam-se os colonos, individuos na sua maioria de baixo nível cultural, constituindo-se por isso mesmo, dóceis instrumentos de expansão alienígena e *desnacionalisação* [...]. O regime de plena liberdade em materia educativa, que êsses nucleos alienígenas desfrutavam, era, pois, um corolario do clima creado pela propria negligencia do poder publico jungido ás injunções políticas. Era natural, portanto, que á sombra desse indiferentismo criminoso, gerado pela transigencia administrativa, medrasse e desenvolvesse a *obra nefasta e desnacionalisadora* dos advenas através das inúmeras escolas de cunho evidentemente estrangeiro avultando dentre elas, principalmente, as mantidas pelas Comunidades Luteranas subordinadas ao Sinodo de Berlin [...]. No Relatorio que em 1921 apresentei ao então Secretario da Educação, relativo ás minhas atividades como Inspetor Escolar, assim me manifestei a respeito da *obra de desnacionalisação realizada por essas escolas: Escolas estrangeiras funcionam* no territorio pátrio com o fim unico de ensinar aos filhos dos colonos a lingua, a geografia e a historia de seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a Patria [...]. Na escola particular de Santa Maria, distrito de Jequitibá, no municipio de Santa Leopoldina, funcionando sob responsabilidade de uma dessas comunidades, apreenderam

também as autoridades do ensino farta documentação comprobatória da *obra de desnacionalização* que ali fazia desabusadamente o pastor local (RABELO, 1939, p. 5-7, grifos nossos).

Podemos observar que nesse *memorial* aparecem os elementos *desnacionalização* e *obra desnacionalizadora/de desnacionalização* já dentro de certo discurso político nacionalista. Como se trata de um momento de um projeto específico de nacionalização, sobretudo nas áreas de densa imigração, parece-nos que os elementos *desnacionalização* e *obra desnacionalizadora/de desnacionalização* quebram a ordem esperada e produzem um efeito de estranhamento no discurso relacionado à oposição nacionalizar/desnacionalizar.

Vale mencionar, também, com suporte em Payer (2006, p. 64), que nos anos 1920 os interesses pela ideia de nação e de nacionalização já se apresentavam de modo contundente. Nesses primeiros projetos de nacionalização participavam intelectuais liberais, os quais enfatizavam a valorização dos temas nacionais (cultura nacional) e o desenvolvimento educacional. É importante considerar, ainda, que uma das metas da política de imigração em massa para o Brasil, implantada com a República, era “o povoamento e a colonização de vastas áreas territoriais desocupadas, inclusive em fronteiras conflituosas” (ibid., p. 12).

Dessa forma, compreendemos como isso contribui para que os sentidos produzidos no relato de viagem, escrito em 1929, compareçam na direção de realçar o tema da nacionalização e do ensino e aprendizagem escolares em língua portuguesa na área de fronteira. Apesar disso, há formulações negativas atravessando o texto do relato: *desnacionalização* (“aquella zona estava se *desnacionalizando*”) (SD23, grifo nosso), cujo elemento relacionamos aos demais com sentido negativo: *não* e *nem*. Esse efeito negativo se projeta para os demais enunciados articulados nesse texto, por exemplo, no registro de que se falava, na zona de fronteira uma “mistura” de português e castelhano. De um modo geral, poderíamos dizer que “mistura” significa negativamente em razão da falta de escola onde se ensina português, o que leva, portanto, à *desnacionalização*.

De forma semelhante, como vimos no *memorial*, Rabelo (op. cit.) salienta que os colonos, os quais são significados enquanto indivíduos de baixo nível cultural, constituíam-se em “dóceis instrumentos de expansão alienígena e *desnacionalização*”. Além disso, as escolas estrangeiras, principalmente as alemãs, segundo Rabelo (ibid.) funcionavam como uma *obra nefasta e desnacionalizadora* (grifo do autor). Então, perguntamo-nos: por que essas formulações negativas se manifestam nos discursos políticos nacionalistas?

Sem termos a pretensão central de responder a essa pergunta nesta tese, queremos apenas registrar, de acordo com as análises realizadas até aqui, que algo falha nesse processo de interpelação pelo Estado. Como há falhas no ritual, o sujeito pode resistir ao discurso dominante, como analisamos em outras partes desta tese. Como diz Pêcheux (2009 [1975], p. 281), “não há dominação sem resistência”. Nesse sentido, a evidência que se produz no relato de 1929 de que não havia escola para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa, na fronteira, institui uma falha no ritual do discurso nacionalista.

Já em 1939, durante o Estado Novo, o Brasil vivia uma época marcada pelo nacionalismo centralizador e exacerbado e esse discurso orientava as políticas na área da Educação (PAYER, 2006, p. 80). Não obstante, na textualidade do *memorial* pudemos observar que os colonos, enquanto significados como aqueles que difundem sua língua e sua cultura, tomam posição e resistem aos dizeres do Estado brasileiro; ademais, as escolas estrangeiras são significadas como um espaço para o fortalecimento do conhecimento e do vínculo desses sujeitos à sua pátria e isso funciona no discurso como gestos de resistência frente aos saberes nacionalistas.

Assim, nesse percurso inicial notamos que nos diversos efeitos de sentido dos enunciados sobre a negação – *não, nem, desnacionalização* – fundem-se sentidos de um discurso nacionalista dos projetos liberais, da década de 1920, com aqueles do projeto nacionalista do Estado Novo. Convém acrescentar que é pela textualidade do discurso que o nacionalismo vai sendo constituído e que vão sendo produzidos os furos, as faltas, os pontos de resistência próprios à ordem da língua. Em conjunto com Payer (2018),

enfatizamos que uma nação se constrói na relação de diferença e de equivalência com outra. Assim, a Argentina é nação amiga/inimiga. O sim e o não, o direito e o avesso vão juntos na estrutura negativa, assim como nos discursos nacionalistas.

Concluindo este capítulo, parece-nos relevante destacar que no relato, por meio da estrutura das substituições negativas, aparecem reforçados os elementos constitutivos tanto do Estado como da cidade. No âmbito do Estado, tendo em vista sua instauração no espaço fronteiriço – que se efetua pela divisão/fronteira das línguas, dos sujeitos e do espaço, numa relação dissimétrica, hierarquizada –, a relação de substituição negativa funciona em um nível estrutural entre Brasil/Argentina, português/espanhol, Dionísio Cerqueira/Barracón, moeda brasileira (réis)/moeda argentina (peso). A estrutura das substituições negativas ressalta, no âmbito das cidades, a ausência de escola, justiça, administração, organização política, em Dionísio Cerqueira, e a presença desses elementos constitutivos em Barracón. Ou seja, “não havia” em Dionísio Cerqueira equivale a “havia” em Barracón. Enfim, o que está em questão no discurso nacionalista é a relação entre duas nações, entre o que (não) está ou (não) há em uma e em outra. Por essa questão se engendram as relações de substituições negativas.

CAPÍTULO 8 – ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A ESCOLA ARGENTINA E SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL

Os relatos elaborados marcam um discurso sobre o espaço de fronteira que nos traz indícios que podem produzir inúmeros sentidos acerca da constituição desse espaço e, mais especificamente, no que tange aos objetivos deste capítulo: os discursos sobre a escola de Barracón (lado argentino) que, conforme os relatos, estava em funcionamento por ocasião da visita do governador do estado de Santa Catarina à região de Dionísio Cerqueira/Barracón, em 1929, e a criação da Escola José Boiteux em território brasileiro, a partir da referida visita.

Este capítulo está estruturado em três seções, nas quais analisamos sequências discursivas de ambos os relatos que compõem a obra organizada pelo CEOM (2005), tomando como foco os discursos sobre a escola.

Na seção 1, apresentamos duas sequências discursivas a respeito da criação da Escola José Boiteux, em Dionísio Cerqueira: a primeira extraída do relato de Boiteux (1931) e a segunda do relato de Costa (1929). As análises dessa seção estão fundamentadas nas reflexões de Payer (2005, 2008) sobre a *língua nacional* e a *língua materna*, em Mariani (2004) e Silva (2015) no que diz respeito aos discursos da (sobre a) colonização e sobre a política colonial, e em Pêcheux (2010 [1969]) acerca das *formações imaginárias*. Também trazemos, na seção, a distinção entre *real* e *imaginário* (ORLANDI, 1999a) para refletir sobre a relação contraditória entre o desejável – *o que a comitiva esperava ver*, no lado brasileiro e *o que é visto*, que vai na direção da *desnacionalização*, segundo o relato.

Já a seção 2 visa à discussão do enunciado “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano [...]” (SD23). Para tal, primeiramente, consideramos as reflexões de González (1992) quando a autora destaca a “autenticidade do fenômeno da mistura”, no caso o *portunhol*. Da mesma forma, são importantes para as discussões dessa seção as noções de *língua espontânea: o portunhol* e de *portunhol* como *língua de fronteira* desenvolvidas em Celada (2002) e os estudos de Sturza e Tatsch (2016) sobre os sentidos do

portunhol para a cultura da fronteira. Nessa mesma seção, trazemos um trecho da obra **Terra à vista**, de Orlandi (2008a), para refletirmos sobre o que *a comitiva esperava ver e o que é visto*, partindo da evidência que se constrói no relato de que o brasileiro falava uma “mistura” de português e espanhol. Valemo-nos também, nessa seção, da pesquisa de Dias (1995), em cujo estudo o pesquisador interroga os sentidos do termo *língua brasileira*, e dos estudos de Pfeiffer (2001) e Pfeiffer e Silva (2014) sobre os sentidos que configuram *o ser brasileiro* em uma relação constitutiva com a escolarização. Para finalizar a seção, fazemos alusão às reflexões de Silva (2015) a respeito do índio, as quais também são importantes para pensarmos sobre o sujeito fronteiriço (brasileiro).

A seção 3 se inicia com a análise de duas sequências discursivas, sendo uma do relato de Costa (1929) e outra do relato de Boiteux (1931). Dessas sequências discursivas, destacamos dois enunciados: “Para não ficarem analphabetos” (SD23) e “para não serem analphabetos” (SD25), respectivamente, cujas análises fazemos à luz dos trabalhos de Silva (1996), Pfeiffer (2015), referindo-se à Pfeiffer (1997) e a noção de *sujeito urbano escolarizado*. Nessa mesma seção, analisamos a relação entre o hino argentino e a pátria. Para tanto, fundamentamos nossas análises na pesquisa de Payer (2006) a respeito das concepções de *idioma pátrio* e de *língua pátria* e nos referimos ao *efeito metafórico* (PÊCHEUX, 2010 [1969]) e à Orlandi (2008a, 2011) a respeito da língua enquanto idioma oficial, que está vinculada à ideia de país, de pátria, de povo (id., 2008a).

Fundamentados em Celada (2002), especialmente mobilizando o conceito de *estrangeiro-familiar*, em estudos de Sturza (2010) e em Muraro (2016) sobre a zona de fronteira em estudo, prosseguimos a discussão com foco específico em certas evidências que se produzem no relato: os brasileiros que nasciam no território catarinense eram registrados como argentinos em Barracón, e eles aprendiam a cantar o hino argentino como se fosse o de sua pátria, ou seja, como seu hino nacional. Já o percurso das análises da parte “o sujeito letrado não autorizado” se inicia com certos aspectos da reflexão de Pfeiffer (2001), com relação à escrita e sobre *o sujeito letrado não autorizado*.

Em seguida, apresentamos algumas reflexões de Silva (1998) sobre o domínio da escrita. Acrescentamos, nessa parte, as menções às línguas nos relatos em análise neste capítulo: o “português”, o “espanhol”, a língua nacional (brasileira) e a “mistura” de português e espanhol.

Para finalizar a seção 3, discorremos sobre os discursos da/na escola argentina de Barracón. Para isso, trazemos uma sequência discursiva do relato de Costa (1929) sobre essa escola. Para melhor compreender esses discursos, recorremos a uma descrição presente em um artigo de Flores e Serpa (2005) acerca da visita do governador à escola argentina. Nessa análise, tomamos como foco a pergunta do professor argentino à criança brasileira, significada como sujeito-aluno na escola argentina: *quais os grandes vultos da história de nossa pátria?*

8.1. DISCURSOS QUE PERPASSAM A CRIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL

Para iniciar as discussões desta seção, vejamos duas sequências discursivas extraídas de nosso *corpus*:

SD25 – *Creou-se a escola, que tomou o nome de José Boiteux. Não mais deixarão os nossos conterraneos de aprender a lingua nacional, pois que, para não serem analphabetos, iam à escola argentina, atravessando o Pepiry-guassú!* (BOITEUX, 1931, p. 101, grifos nossos).

SD26 – *creou o presidente Konder uma escola publica, a que deu o nome de José Boiteux, collocando-a sob o patrocínio deste digno catharinense, com moldes correspondentes a essa alta mentalidade que tem o actual governo de bem organizar as nossas repartições e instituições e eleger funcionarios destacados para que, ali, no confronto da fronteira, o sentimento nacional não soffra constrangimento* (COSTA, 1929, p. 51, grifos nossos).

Podemos dizer, inicialmente, a partir do enunciado “Creou-se a escola, [...] não mais deixarão os nossos conterraneos de aprender a lingua nacional” (SD25), que a escola é metonimicamente tomada pela língua – e pelo Estado. Nessa relação, há dizeres que remontam a outros dizeres, os quais compreendem que os discursos dominantes na escola ressaltam o caráter nacional da língua e que concebem a escola como lugar legitimado para ensinar e instrumentar a língua nacional, cujos sentidos remetem aos

processos de colonização e de gramatização da língua portuguesa no Brasil. Devemos acrescentar, a partir das investigações de Mariani (2004, p. 96), que

[...] no silêncio imposto pela colonização, a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil.

Cabe lembrar, a esse respeito, que na política colonial,

[...] o objeto da prática pedagógica, o referente do discurso pedagógico, não era, pois, o conhecimento sobre a(s) língua(s). Estabelecia-se um sistema dual de ensino que, em se tratando do aluno indígena, mestiço e colono pobre, tinha como finalidade a salvação, a conversão, como condição necessária e suficiente para se tornar civilizado, cristão (SILVA, 2015, p. 211).

Indo por essa direção, analisamos, a partir das sequências discursivas acima expostas, que a língua nacional que “nossos conterrâneos” (SD25) aprenderiam na escola criada a partir da visita do governador Adolfo Konder a Dionísio Cerqueira, em 1929, não objetivava conhecer a língua que funcionava na fronteira – a qual, segundo os relatos, caracterizava-se pela “mistura de português e castelhano” (SD23) – ou conhecer sua história, sua diversidade; de outra maneira, o fim era aprender a ler e a escrever na língua nacional brasileira. Por um efeito imaginário de unidade da língua nacional e da identidade brasileira, o ensino em/da língua nacional seria um meio para nacionalizar a língua em funcionamento na fronteira.

À vista disso, nosso esforço de análise também vai ao encontro das reflexões de Payer (2005, p. 9):

O fato de que nos Estados Nacionais uma única língua seja elevada à categoria de língua nacional, e o fato de que em nossas sociedades nacionais a escola tenha sido lugar por excelência de difusão desta mesma língua nacional, sobretudo através da escrita, produziram historicamente uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre a língua nacional e a constituição do sujeito. “Sou brasileiro: falo português”. De tal modo isso se dá que a presença efetiva de diversas outras línguas que não o português, mesmo fragmentadas (e das diversas memórias discursivo/culturais que as acompanham), não têm tido, via de regra, um tratamento considerável seja no ensino, seja nas práticas de linguagem.

Ao posicionar-se como sujeito, o viajante (autor do relato) atribui sentidos ao diferente, ao desconhecido, e, dessa forma, deixa marcas no texto

que revelam a formação discursiva a que ele se filia, a qual, por sua vez, inscreve-se numa determinada formação ideológica. Nas suas referências à língua, apreendemos que o viajante, posicionando-se no discurso, produz uma imagem do sujeito brasileiro que habita a fronteira, de acordo com o já conhecido, com uma memória da colonização portuguesa no Brasil, com um imaginário de identidade e de unidade para a língua⁵⁵, no caso, a língua portuguesa⁵⁶. “E essa é a forma geral da relação entre diferentes: a redução do outro ao um” (ORLANDI, 2008a, p. 101). Para sustentar essa discussão, recorreremos à afirmação de Pêcheux (2010 [1969], p. 81) sobre as *formações imaginárias*:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (grifos do autor).

Prosseguindo nossa reflexão, conforme consta no relato, o viajante e a comitiva do governador do estado de Santa Catarina encontravam-se diante de uma região “abandonada”, distante da capital do estado, onde se fazia urgente, mais do que nas zonas que não eram de fronteira, inaugurar instituições públicas, criar escolas. A partir dessa construção de sentido, o sujeito fronteiriço (brasileiro) precisaria frequentar a escola nacional brasileira, pois o domínio da escrita/fala da língua portuguesa significaria a possibilidade de identificar-se como “brasileiro autêntico” e, nesse processo de identificação, a língua espanhola seria apagada, ou seja, nesse processo de produzir

⁵⁵ Segundo Orlandi (2001a, p. 13), “desde o fim do século XVI, a língua falada no Brasil já não é a mesma que se fala em Portugal”; contudo, a legitimidade da sociedade brasileira com suas próprias instituições, saber, práticas linguísticas e poder político acontece somente no século XIX, sobretudo, devido à independência, em 1822.

⁵⁶ Como de alguma forma já tratamos nesta tese, de acordo com os estudos de Dias (1995, p. 14), nas décadas de 1930 e 1940, “a questão da identidade linguística inspirou calorosos debates sobre a denominação do idioma nacional, época em que os sentimentos nacionalistas tiveram grande expressão no nosso país”.

significação ocorre um silenciamento das diferenças. Em face disso, o papel dominante que exerce a escola, articulado a um imaginário de língua portuguesa que se aprende/ensina na escola, age no sentido de absorver as diferenças, interpelar o sujeito fronteiriço (brasileiro) a assujeitar-se às leis brasileiras, apagando sua cultura, seus costumes, suas maneiras de agir, produzindo novos sentidos. Deve-se salientar que, para Payer (2008, p. 2),

[...] a relação com a língua de que se abre mão, na escola, para escrever nas formas da língua nacional, faz falta na escrita, na medida que faz falta no sujeito. Falta que não há como suturar na escrita se não é trabalhada no sujeito.

Nesse ponto, trazemos a distinção que Orlandi (1999a, p. 73-74) faz entre *real* e *imaginário*:

O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível das representações, temos a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário. É por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona.

Ao refletirmos sobre tal distinção, apreendemos que, na instância do imaginário, *a comitiva esperava ver*, no lado brasileiro, uma organização política, as bandeiras brasileiras hasteadas, a moeda brasileira circulando, escolas brasileiras funcionando e também esperava ouvir o hino nacional, as pessoas falando em um “bom” português, ou seja, estão de alguma forma presentes nessas representações: “A unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição” (ibid., p. 74).

De outro lado, *o que é visto*, de acordo com o relato, é uma zona se desnacionalizando, a moeda argentina circulando, as crianças brasileiras estudando na escola argentina, aprendendo espanhol e cantando o hino argentino; e *o que se ouve* é uma “mistura de portuguez e castelhano” (SD23). Nesse sentido, uma criança brasileira frequentar a escola na Argentina funciona no discurso como uma relação de substituição negativa, assim como haver a “mistura” de línguas é tido como uma substituição negativa à própria ideia de nação. Entram em cena “a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição” (ibid.), enfim, o real do

discurso. Tais considerações apontam para a formulação de Mariani (2004, p. 45), ao tematizar sobre períodos de colonização, o que, segundo ela, significa situar-se

[...] no interior de uma complexa e contraditória relação entre homogeneidade imposta e heterogeneidade de fato, entre uma desejada unidade imaginária frente a uma diversidade concreta.

Concebendo a definição de fronteira como *espaço material (político-simbólico)* (ORLANDI, 2001b), entendemos que a fronteira se apresenta como um espaço que se constitui na dispersão, na incompletude e, assim, também se constituem a língua e os sujeitos fronteiriços. Nessa perspectiva, consideramos que

[...] a língua da AD admite a falta, o furo, a falha; não trabalha com uma noção de estrutura fechada e homogênea e incorpora o termo “real da língua”, trazido por Milner da psicanálise, para expressar essa incompletude, esse não-todo que é próprio da língua e a constitui (FERREIRA, 2010, p. 19).

Apesar dessa opacidade própria da língua e, mais especificamente, da língua falada na fronteira, e de que a fronteira tem uma heterogeneidade particular, os discursos sobre a fronteira – referimo-nos aos relatos em análise – trazem a força do imaginário da unidade, que neles fica exposto ao olhar leitor com particular propriedade, como podemos exemplificar com a seguinte sequência discursiva:

SD27 – Pois bem, que essa jornada official, intrepida e consciente, desperte nos nossos patrícios daquelle *rincão*, lampejos constantes de civismo e que *aquellas lindas bandeiras*, que tão gentilmente alçaram para homenagear o chefe do governo catharinense, não voltem para o olvido, ergam-se sempre sobre os topos de suas casas, nos dias de gala nacional, drapejando aos ventos, em frente ao pavilhão da nação amiga, *naquella orla do país*, como a sua vivacidade, com o seu colorido, com a sua constellação, ondeando no azul do ceu e proclamando o amor dos filhos do Brasil pelo labaro de sua patria (COSTA, 1929, p. 58, grifos nossos).

É importante lembrar, de acordo com a citação dos historiadores Flores e Serpa (2005), que a viagem do governador Adolfo Konder pelas áreas de fronteiras tinha como ponto central a questão da interiorização do país. Esse processo se estabelecia por meio de “preenchimento” dos espaços considerados “vazios”. Ainda, segundo esses autores, “preencher o vazio

demográfico significava preencher o espaço com o progresso pautado numa cultura que fizesse frente à cultura dos antigos habitantes da região” (ibid., p. 130). Ou seja, com o fim de garantir a posse e a “integração definitiva” das regiões que “não se integravam completamente ao território brasileiro” (ibid., p. 129), situadas em terras contestadas, em meio às discussões sobre as questões de limites nacionais, entre Brasil e Argentina, e estaduais, entre Santa Catarina e Paraná,

[...] o governo do estado de Santa Catarina implementava uma política de povoamento ou re-povoamento, que se arrastava desde fins do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedentes do Rio Grande do Sul (ibid.).

Flores e Serpa complementam que “a população descendente de índios, africanos e portugueses vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, contrastando com o ideal do Brasil de vocação agrícola” (ibid., p. 130).

Assim, determinados pelas condições socioculturais, econômicas e políticas da época e por um efeito discursivo regido por um imaginário nacional, e em função desse imaginário, o viajante e os demais membros da comitiva do governador do estado de Santa Catarina referiam-se àquele espaço de fronteira como um “rincão”, uma “orla do país”, conforme retomamos da SD27:

[...] que essa jornada oficial [...], desperte nos nossos patrícios daquelle *rincão*, lampejos constantes de civismo e que *aquellas lindas bandeiras*, [...] ergam-se sempre sobre os topos de suas casas, [...] *naquella orla do país* (grifos nossos).

Em outras palavras, estabelece-se um processo de dessignificação sobre o espaço e, como efeito, a fronteira vai sendo produzida como um espaço distante de centros urbanos, em particular, da capital do estado de Santa Catarina, isto é, à margem da ação do Estado e de seus símbolos (bandeira, hino e outros) e instituições (cartório, escola e outros), cujos sentidos se associam aos construídos para “floresta” e “sertão”, quando se implantava a cidade de Dionísio Cerqueira, conforme analisamos no capítulo 4.

8.2. “A LÍNGUA QUE SE FALA É UMA MISTURA DE PORTUGUEZ E CASTELHANO”

Para refletirmos sobre a “mistura” de línguas na fronteira, em particular de português e espanhol, tal como se menciona na SD23, julgamos interessante trazer alguns estudos sobre o *portunhol*. Ressaltamos, primeiramente, que González (1992) sublinhava a “autenticidade do fenômeno da mistura”, no caso o *portunhol*

[...] como *hecho natural del lenguaje y que forma parte de su esencia* y, al mismo tiempo, *como objeto efectivo de estudio*, sobre todo por considerar que sus resultados pueden ser relevantes para otras áreas de investigación (ibid., p. 20, grifos da autora).

Vemos que a autora trata, também, do *portunhol* em zonas de fronteira, o qual, segundo ela, “funciona como verdadera *lógica franca* [...] por imposiciones, quizás, de la emergencia y urgencia de comunicación” (ibid., p. 21, grifo da autora).

González também ressalta a importância de se “tomar el portuñol como un verdadero, legítimo y rico objeto de análisis” (ibid.). No que se refere às zonas de fronteira, a autora considera que faltam estudos que tratem o *portunhol* com maior profundidade. Para tanto, indica várias possibilidades de pesquisa, como vemos a seguir, em suas palavras:

[...] determinar si se trata o no de un *pidgin*, de una *lengua criolla*, o si se trata de un simple caso de *code-switching*, fenómeno en el que se da una alternancia de códigos en función de las necesidades de comunicación. También cabe determinar cuántas variedades de “portuñol” hay en esas zonas y establecer, sin prejuicios o intereses ajenos al estudio lingüístico, cuál es la lengua dominante en cada una de ellas. No parece ser, por ejemplo, que el portuñol que hablan los que tienen como primera lengua el portugués sea idéntico al que hablan los que tienen como primera lengua el español; en este caso se trataría más de un “espangüés”, quizás (ibid., p. 22, grifos da autora).

Diante do exposto, e de um campo fértil de estudo que é o *portunhol*, esperamos que a presente tese possa contribuir para as pesquisas que têm o *portunhol* como objeto de análise.

Nessa direção, a *língua espontânea*, o *portunhol*, ocupa um lugar de destaque em Celada (2002). Segundo a autora,

[...] para o brasileiro, culmina a sequência metonímica cuja representação começa com os termos: “espanhol – língua parecida – língua fácil”. No extremo inicial da sequência, uma imagem do espanhol, ou melhor, um espanhol imaginário, uma língua fantástica, projetada pela fantasia do brasileiro, língua que torna (ou tornava) possível a pergunta [...]: “Estudar espanhol?! Precisa mesmo?”. No outro extremo da sequência: o portunhol, uma manifestação desse espanhol imaginário (ibid., p. 45).

É importante enfatizar que, para a autora,

[...] “portunhol” pode designar tanto a língua dos hispano-falantes que moram neste país (à qual alguns dão o nome de “espaguês”) quanto aquela produzida pela relativa audácia dos veranistas argentinos nas praias brasileiras ou, ainda, pela boa disposição dos anfitriões que aí os recebem. Pode designar também a modalidade com a qual os brasileiros “dão um jeito” de comunicar-se com os hispano-falantes dentro ou fora do Brasil. Com frequência, o termo é utilizado ainda pelo próprio aprendiz para referir-se à língua que vai produzindo ao longo de seu processo de aprendizado. E, como observa Perlongher [...], a outra figura desse processo, o professor, geralmente enxerga o portunhol com horror e, a partir do polido e fixo esplendor de duas línguas constituídas, considera-o erro, isto é, interferência ou ruído. Finalmente, já em outro nível de reflexão, aqueles pesquisadores que trabalham com o conceito de “interlíngua” fazem-no coincidir também com o de portunhol (ibid., p. 44-45).

Nesse sentido, segundo Celada (ibid., p. 44), o termo *portunhol* funciona como uma espécie de “curinga”, o qual circula, desloca-se por diferentes espaços e se refere a diversos objetos, dentre os quais a “língua de mistura” – entre português e espanhol – nas diversas fronteiras do Brasil com os países hispano-americanos. A autora elucida, ainda, que *portunhol* (designação construída com base em termos como “franglais” ou “spanglish”) não é o único nome possível: convive com “entreverado”, “brasileiro”, “fronterizo”, “carimbão”, “bayano”, dentre os principais, de maneira que alguns desses termos são mais comuns e outros mais regionais (ibid.). Em síntese, com base em estudos da autora, o *portunhol* corresponde ao que se define como *língua de fronteira*, ou língua que significa esse espaço fronteiro.

Sturza e Tatsch (2016, p. 85) destacam que falar um *portunhol* tem sentidos muito específicos para a cultura da fronteira. Ele funciona para marcar politicamente como os sujeitos que estão inseridos nas comunidades fronteiriças querem se significar no mundo.

As autoras ressaltam que o *portunhol* são vários:

É a *mezcla* não apenas como resultado de um contato intenso e contínuo do português com o espanhol, mas uma língua de fronteira. Língua essa escolhida pelos falantes para dizer sobre quem são no mundo; língua que os identifica como sujeitos de um lugar muito particular. Como língua de contato, o *Portunhol* é a língua dos fronteiriços, não tem gramática estável. No entanto, é fluído e usado como língua de comunicação imediata e, especialmente, tomando-se uma perspectiva enunciativa, uma escolha política do falante que busca produzir efeitos de sentido, considera sua relação com o interlocutor, seja ele um falante de espanhol, um falante de português ou um falante de *Portunhol*//língua de fronteira (ibid., p. 95, grifos das autoras).

Para Orlandi (1998, p. 7), “há limites muito frágeis e nuançados entre línguas diferentes em situação de contato, o que resulta na presença de toda forma de mistura em seus modos indistintos”. Ainda, conforme a autora,

[...] não é preciso que um sujeito esteja claramente inscrito em uma língua para ter sua identidade configurada [...]. Ele aí se identifica pelo jogo, pela falha, pela deriva, pelo deslocamento, pelas ilusões (ibid., p. 9),

considerando que em uma posição materialista a identidade é um movimento na história.

Diante das considerações expostas, analisamos que a evidência que se constrói no relato de que o brasileiro falava uma “mistura” de português e espanhol produz no discurso um efeito de estranhamento, de “desconforto”; na tensão entre o que *a comitiva esperava ver* e o que *é visto*, tal como abordamos na seção anterior. Esse estranhamento desencadeia efeitos de sentido de uma descoberta que demarca as diferenças entre as línguas, entre os sujeitos e entre os espaços. Quando Orlandi (2008a, p. 17) analisa o enunciado “*Terra à vista!*” – a primeira fala sobre o Brasil – explica que *ver*, naquele contexto inaugural, tem um sentido bem específico:

Ver, tornar visível, é forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse. [...].

Poderíamos acrescentar que esses discursos se atualizam nas condições de produção específicas da fronteira, nos discursos sobre a viagem do governador Adolfo Konder – que faz parte de um projeto de interiorização do

país. Desse modo, *ver, conhecer* o território também equivale a uma forma de apropriação, a uma posse simbólica.

Tais efeitos de sentido revelam, como diz Silva (1998, p. 28), que “há sentidos de hoje que são herdeiros dos sentidos de ontem”. Por isso, compreender o processo de produção do espaço de fronteira também significa estabelecer vínculos com os discursos de ontem, com o discurso colonial das descobertas: “Um discurso que domina a nossa existência como brasileiros, quer dizer, ele se estende ao longo de toda a nossa história, produzindo e absorvendo sentidos” (ORLANDI, op. cit., p. 18).

O registro de que “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano [...]” (SD23) produz efeitos de sentido de uma língua estranha, deficitária, mal falada; ou melhor, produz efeitos de uma língua estruturada pela falta, e pela falta de “pureza”. Por um efeito ideológico, buscava-se “preencher” essa falta com uma língua imaginariamente completa, “pura” – a língua portuguesa – “preencher” o lugar da língua espanhola, por certa relação de substituição de aspecto “afirmativo”. Ao que as análises indicam, o espaço da escola não seria para legitimar a escrita da língua espanhola falada, mas sim para legitimar a escrita da língua portuguesa.

Para aclarar mais essa compreensão, valemo-nos da pesquisa de Dias (1995). Em seu estudo, o pesquisador interroga os sentidos do termo *língua brasileira* nos discursos dos parlamentares da Câmara do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados, em 1935, bem como dos deputados constituintes de 1946. O autor concebe padrões socialmente legitimados a partir da forma como a modalidade da escrita entra constitutivamente como parâmetro na legitimação da língua, tendo em vista as construções nominais relativas à denominação do idioma falado no Brasil.

Tomamos, aqui, a perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil. No entendimento desses parlamentares, “o nome *língua brasileira* é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos de escrita, sob os auspícios da *língua portuguesa*, o seu suporte, a sua referência” (ibid., p. 143, grifos do autor). Ainda, a análise revelou que

[...] o brasileiro, enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso de escrita. Assim, aqueles que não dominam a escrita ficam alijados da categoria de cidadão (ibid.).

Nessa perspectiva, e com base no processo de construção de sentidos do relato, o sujeito fronteiriço (brasileiro) seria interpelado a falar em língua portuguesa, mas, sobretudo, a escrever nessa língua. Frequentar a escola brasileira, e não mais a escola argentina, ler e escrever em português significaria para o sujeito fronteiriço (brasileiro) deixar de ser um sujeito dividido entre (duas) línguas, que ao enunciar “mistura” essas línguas, significaria deixar de ser “um outro brasileiro [...] que fala um outro português [...], diferente da norma preconizada” (PFEIFFER, SILVA, 2014, p. 89). Há, segundo Pfeiffer (2001, p. 75), sentidos que configuram *o ser brasileiro* em uma relação constitutiva com a escolarização: pode ir à escola quem é brasileiro e ser brasileiro é poder ir à escola (grifo da autora). Nesse aspecto, Payer (2005, p. 6) argumenta que

[...] como há uma distinção e mesmo uma cisão entre a materialidade e o estatuto da língua nacional e da língua materna, os sujeitos nem sempre passam de uma a outra com a naturalidade necessária à aprendizagem da escrita na escola.

Nesta parte, antes de prosseguirmos com as análises, faz-se necessário apresentar as noções de *língua nacional* e *língua materna*, de acordo com Payer (2009a, p. 6). Tal como elaborada na história do Estado e das ideias linguísticas, a *língua nacional* é

[...] a língua elevada a esta categoria pelo Estado Nacional, formadora dele, minuciosamente cultivada e difundida portanto, na construção da Nação, na alfabetização (dos estrangeiros, mas também de outros) e na escrita através da escola e da literatura. Língua gramatizada, de difícil acesso a alguns sujeitos, língua na qual muitos deveriam (ou talvez gostariam) de dizer, mas não podem.

Para Payer (ibid.), na perspectiva trabalhada por C. de Lemos,

[...] *língua materna* é a língua construída junto à criança pela mãe, já desde a partir de seus primeiros sons, como estruturante do sujeito desde a infância (C. Révuz, 1987). *Língua materna* envolve também a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/pelos cuidadores

que estão mais próximos. Daí sua dimensão não se apagar facilmente (grifos nossos).

Retornando ao nosso *corpus*, as reflexões de Silva (2015) a respeito do índio também nos fazem pensar sobre o sujeito fronteiriço (brasileiro). Ao estabelecer, no espaço da escola, uma relação com a escrita da língua portuguesa, possivelmente esse sujeito fronteiriço não continuará a ser o “mesmo”, já que estará exposto a determinados saberes e se inscreverá em outro espaço discursivo, afetado pela ordem da escrita. “E é nesse novo espaço discursivo que ele terá de lidar com a reprodução e/ou a transformação do discurso do Outro” (ibid., p. 352). Tendo em vista que

[...] a questão da Língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado, relação esta que tem sua forma mais visível na formulação específica das Políticas Linguísticas: invasões, exclusões, hierarquizações, interdições (E. Orlandi, 1990, 1998) (ORLANDI, 2000, p. 21).

Por conseguinte, a partir da determinação do Estado, o sujeito fronteiriço (brasileiro) já não falará/escreverá a mesma língua.

8.3. “PARA NÃO FICAREM ANALFABETOS, FREQUENTAVAM A ESCOLA ARGENTINA DE BARRACON”

8.3.1. Para não ficarem analfabetos/para não serem analfabetos

Com fundamento em Silva (1996, p. 156), consideramos que o indivíduo não vai à escola somente para aprender o que não sabe, “preencher” um vazio; além disso, ele vai à escola “para suprir uma falta, mudar um estado, uma condição”. De acordo com a autora:

A escola não produz o analfabetismo [...] pois essa já é desde sempre a condição do indivíduo que a ela tem acesso. Há um *já-lá-dito* do “analfabeto” e do “analfabetismo” [...] que nega o sentido da alfabetização e garante o seu sucesso, uma vez que para que se possa alfabetizar um brasileiro é preciso colocar uma prótese no indivíduo, torná-lo um outro (ibid., grifo da autora).

Esse outro em quem o indivíduo deve transformar-se é o *alfabetizado*, “aquele que não só sabe ler e escrever como também sabe que o analfabeto não sabe” (ibid.). Como a autora acrescenta, “este outro sujeito do

processo de escolarização ganha visibilidade tão somente na 10ª edição (1949) do 'Diccionario' de Moraes, do mesmo modo, o termo 'alfabetização'" (ibid.).

Consoante Silva (ibid.), a não presença explícita do termo *alfabetizado* no dicionário "mostra que as relações enunciativas, na produção de sentido, dão-se a partir do analfabeto, do negativo, do que não-é, pois o indivíduo já nasce analfabeto".

A partir das afirmações anteriores, podemos dizer que na época em que os relatos de Costa (1929) e Boiteux (1931) foram escritos, os termos *alfabetizado* e *alfabetização* ainda não estavam presentes nos dicionários. Assim sendo, podemos atentar que não se menciona nesses relatos que os filhos dos brasileiros eram *alfabetizados* na escola argentina de Barracón; de outro modo, registra-se que eles frequentavam essa escola "para não ficarem analfabetos" ou "para não serem analfabetos", ou seja, para não permanecerem na condição de analfabetos, daqueles que "não sabem". Desse modo, como podemos notar, a não presença do termo *alfabetizado* nos dicionários se reflete na escrita dos relatos, partindo-se do *analfabeto*, do negativo, do que *não é*, tal como nos elucida Silva (op. cit.).

Além disso, no enunciado "Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon [...]" (SD23), podemos observar a presença de uma relegação da escola argentina a um plano secundário, ou melhor, está presente o processo de dessignificação em que frequentar a escola argentina não faria sentido para o brasileiro, não permitiria legitimar seu dizer pelo domínio da escrita, não autorizaria o sujeito enquanto brasileiro.

Como vimos anteriormente, de acordo com Silva (ibid.), "para que se possa alfabetizar um brasileiro é preciso colocar uma prótese no indivíduo, torná-lo um outro". E a autora complementa: "Quem é este *outro* em quem ele deve transformar-se? É o *alfabetizado*" (grifos da autora), ou, como nos propõe Pfeiffer (2015, p. 104),

[...] um *sujeito urbano escolarizado* (PFEIFFER, 1997): um sujeito inserido e tomado em e por uma sociedade que constrói seus espaços de significação tocados de uma só vez pelos sentidos do letramento e da urbanização, em uma palavra, civilização (grifo da autora).

Pensamos no que isso significa, e no processo de alfabetização para o sujeito brasileiro que habitava a fronteira e frequentava a escola argentina de Barracón, tendo em vista que ele deveria se transformar em um outro *alfabetizado*, e, além disso, que sua alfabetização não acontecia no Brasil, mas numa escola argentina. Consequentemente, o sujeito fronteiriço (brasileiro) seria afetado pela *escrita alfabética* espanhola, língua essa que o marcaria e também o identificaria. Conforme Silva (op. cit., p. 156), “ao me tornar alfabetizado devo aprender o alfabeto como também mudar o caráter, preenchendo a falta e eliminando, ‘erradicando’ o analfabetismo”.

Pelo que expusemos nesta seção, identificamos que se destaca o funcionamento de sentidos em relação a um “*sujeito urbano escolarizado com a escrita, com a leitura*” (SILVA, PFEIFFER, 2014, p. 89, grifo das autoras), por sua vez, sentidos em relação à cidade.

8.3.2. O hino argentino/pátria

Os anos 1930 constituíram um momento significativo de “reafirmação do português como *língua nacional* diante dos imigrantes” (PAYER, 2006, p. 60). Nesse contexto, “adquiriram ênfase as concepções de *idioma pátrio* e de *língua pátria*, explicitamente abordados neste momento como ‘elementos de soberania nacional’” (grifos da autora). Assim, “ganhou relevância neste sentido toda uma disputa em torno da definição dos símbolos da República Brasileira (bandeira, hino, herói nacional etc.), junto com a sua propagação e exaltação” (ibid., p. 70).

Quando refletimos sobre os sujeitos fronteiriços, mais especificamente, filhos de brasileiros, significados na SD23 enquanto aqueles que aprendiam a cantar o hino argentino, “como se fosse o de sua pátria”; devemos lembrar, tal como apresentamos antes, que *idioma pátrio* e *língua pátria* já eram abordados como elementos de soberania nacional nos anos 1930. A princípio, parece-nos que há um desligamento entre *idioma pátrio* e *língua pátria*, produzindo um deslizamento de sentidos, um *efeito metafórico*, que, de acordo com Pêcheux (2010 [1969], p. 96), é “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual [...], esse ‘deslizamento de sentido’

entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Segundo Orlandi (2008a, p. 184), “a língua, enquanto idioma oficial, está vinculada à ideia de país, de pátria, de povo”. Essa definição nos reporta às reflexões dessa mesma autora quando ela analisa os sentidos da estátua de Fernão Dias, à margem da rodovia de mesmo nome, na entrada do município de Pouso Alegre-MG. Em suas palavras,

[...] temos aí um sofisticado processo discursivo. O de uma estátua que nos faz pensar um corpo – o de Fernão Dias – que se materializa em um sujeito, o Bandeirante, que institui caminhos e forma povoados, situa populações. Povo a o solo do Brasil. Transforma espaço em territorialidade, em acontecimento, em história. Em país. Em nação. Submete o chão ao Estado. E este, por seu poder, suas instituições, individua seus sujeitos desse chão (id., 2011, p. 32).

Sendo assim, a língua também se constitui na relação com a pátria e com seus sentidos de

[...] país em que nascemos. Qualquer terra *ou* localidade, em que nascemos [...]. Nacionalidade. Berço (Lat. *patria*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 1511, grifos do autor). **Novo dicionário da língua portuguesa.**

De acordo com o relato, vemos como se produz a evidência de que os brasileiros que nasciam no território catarinense eram registrados como argentinos em Barracón. Contudo, isso não representa que, de fato, haviam nascido na Argentina, que eram cidadãos argentinos, que a Argentina era sua pátria. E aí aparece o furo e os sentidos deslizam, porque eles são significados enquanto aqueles que aprendiam a cantar o hino argentino “como se fosse” o de sua pátria, ou seja, “como seu hino nacional”, como aqueles que eram alfabetizados na língua espanhola, na escola argentina, mas sendo significados como brasileiros e não como argentinos. Nesse discurso sobre eles, o Estado significa esse sujeito como *desnacionalizado*, ou melhor, do lugar do Estado esse sujeito não é reconhecido como “brasileiro autêntico”.

De acordo com Muraro (2016, p. 175),

[...] do ponto de vista geográfico e cultural, na década de 1940, ainda não eram evidentes os espaços ocupados por brasileiros e argentinos. Da mesma forma, não eram evidentes as diferenças que permitiam distinguir, através da fala, dos costumes e das atitudes, a qual dos países pertencia a população que se deslocava para além dos limites territoriais entre os dois países. As fronteiras legais existiam, mas não

limitavam a circulação de pessoas e de cultura. A convivência e o tempo deram origem a laços de parentesco, amizade e afetividade entre indivíduos que, antes de se perceberem como brasileiros, argentinos ou paraguaios, se identificavam como pessoas que tinham uma história comum, independentemente do local de nascimento.

Tais considerações apontam para as formulações de Celada (2002), quando ela explora o significante *familiar*, o qual, no seu entender, é recorrente na discursividade do brasileiro sobre a língua espanhola. Nessa análise, a autora cita uma observação feita por Vieira (1996)⁵⁷ com relação ao leitor brasileiro de literatura espanhola. Segundo essa pesquisadora,

[...] há na condição desse leitor a marca um tanto contraditória do ‘estrangeiro-familiar’, pois as semelhanças entre as duas línguas, por um lado, criam zonas permeáveis em suas fronteiras e, por outro, não deixam apagar os traços da identidade estrangeira (VIEIRA, 1996, p. 114 apud CELADA, op. cit., p. 186).

Temos em consideração que a observação da pesquisadora está restrita a uma relação específica, no entanto, ajuda-nos a pensar acerca de nossas questões de análise. Vemos como *a marca um tanto contraditória do “estrangeiro-familiar”* (ibid.) se apresenta, mostrando-nos como a língua se abre para o equívoco: os sujeitos fronteiriços brasileiros são significados como aqueles que aprendiam a cantar o hino argentino “como se fosse” o de sua pátria; contudo, consideramos que aquilo que é posto enquanto uma evidência pode funcionar de outro modo.

Assim, seria importante levarmos em conta que se pode cantar o hino argentino de diferentes modos: enquanto um estrangeiro que se relaciona com as instituições nacionais e seus símbolos e, portanto, enquanto estrangeiro; enquanto um brasileiro que se torna um argentino, desnacionalizando-se, passando a se significar enquanto argentino; ou, ainda, como aquele que se movimenta entre nações e seus símbolos, significando-se na movência dos pertencimentos ou do frequentar, construindo a possibilidade

⁵⁷ VIEIRA, M. A. C. O ensino da literatura espanhola na Universidade de São Paulo. In: Encontro de Professores de Línguas e Literaturas Estrangeiras, 4, 1996, Assis. **Anais do IV Encontro de Professores de Línguas e Literaturas Estrangeiras**, Assis: Unesp, v. 1, seção “grupos de debates”, 1996, p. 113-117.

de se constituir na relação entre as nações. Conforme apontam os estudos de Sturza (2010, p. 345):

Na condição de viverem nos limites territoriais do estado nacional, se relacionam com a exterioridade à medida que é o vizinho é também o estrangeiro; é outro país, é outra língua. No entanto, ao mesmo tempo, é o vizinho sendo o próximo, por estarem neste espaço fronteiriço constituído pela existência e confluência de elementos de identificação social e cultural comuns.

Naturalmente, essas possibilidades – dentre outras – buscam apenas suspender a evidência instituída e não recategorizar os sujeitos que, em nossa posição teórica, são tomados, por princípio, como moventes. Dessa maneira, se não podemos afirmar que a língua espanhola e o hino argentino significam como estrangeiros ou não para esses sujeitos, podemos dizer, com base em Celada (op. cit., p. 254), que a situação de contato entre as línguas espanhola e portuguesa na fronteira revela-se como *estranhamente familiar*.

8.3.3. O sujeito letrado não autorizado

Para começar, consideramos importante trazer à discussão alguns aspectos da reflexão de Pfeiffer (2001, p. 89) a respeito da escrita e também sobre *o sujeito letrado não autorizado*, ou seja,

[...] o sujeito que tendo ou não passado pela escola, por se encontrar em uma sociedade escolarizada, precisa se submeter ao processo de legitimação de seu dizer que passa pelos sentidos da escolarização. Isto é, inscrevendo-se ou não historicamente, é preciso que este sujeito dê sentido ao dizer, fazer sentido aí pressupõe ganhar legitimidade, ser autorizado. [...] muitas vezes o sujeito, no gesto mesmo de se inscrever na história, tem sua inscrição apagada pela desconsideração de seus sentidos: seus sentidos são imobilizados no *sem sentido* (Orlandi, 1992). [...] a escrita funciona também na direção de tomar os sentidos do lugar do sujeito letrado não-autorizado como visibilidade de uma sua incapacidade (grifo da autora).

Silva (1998, p. 199) destaca que “no Ocidente, historicamente, a leitura e a escrita sempre foram instrumentos para a formação do homem político, do cidadão do Estado Moderno”, e no Brasil, conforme a autora, “ocorre um deslizamento inicial em que o domínio da escrita [...], significa, primeiro, a possibilidade de ser homem, isto é, civilizado” (ibid.).

Ser civilizado entra em relação de sentido com a língua, com o conhecimento dessa língua. E dominar a escrita da língua portuguesa, assim como o hino nacional brasileiro, significa também inscrever-se no ideal de unidade do Estado nacional, produzido pela unidade da língua nacional brasileira, a qual é elemento decisivo na construção da identidade do povo brasileiro e na produção do efeito de evidência e transparência da língua. Por outro lado, os sentidos desencadeados pelo enunciado “Os filhos dos brasileiros, para não ficarem analphabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hymno da nação amiga, como sendo o de sua pátria” (SD23) remetem aos sentidos de *o sujeito letrado não autorizado* e aos do *sujeito desnacionalizado*, ou seja, aos sentidos que ora se deslocam, ora se estabilizam no *sem sentido*.

Falar em *efeitos de sentido*, como afirma Orlandi (2007, p. 22),

[...] é pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido “outro” e, conseqüentemente, do investimento em “um” sentido.

Com base em Pfeiffer (2001, p. 89), acrescentamos que

[...] faz parte dos sentidos que fundam o processo de desautorização do dizer do sujeito moderno, do sujeito da igualdade, a imputação da responsabilidade ao indivíduo que fala o sem-sentido.

Resulta enquanto efeito que é da responsabilidade de os sujeitos fronteiriços brasileiros não estarem claramente inscritos na língua portuguesa e não dominarem sua escrita, sentidos que deslizam para os de *o sujeito não civilizado*. Podemos dizer, ainda, a partir dos estudos de Pfeiffer (ibid.), que o enunciado apresentado anteriormente traz marcas da força da resistência imaginária (ideológica) que vê na diferença somente o *sem sentido*.

Pfeiffer (2015), ao introduzir sua principal questão nessa reflexão, qual seja, “a memória discursiva que os diferentes discursos sobre a língua constituem sobre e para o sujeito de linguagem brasileiro”, afirma que “a escola é o lugar por excelência remetido à tarefa de ensinar a língua portuguesa”; é mediante o processo de gramatização brasileiro que essa língua se configurou como “nacional, oficial e materna dos brasileiros, produzindo uma coincidência

histórica entre estas línguas que não são iguais (PFEIFFER, 2005, 2009, 2014)⁵⁸ (ibid., p. 99-100).

Enfim a língua nacional, necessária, passa a funcionar como uma evidência: ela é a língua materna de cada um de nós. Naturaliza-se a coincidência institucionalizada como uma evidência – *memória institucionalizada*. E o espaço escolar é fundamental nesse processo de legitimação (id., 2011, p. 102, grifo da autora).

Nesse sentido, “tudo se passa como se o sujeito de linguagem brasileiro fosse à escola para aprender a sua língua materna e não a língua nacional, ambas retomadas na opacidade da designação ‘língua portuguesa’” (ibid., p. 99), mas isso está na ordem do imaginário. Pfeiffer (ibid.) complementa:

[...] se a língua nacional fosse o objeto evidente de aquisição na escola, seria possível inclusive, e por isso mesmo, que se fizesse a diferença entre aprender *sobre* a língua (nacional, portuguesa, oficial) e, como se passa, aprender *a* língua materna (grifos da autora).

Considerando que a língua em funcionamento na fronteira é significada como “uma mistura de portuguez e castelhano” (SD23), observamos que essa língua não coincide com aquela que atualmente se aprende na escola argentina, na região fronteira de Misiones, como vemos em um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado. Nesse artigo, retomamos Camblong (2004, p. 16) quando esta autora aborda a circunstância em que uma criança, mais especificamente aquela que habita a fronteira de Misiones (Argentina) com o Brasil, cuja língua familiar não é a “língua oficial”, chega à escola, lugar em que a suposição mais consolidada e naturalizada é “fazer como se” se tratasse de um falante de espanhol.

Camblong enfatiza a estranheza que esse novo espaço representa para a criança, como “violento e profundamente doloroso”. A situação – que a autora chama de umbral e que define como uma encruzilhada semiótica de extrema dificuldade – se manifesta no mutismo, no isolamento, no pranto, nas

⁵⁸ Para leituras sobre memória da/na língua e as dimensões da língua, dentre elas a nacional e a materna, a autora faz alusão aos trabalhos de Payer (2006, 2007, 2011) e sobre os processos de identificação na escola (PAYER, 2013).

posturas corporais, na gestualidade, nas táticas defensivas e de resistência (LEMOS, 2009, p. 1).

Poderíamos acrescentar que a “mistura de português e castelhano” não corresponde com o que se descreve, no relato, sobre a língua nacional brasileira na sua relação com a escola.

Com base em estudos de Orlandi (1998, p. 10-11), na situação brasileira o Estado não considera a diversidade como um princípio de sua política linguística. O Estado define suas línguas e regula essas línguas em sua unidade. “Não há Estado sem unidade (tendencial, imaginária, talvez, mas necessária)” (ibid., p. 11). Para Guimarães e Orlandi (1996, p. 14):

[...] o poder, em uma forma de Estado como a nossa, funciona ao mesmo tempo sob o modo de um sistema jurídico concentrado em um centro único e sob o modo sociologista de uma absorção negociada da diversidade. No caso da língua, as diferenças, reconhecidas, no entanto se anulam no processo de constituição da identidade nacional. A igualdade (juridicamente) autorizada e a absorção (politicamente) negociada da diversidade são as características desse jogo contraditório entre a universalização das relações jurídicas e a modalização da igualdade em condições diversas (costumes locais, concepções ancestrais, particularismos históricos, etc.).

De acordo com Orlandi (op. cit., p. 10), “os indigenismos, os africanismos, os provincianismos, os regionalismos aparecem como diferenças ‘domesticadas’, enquanto características do Brasil”, ou seja, tais diferenças são referidas à unidade da língua nacional, organizam-se em relação a essa unidade (português do Brasil). Nesse sentido, a diversidade dos falares da fronteira, tal como especificamos acima, é referida à unidade da língua nacional.

Mariani (2004, p. 28), quando reflete sobre o processo de colonização linguística, dentre outras questões, afirma: “Se, de um lado, há um encontro da língua de colonização com outras (europeias, indígenas ou africanas), de outro, há um lento ‘desencontro’ dessa língua consigo mesma”. Ao pensarmos em como funcionaria essa dicotomia encontro/desencontro apontada pela autora em relação a nosso *corpus*, podemos afirmar que há um “encontro” da língua portuguesa com a língua espanhola e com outras que

podem funcionar na fronteira, assim como ocorre um “desencontro” da língua portuguesa consigo mesma, pois nessa língua há traços de outras.

Nesses processos de imposição da língua nacional, na obviedade de que na escola se ensina/se aprende essa língua, sendo a escola entendida nesses discursos como o “lugar correto do bem dizer” (PFEIFFER, SILVA, 2014, p. 96), ocorre um apagamento da língua materna. Vale destacar, a partir dos estudos de Payer (2009a, p. 5), que

[...] a língua nacional, enquanto língua difundida e cultivada pelo Estado, que mesmo se pressionada em sua “forma material” pela presença de outras línguas, permanece política e imaginariamente una, conforme Orlandi (2001). Una em sua imagem de unitária em um território e também una na imagem de “sistema” fixo.

De outra maneira, ensinar/aprender uma só língua (língua portuguesa), no espaço de fronteira em análise, significa silenciar a língua espanhola, apagar seus sentidos, a qual também constitui a língua materna dos sujeitos fronteiriços brasileiros. Ao considerarmos essa perspectiva é importante enfatizar, conforme Payer (1999, p. 119), que “a língua materna, no sentido de língua constitutiva, pode chegar a se formar a partir de mais de uma materialidade linguística”. Lembrando também, de acordo com Sturza e Fernandes (2009, p. 227), que “para as comunidades linguísticas assentadas entre as fronteiras brasileiras, tanto o português como o espanhol são línguas maternas”.

Em outras palavras, considerar apenas a língua portuguesa significa apagar a alteridade como elemento da “mistura” de línguas, ou melhor, *o outro português* e *o outro espanhol* para elevar a singularidade/particularidade da língua portuguesa como língua nacional. Ainda, significa apagar *o outro brasileiro* de fronteira que fala *outro português*. Em síntese, há um *já-lá-dito* que exclui esse sujeito fronteiriço, esse sujeito dividido, que está no entremeio das línguas portuguesa e espanhola e nega essa língua dita misturada. Ao negar, se fala dela: “A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano [...]” (SD23, grifo nosso). Por isso, devemos acrescentar que nas menções às línguas nos relatos em análise, neste capítulo, aparece o “português”, o “espanhol”, a língua nacional (brasileira) e a “mistura” de

português e espanhol. Poderíamos considerar três línguas em jogo: a língua portuguesa, a língua espanhola e a língua que é “uma mistura”. Duas são nacionais; a outra, embora não o seja, é significada como língua enquanto uma “mistura” de línguas, que não é nacional, mas vai na direção da *desnacionalização*.

Como diz Mariani (2004, p. 44),

[...] para que passe a existir unidade, clareza e entendimento na comunicação, tenta-se apagar, justamente, a política de sentidos das línguas ou, pelo menos, a política de sentidos de uma das línguas em contato.

Ademais, Pfeiffer e Silva (2014, p. 92) nos ensinam que

[...] há, na forma material *língua materna*, inscrita em um processo de gramatização brasileiro, o funcionamento de um acontecimento discursivo que atualiza, constantemente, uma memória disjuntiva, contraditória, equívoca, que, na remissão transparente a um referente óbvio, apaga todas as relações políticas, históricas e ideológicas que constituem a relação do brasileiro com as línguas, que ocupam um espaço de dizer inaugurado no gesto da colonização portuguesa. É preciso, pois, restituir de sentidos essa transparência, de modo a trabalhar com sua opacidade e espessura semânticas (grifo das autoras).

Quando nos referimos ao sujeito fronteiriço (brasileiro) e à sua língua, significada nos relatos como “uma mistura de português e castelhano” (SD23), interpretamos que a forma material dessa língua é opaca, carregada de sentidos, e apagá-la significa também violentar sua singularidade, extinguir as relações políticas, históricas e ideológicas em funcionamento na fronteira e que constituem a relação desse sujeito com a língua portuguesa e com a língua espanhola, dentre outras que possam funcionar nesse espaço.

Tendo em vista os discursos sobre a fronteira, percebemos como os discursos que definem o sujeito fronteiriço (brasileiro) constituem processos de significação em que a negação tem forte papel, ao ser significado como *segregado, letrado não autorizado, não civilizado, sem sentido, desnacionalizado*. Essas caracterizações fazem parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira, por sua vez determinado pelo discurso sobre a língua e pelas políticas linguísticas de Estado, o que pode explicar a posição ocupada pelo viajante (autor do relato) e pela comitiva do governador de estado em nosso *corpus* de análise.

Poderíamos dizer que esse sujeito estaria na contradição entre duas unidades (inter)nacionais: Brasil/Argentina e interpelado por duas línguas de colonização, português/espanhol, e para significar tem como memória o já-dito europeu. Nesse sentido, compreendemos que a divisão, a fronteira (inter)nacional entre os Estados (Brasil/Argentina) opera não apenas pela demarcação por meio de leis e tratados de limites (questão político-jurídica), mas também pela disjunção dos espaços, das línguas e dos sujeitos.

8.3.4. Discursos da/na escola argentina de Barracón

Veremos agora uma sequência discursiva selecionada do relato de Costa (1929, p. 50) sobre a escola de Barracón, no lado argentino:

SD28 – *A escola de Barracon, com um farto aparelhamento didactico, tem as suas paredes repletas de quadros allusivos às magnas datas argentinas e grandes retratos dos filhos illustres da nação vizinha. Vimos a batalha de Ituzaingo, com o general Alvear à frente da cavallaria. Um quadro com a junta proclamadora da independencia; outro da promulgação da constituição. Lá estão San Martín, Moreno, Mitre, Sarmiento (grifos nossos).*

Objetivando melhor compreender esses discursos, constatamos que D'Eça (1992, p. 108 apud FLORES, SERPA, 2005, p. 143) no artigo “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina”, o qual faz parte de **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, relata que, ao visitar uma escola, a comitiva do governador lamentava a “dolorosa” situação:

SD29 – E freqüentam uma escola argentina?

– Que fazer, não temos escolas brasileiras.

– Assista usted...

– *Quais os grandes vultos da história de nossa Pátria?* – pergunta o professor argentino.

– *San Martin, Sarmiento, Rivadavia, Mitre...* – responde, em castelhano, a criança brasileira (D'EÇA, 1992, p. 109, grifos nossos).

Realcemos, em primeiro lugar, que a pergunta “Quais os grandes vultos da história de nossa Pátria?” é uma pergunta cujas condições de produção são muito próprias de um movimento nacionalista no Ocidente de uma maneira mais global, quer dizer, essa pergunta não produziria os mesmos

sentidos na escola de hoje. Dito isso, se, então, trata-se de uma pergunta que caberia nesse movimento nacionalista e poderia ter sido feita em português ou em espanhol, no Brasil ou na Argentina, fazendo todo o sentido, o que produz a indignação no relato? Como podemos perceber, em “nossa pátria” o plural da primeira pessoa do pronome possessivo não produz ruído ao lado de pátria, já que se trata de uma pergunta evidente em ambos os países. O que produz ruído é a não coincidência de algo que deveria ser unívoco, mas que pela dispersão materializada na evidência opaca de “nossa pátria” desliza: o referente discursivo de heróis e a língua por meio da qual se constrói esse referente. Vejamos: considerando que a criança é brasileira, “nossa pátria” deveria ter sido significada como a brasileira, em um mundo semanticamente estável, como nos diria Pêcheux. Em contrapartida, essa criança brasileira responde em espanhol e fala dos “heróis” argentinos: “San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre”, ou seja, o ruído está na resposta da criança, pois não coincide com o “esperável”, isto é, não coincide com *o que se vê e se ouve*: uma criança brasileira falando em espanhol e respondendo pelos “heróis” argentinos.

No entanto, não podemos deixar de considerar, com base em Sturza e Fernandes (2009, p. 220), “que o sujeito linguístico da Fronteira deixa suas marcas na materialidade linguística em suas enunciações de acordo com a situação”. Conforme as autoras:

[...] cada sujeito carrega a sua primeira língua e, conseqüentemente, a respectiva tendência enunciativa. No entanto, também esse sujeito se espelha e constrói seu projeto discursivo segundo o Outro, que pode ou não ter a mesma língua (ibid).

Por conseguinte, os enunciados produzidos pela criança brasileira, significada como sujeito-aluno na escola argentina podem ter as características tanto da língua portuguesa como da língua espanhola. No exemplo analisado, podemos observar que embora a língua portuguesa constitua o sujeito-aluno, este também se constrói na língua espanhola e no espaço da escola argentina.

Dessa forma, compreendemos que, de um lado, esses discursos materializam as condições de produção de um movimento nacionalista e, de outro, mostram o processo de dessignificação dessa nacionalização que o

Estado vai produzindo sobre o sujeito fronteiriço (brasileiro), como aquele que não responde adequadamente à pátria.

Ainda, por meio de seus rituais e de suas práticas escolares, observamos como o discurso da escola vai produzindo essa estabilização contraditória. No caso da presente análise, a criança brasileira, significada como sujeito-aluno na escola argentina deve saber que San Martín desempenhou papel crucial nos movimentos de independência dos países sul-americanos, que Sarmiento, Rivadavia e Mitre foram presidentes da Argentina, etc. “Sem esquecer que ‘saber’ é ‘saber dizer’” (ORLANDI, 2002, p. 207). O professor “passa o conhecimento” e a informação e cobra do aluno a mera reprodução. Nesse sentido, o sujeito-aluno é significado enquanto aquele que responde prontamente à pergunta do professor, da forma esperada, da forma “correta”. Assim, no espaço da escola argentina, com professores argentinos, no território argentino e dentro de uma formação ideológica nacionalista, a pergunta “Quais os grandes vultos da história de nossa Pátria?” faz sentido, assim como faz sentido a resposta do aluno: “San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre”.

Ao concluirmos este capítulo, afirmamos que o efeito de estranhamento produzido pela pergunta “E freqüentam uma escola argentina?” (SD29) se identifica com “esses discursos – esse saber – que ninguém pode deixar de ter, se frequentou a escola”, como nos ensina Orlandi (ibid., p. 208). O viajante (autor do relato) e as demais pessoas que acompanhavam o governador supostamente frequentaram a escola e foram tocados pelos discursos e relações que constituíam o linguajeiro escolar. À vista disso, ao se posicionarem no discurso como sujeitos, trazem à tona o imaginário de língua que construíram em suas experiências, em suas práticas linguísticas escolares: a língua “correta”, a língua ensinada na escola; sobretudo, a comitiva do governador se posiciona no discurso do lugar do Estado. Nessa perspectiva, depreendemos que o imaginário de língua constituído por esses sujeitos é o da língua portuguesa como língua nacional e a escola onde deve ser ensinada essa língua é a brasileira, sem espaço para outras possibilidades que não seja

a de uma relação estável e fechada: um território, um povo, uma língua, uma nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, aqui, fazer uma exposição dos principais desenvolvimentos desta tese, a partir da análise dos relatos de viagens que integraram nosso *corpus*. Para isso, mantemos o foco no objeto de nossa pesquisa de doutoramento: a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões.

Para começar, percebemos pontos de convergência entre os relatos analisados que dizem respeito à relação entre cidade, Estado e nação com seus elementos constitutivos, como passamos a apresentar. Tanto o relato **Pela fronteira** como o de Costa (1929) e o de Boiteux (1931), contidos na obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, significam o espaço de fronteira como um *espaço vazio* e indicam uma interpelação do sujeito e do espaço fronteiriço pelo Estado, por meio de suas instituições.

No primeiro relato, esses processos estão sustentados pelo Exército e, nos outros dois, pela estrutura jurídico-administrativa do governo do estado de Santa Catarina.

No relato de viagem **Pela fronteira**, o sujeito de discurso toma contato com a natureza interpelado pela ideologia jurídica e pelo pensamento científico moderno e, mais especificamente, a natureza é apreendida pelo viés de discursos que atualizam a memória bélica, a qual remete, em particular, à questão da defesa da fronteira e da unidade territorial do Estado. É significando-se na memória bélica que esse espaço passa a “ter existência” enquanto território pertencente ao Estado. Convém destacar, também, a partir das análises, a “necessidade” de que os sujeitos locais “sejam civilizados” pelo Estado, pela instauração do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira sobre “o sertão”.

Ressaltamos das análises desse relato que os processos de identificação subjetivos (identificação ao Estado por meio das leis ou mobilizada pelo processo de nomeação do povoado) *não se dão no vazio*, mas são *situados espacialmente*, têm uma materialidade espacial – o povoado

Dionísio Cerqueira. No que tange à apropriação do espaço pelo Estado, ela se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos (relacionada ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”), das línguas (relacionada ao imaginário do português como uma língua homogênea, civilizada, racional contra a ideia de “mistura” de espanhol e guarani) e do espaço (remetida ao *civilizado*, à cidade), onde está em jogo a constituição e preservação da unidade do Estado por meio de um discurso militar.

Com as análises dos relatos contidos na obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, demos continuidade às discussões realizadas acerca do relato **Pela fronteira**, embora em condições de produção distintas. Convém lembrar que o objetivo central da viagem do governador Adolfo Konder pelas áreas de fronteiras era a questão da interiorização do país e tal processo se estabelecia por meio da construção da *brasilidade*, a premência da ocupação do oeste catarinense, como expansão do processo “civilizador” para o interior e pelo “preenchimento” dos espaços considerados “vazios”. Nessa direção, tanto o texto de Costa (1929) quanto o de Boiteux (1931), os quais integram a referida obra, coincidem em relatar a necessidade de “civilização” de Dionísio Cerqueira em cidade.

Notamos, por meio do relato de Boiteux (1931), um imaginário de espaço constituído pelo discurso sobreposto ao espaço fronteiro como se esse fosse um espaço não habitado e essa concepção do espaço como natural faz emergir marcas de um discurso colonizador. De forma semelhante, no relato de Costa (1929), estabelece-se um processo de dessignificação sobre o espaço, pelo valor dos elementos “rincão” e uma “orla do país”; como efeito, o povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e a fronteira vão sendo produzidos como espaços distantes de centros urbanos, em particular, da capital do estado de Santa Catarina, isto é, à margem da ação do Estado e de seus símbolos (bandeira, hino e outros) e instituições (cartório, escola e outros), cujos sentidos se associam aos construídos para “floresta” e “sertão”, nos discursos sobre a implantação da cidade de Dionísio Cerqueira, conforme analisamos a partir do relato **Pela fronteira**.

Devemos destacar, ainda, por meio das análises dos relatos que compõem a obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, que as instituições jurídicas do Estado irrompem na produção desse espaço “preenchendo” o *espaço vazio*, o que nos conduziu a compreender que somente pela interpelação pelo Estado, por meio das instituições jurídicas, que os sujeitos passam a “ter existência”, deixam de ser apagados – e o espaço “deixa de ser vazio”, passa a “ser ocupado”, “preenchido” pelos sujeitos identificados ao Estado, ou seja, é a presença do Estado que “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira como um *espaço de direito*.

Nesse ponto, assinalamos que a partir das análises realizadas acerca do enunciado “*Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política*” (SD23, grifos nossos) reconhecemos como a estrutura das substituições negativas ressalta no âmbito da cidade de Dionísio Cerqueira a ausência de escola, justiça, administração, organização política e a presença desses elementos constitutivos em Barracón (Argentina) e relacionamos essas substituições negativas aos discursos sobre o estabelecimento do povoado (cidade) de Dionísio Cerqueira e a instauração do Estado/nação nesse espaço fronteiriço – o que implicou legitimar as autoridades brasileiras, as leis brasileiras, a vigilância à fronteira e outras, como analisamos a partir do relato **Pela fronteira**.

Tal como nos modos de produção do espaço, percebemos como a negação tem forte papel nos discursos que definem o sujeito, como podemos observar em *segregado, letrado não autorizado, não civilizado, sem sentido, desnacionalizado, estrangeiro*, cujas caracterizações são atravessadas pelo efeito imaginário da sociedade brasileira, por sua vez determinado pelo discurso sobre a língua e pelas políticas linguísticas de Estado.

Indo por essa direção, a língua também é significada na falta e precisa ser “preenchida”, considerando-se que “mistura” significa negativamente em razão da falta de escola onde se ensina português, o que leva, segundo o relato, à *desnacionalização*. Assim, haver a “mistura” de línguas é tido como uma substituição negativa à própria ideia de nação. Convém acrescentar que nas menções às línguas, nos relatos analisados

nesta tese, aparece o “português”, o “espanhol”, a língua nacional (brasileira) e a “mistura” de espanhol e guarani e de português e espanhol. Desse modo, poderíamos considerar três línguas em jogo: a língua portuguesa, a língua espanhola – como línguas nacionais – e a língua que é “uma mistura” – que vai na direção da *desnacionalização*.

De modo geral, apreendemos, a partir das análises dos relatos, um discurso que participa da constituição da fronteira político-territorial, pelo viés do Estado, ou seja, da “linha divisória” que é “fixada” entre os Estados (inter)nacionais por meio de decisões político-jurídicas. Isso fica evidenciado nos gestos de interpretação do viajante no relato **Pela fronteira**. Observamos, ainda, que se aliam a esses discursos de (re)divisão do espaço de fronteira e de posse do Estado sobre o povoado discursos que vão significando o espaço de Dionísio Cerqueira enquanto um espaço a “enfrentar” o povoado limítrofe de Barracón (Argentina).

Em relação aos relatos que compõem a obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, também identificamos efeitos de sentido que sinalizam para uma separação entre territórios, para uma (re)divisão entre os Estados (inter)nacionais, Brasil/Argentina, nesse caso, tendo em vista a ideologia jurídica e as tentativas de homogeneização e de organização do espaço da cidade de Dionísio Cerqueira no território brasileiro. Nesse sentido, compreendemos que a divisão, a fronteira (inter)nacional entre os Estados (Brasil/Argentina) opera não apenas pela demarcação por meio de leis e tratados de limites (questão político-jurídica), mas também pela disjunção dos espaços, das línguas e dos sujeitos.

Concluindo esta tese, e levando em consideração as reflexões expostas, consideramos que não podemos dissociar a demarcação geopolítica, a *linha fixa*, identificada a um *espaço imaginariamente estabilizado* – uma fronteira “traçada” – de uma fronteira “vívda”, *carregada de conteúdo social* (STURZA, 2010, p. 343), identificada a um *espaço móvel, fluido*, embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vívda” socialmente. Desse modo, de nossa perspectiva e conforme o arquivo exposto, reafirmamos que o processo de produção do espaço de fronteira não se dá

apenas como um gesto político-jurídico, mas como um processo de produção de sentidos e sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, B. P. L. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens à terra do mate (1882-1898)**. 2014. 182 p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.
- BALDINI, L. J. S.; ZOPPI FONTANA, M. G. A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, Iss. 4, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/22>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- BARROS, V. L. F. **A colônia militar do Chopim: 1882 a 1909**. 1980. 224 p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. rev., ampl. e atual conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOITEUX, J. A. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 81-105.
- BRANCO, L. K. A. C. **A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa**. 2013. 325 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CAMBLONG, A. M. Ensayo: Habitar la frontera, un viaje perpetuo a lo paradójico. 2004. Inédito.
- _____. Habitar la frontera. In: VELÁZQUEZ, T. (Org.). **Fronteras - deSignis 13**. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 125-133.
- CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. 2002. 277 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras.** Chapecó: Argos, 2005.

COSTA, A. F. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras.** Chapecó: Argos, 2005. p. 19-79.

COSTA, G. C. **Discursos sobre a milícia:** nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. 2011. 166 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CRESTANI, L. A. Da fronteira imaginada à fronteira a ser colonizada: índios, imigrantes e colonos nos relatos de viajantes argentinos e brasileiros nos séculos XIX e XX. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 22, nº 44, p. 61-70, 2º semestre de 2015.

D'EÇA, O. G. **Aos espanhóis confinantes.** Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1992 [1929].

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional.** As bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. 1995. 161 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FEDATTO, C. P. **Um saber nas ruas:** O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FERRARI, M. Conflitos políticos na definição dos limites entre o Brasil e Argentina: a questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895). In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo: USP, 2005. p. 4955-4968.

_____. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** O extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XIX). 2011. 445 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n° 48, p. 17-34, 2010.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. The Project Gutenberg EBook, Portugal, 2010 [1913]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/31552/pg31552-images.html> (EBook #31552). Acesso em: 30 out. 2018.

FLORES, M. B. R.; SERPA, E. C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 129-153.

FRAGOSO, E. A. **A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil**. 2001. 204 p. Dissertação (Mestre) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GADET, F. et al. Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1982]. p. 55-71.

GONZÁLEZ, N. T. M. ¿Y qué hacemos con el portugués? O duela a quien duela, viva la cueca-cuela. **Revista de la APEESP**, São Paulo, Año II, n° 4, p. 18-22, jul. /dic. 1992.

GUIMARÃES, E., ORLANDI, E. P. Identidade lingüística. In: _____. (Orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

_____. Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira. In: _____. ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

_____. Um mapa e suas ruas. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p. 95-100.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

HEINSFELD, A. **Fronteira e ocupação do espaço**: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC. São Paulo: Perse, 2014.

INDURSKY, F. A luta pela terra: borrando limites entre o rural e o urbano. In: RODRIGUES, E. A. et al. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011. p. 197-220.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. 1985. 201 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. O político na lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 11-18.

LEMO, M. A. Aspectos da taciturnidade dos sujeitos na escola – indícios de um vazio de memória com relação à língua espanhola. In: Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, 1, 2009, Uberlândia. **Anais do SILEL**, Uberlândia: EDUFU, v.1, nº 1, 2009. p. 1-8.

LORENZETTI, F. L. O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Irati, v.1, nº1, p. 45-59, jan./jul. 2010.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-47.

MARIANI, B. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922–1989). 1996. 256 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **Colonização lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e lingüísticas. **Revista Encontros de Vista**, Recife, 2ª ed., p. 1-12, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, W. D. **Habitar la frontera**: Sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB y UACJ, 2015.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Tradução Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas: Editora da Unicamp, 2012 [1978].

MODESTI, T. **A escola pública primária em Chapecó**: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945). 2011. 147 p. Dissertação (Mestre) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 167-189.

MYSKIW, A. M. Os viajantes e seus relatos. Guarapuava: Unicentro, 2008. Inédito.

_____. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: UFF, 2011.

_____. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 43-72.

NASCIMENTO, D. **Pela fronteira**. Curitiba: Typografia da República, 1903.

NUNES, J. H. **A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários**. 1992. 220 p. Dissertação (Mestre) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. **Formação do leitor brasileiro** – Imaginário da leitura no Brasil colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: _____. PETTER, M. (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Pontes, 2002. p. 99-120.

_____. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-380.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, nº 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.

_____. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Taguatinga, v. 3, ano III, nº 1/2, p. 6-21, dez. 2010.

_____. Silêncios do político no espaço público. In: RODRIGUES, E. A. et al. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011. p. 37-67.

NUNES, K. L. D. **Santa Catarina no caminho da revolução de trinta**: memórias de combates (1929-1931). 2009. 407 p. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, nº 61, p. 52-59, jan./mar. 1994.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Ética e política lingüística. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas: Pontes/Projeto HIL, nº 1, p. 7-16, jan./jun. 1998.

_____. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999a.

_____. N/O limiar da cidade. **Revista Rua**, Campinas, número especial, p. 7-19, 1999b.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, Campinas: LABEURB/NUDECRI, nº 4, p. 17-27, mai.1999c.

_____. O Estado, a gramática, a autoria: Língua e conhecimento linguístico. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas: Pontes/Projeto HIL, nº 4/5, p. 19-34, 2000.

_____. Apresentação. In: _____. (Org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora, 2001a. p. 7-20.

_____. A cidade como espaço político-simbólico: textualização e sentido público. In: _____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001b. p.185-214.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001c.

_____.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: A gramática no Brasil. In: _____. (Org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora, 2001d. p. 21-38.

_____. Identidade lingüística escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. 2ª ed. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2002. p. 203-212.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003. p. 7-20.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a.

_____. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008b. p.117-130.

_____.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: Uma questão do texto e do sujeito. In: _____. **Discurso e leitura**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008c. p. 53-73.

_____. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: _____. (Org.). **Discurso, espaço, memória** – caminhos da identidade no Sul de Minas. Campinas: Editora RG, 2011. p. 13-34.

_____. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, nº 21, p. 187-198, nov. 2015.

PAYER, M. O. **Memória da língua. Imigração e nacionalidade**. 1999. 186 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Memória da língua: entre a língua nacional e a língua materna. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2, 2005, Porto Alegre. **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 1-11.

_____. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 113-123.

_____. Memória, Língua, Ensino. In: **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística**. Goiânia: UFG, 2008. p. 1-3.

_____. Dimensões materna e nacional das línguas. In: Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, 1, 2009, Uberlândia. **Anais do SILEL**, Uberlândia: EDUFU, v.1, nº 1, 2009a. p. 1-8.

_____. O trabalho com a língua como lugar de memória. **Synergies Brésil**, nº 7, p. 37-46, 2009b.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969]. p. 59-106.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Michel Pêcheux. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1975]. p. 159-249.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990 [1982].

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Michel Pêcheux. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2008 [1983].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Orgs.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2010 [1983]. p. 49-57.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. et al. (Orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, Iss. 4, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 8 jun. 2019.

PEREIRA, R. B. R. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano VII, nº 2, p. 187-244, abr./jun.1945.

PETRI, V. De “Garganta do diabo” para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus”: Reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **Revista Rua**, Campinas, v. 1, nº 16, p. 66-82, jun. 2010.

PFEIFFER, C. C. Sentidos para sujeito e língua nacionais. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas: Pontes/Projeto HIL, nº 7, p. 71-93, jan./jun. 2001.

_____. Instrumentos linguísticos, ensino e políticas públicas. Uma relação na história das ideias linguísticas. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. (Orgs.). **Língua portuguesa**: descrição e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 95-106.

_____.; SILVA, M. V. Estado, ciência, sociedade: por entre línguas e teorias. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 24, nº. 48, p. 87-113, jan./jun. 2014.

_____. Discursos sobre a língua escolarizada, leituras possíveis. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, v.1, 2015. p. 95-108.

PINTO, L. M. S. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia Silva, 1832.

RABELO, F. D. **O problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo**. Memorial apresentado á Comissão Nacional do Ensino Primario pelo Secretario da Educação e Saúde Dr. Fernando Duarte Rabelo. Vitória: Imprensa Oficial, 1939.

RADIN, J. C. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 146-166.

RENK, A. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 109-127.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. **Língua, nação e nacionalismo**. Um estudo sobre o guarani no Paraguai. 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Da religião à cultura na constituição do Estado Nacional. In: **XIX Encontro Nacional da ANPOLL** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Maceió: UFAL, 2004. p. 1-8.

_____. Unidade e dispersão do espaço urbano: o *corte* como dispositivo de leitura da cidade. In: TIXIER, N. et al. **L’ambiance est dans l’air. La dimension atmosphérique des ambiances architecturales et urbaines dans les approches environnementalistes**. Relatório do projeto de cooperação internacional PIR Ville et Environnement – CNRS - PUCA, 2009-2010. Grenoble: ENSAG, 3 volumes. Disponível em: <http://lcv.hypotheses.org/5877>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Políticas públicas de *direito à língua e consenso etnocultural*: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: A fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010. p. 127-160.

_____. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A. et al. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**:

Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011a. p. 243-258.

_____. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 53(2), p. 197-217, jul./dez. 2011b.

_____. Nota sobre a noção de *cultura* e sua relação com a de *civilização*: o ocidente como observatório das formas de vida social. Campinas, 2018. Inédito.

RUIZ MORENO, I. Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955). Buenos Aires: Editorial Perrot, 1961.

SEVERO, F. **Noite nu Norte**: Poemas en Portuguol. Montevideo: Ediciones del Rincón, 2010.

SILVA, A. M. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Recopilado. Tomo segundo: F-Z. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, M. V. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 151-163.

_____. **História da alfabetização no Brasil**: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. 1998. 266 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. PFEIFFER, C. C. Pedagogização do espaço urbano. **Revista Rua**, Campinas, edição especial – 20 anos, p. 87-107, 2014.

_____. **História da alfabetização no Brasil**: sentidos e sujeito da escolarização. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SIMÕES, S. M. R. A placa na entrada da cidade: a (re) nomeação dos seus sujeitos. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, nº 19, p. 59-69, nov. 2013.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas**. Uma história das ideias linguísticas. 2006. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____.; FERNANDES, I. C. S. A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil. **Revista Signo & Seña**, Buenos Aires, nº 20, p. 207-228, jan. 2009.

_____. No tempo e no espaço: Mapeando as línguas de fronteira. In: Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL, 1, 2010, Foz do Iguaçu. **Anais do I CIPLOM**, Foz do Iguaçu: Unioeste, nº 1, 2010. p. 340-346.

_____. TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê**, Niterói, nº 53, p. 83-98. 2016.

THOMÉ, N. **A fragilidade das fronteiras nas terras contestadas**. Caçador. 2010.

VALENTINI, D. J. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 222-248.

VOJNIAK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 9-16.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Cidade e Discurso: Paradoxos do real, do imaginário, do virtual. **Revista Rua**, Campinas, v. 4, nº 1, p. 39-54, 1998.

ANEXOS

“ACTA DA INAUGURAÇÃO DA POVOAÇÃO DO PEPIRY GUASSU”, DEPOIS “DIONISIO CERQUEIRA”

No dia quatro de Julho do anno de mil novecentos e tres sendo Presidente da Republica o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco de Paula Rodrigues Alves e Governador do Estado do Paraná o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier da Silva foi solemnemente inaugurada a Povoação do Pepiry-Guassú situada á margem esquerda do rio Pepiry-Guassú, distante do marco principal da cabeceira d'elle cerca de um kilometro no rumo de sueste no lugar onde o Governo do Estado mandou estabelecer uma Collectoria.

Como justa homenagem aos primeiros exploradores scientificos d'estas paragens foi resolvido dar ás oito ruas que desembocão na praça principal que ficou denominada – Praça Conselheiro Zacharias, – os nomes dos Commissarios Astronomicos e Officiaes portuguezes e Hespanhoes que em 1759 e 1760 penetraram lutando com grandes difficuldades e affrontando muitos perigos nos rios Pepiry Guassú e Santo Antonio; em virtude desta resolução collocou-se em cada esquina de rua uma placa com os seguintes nomes: Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d'Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva. O primeiro foi o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, Commissario Portuguez; o segundo o Conselheiro D. Francisco de Arguedas, Commissario Hespanhol; o terceiro Capitão Veiga d'Andrade, Astronomo Portuguez; o quarto Alferes de Navio D. Norberto Marron, Astronomo Hespanhol; o quinto Alferes de Granadeiros, Pacheco de Christo, Geographo Portuguez; o sexto Alferes de Navio D. Francisco Millau e Maraval, Geographo Hespanhol; o sétimo, Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura, Pratico Portuguez e o oitavo o Cirurgião Portuguez Bartholomeu da Silva. E para constar lavrou-se esta que vae assignada pelas pessoas presentes a solemnidade.

Ao serem convidados os assistentes a firmar as suas assignaturas nesta acta, o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionisio Cerqueira, a nova povoação tomasse o nome de – Dionisio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassú, proposta que foi approvada unanimemente

General José Bernardino Bormann. – Pedro Ezcurra 1º Commissario Argentino de Limites con Los E. U. del Brazil. – Tenente Coronel Lino d'Oliveira Ramos. – Dr. Joaquim Antonio da Cruz. – Carlos Alberto de Juviria. – Francisco Gonçalves do Nascimento Rosa, Chefe da Comissão Fiscal. – F. Brignole. – Manoel Ricardo Negrão, empregado da Comissão Fiscal do Barracão. – Leocadio Cleto da Silva, empregado da Comissão Fiscal do Barracão. – Capitão José Leandro Braga Cavalcanti. – Alferes Francisco de Paula Arantes. – José Genancos Fortes. – Luiz Machado. – Manoel Ignacio Martins. – João Ignacio de Oliveira Martins. – Capitão Domingos Nascimento, Secretario do 5º Districto Militar e Dionisio Cerqueira, – vencido quanto denominação da povoação.

Resta agora que a povoação Dionisio Cerqueira seja digna do seu illustre fundador, e que as auctoridades do Estado paranaense, por ventura ali creadas, saibam fazer respeitar e elevar o nome brasileiro em presença de tão dignos e operosos vizinhos.